

# fragmentum

- 52 -

## MITOS DE ORIGEM NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS OU DO CORTE EPISTEMOLÓGICO

Sheila Elias de Oliveira (Unicamp)  
Claudia Freitas Reis (IFSP - Araraquara)  
*Organizadoras*



Fragmentum / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Laboratório Corpus. N. 1 (set. 2001)-. Santa Maria, 2001-.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/fragmentum>  
Semestral

ISSN 1519-9894 (versão impressa)

e-ISSN 2179-2194 (versão online)

N. 52 (jul./dez. 2018). “Mitos de origem na história das ideias ou do corte epistemológico”, organizado por Sheila Elias de Oliveira (UNICAMP), Claudia Freitas Reis (IFSP - Araraquara).

1. História das Ideias Linguísticas. 2. Corte Epistemológico.  
3. Identidade das Línguas. 4. Saberes sobre a Linguagem  
5. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). 6. Centro de Artes e Letras (CAL).

Ficha catalográfica elaborada por Luciano Rapetti – CRB 10/2031  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria

### **Editora do Programa de Pós-Graduação em Letras**

Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria

Prédio 16, CE, sala 3222 – Bloco A2

Campus Universitário - Bairro Camobi

CEP 97105-900 – Santa Maria, RS – Brasil

Fones: 55 3220 8359 – 55 3220 8025

Email: [ppgletras@ufsm.br](mailto:ppgletras@ufsm.br)

Site: [www.ufsm.br/ppgletras](http://www.ufsm.br/ppgletras)

Página no Facebook: PPGL Editores

### **Fragmentum**

[www.ufsm.br/fragmentum](http://www.ufsm.br/fragmentum) – [fragmentum.corpus@gmail.com](mailto:fragmentum.corpus@gmail.com)

### **Data da Efetiva Circulação**

Dezembro de 2018

Impresso na Imprensa Universitária da UFSM

Avenida Roraima, 1000 – Prédio 6

Campus Universitário - Bairro Camobi

CEP 97119-900 - Santa Maria – RS

Fone: (55) 3220-8249

### **Apoio**



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP/UFSM – Edital Pró-Revistas  
Pró-Reitoria de Extensão – PRE/UFSM

**ANO DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO**  
2001

**POLÍTICA EDITORIAL**

*Fragmentum* é um periódico científico publicado trimestralmente nas versões impressa (ISSN 1519-9894) e on-line (ISSN 2179-2194) e destinado a pesquisadores e estudantes em nível de pós-graduação. O periódico divulga textos produzidos por pesquisadores que desenvolvem, como escopo e/ou resultado de pesquisas, as seguintes problemáticas:

a) Na Linguística, questões enunciativas e/ou discursivas, tendo por eixo diretor o campo do saber sobre a história da produção do conhecimento linguístico, a partir da análise de instrumentos linguísticos bem como de outras textualidades alicerçadas pela História das Ideias Linguística em sua relação com a Análise de Discurso de linha francesa;

b) Na Literatura, estudos comparados que têm evidenciado a relação do texto literário não apenas com seu contexto de produção como também com outras artes, mídias, saberes e formas, aproximação esta que articula artes e conhecimentos em suas especificidades, demonstrando processos de leitura, compreensão, interpretação e análise envolvidos no acesso a obras de arte e à recepção de um público especializado.

Admitem-se textos em português, francês, inglês ou espanhol. Não são aceitos textos de pesquisadores que não tenham a formação mínima de doutor. Acadêmicos de doutorado podem submeter textos à avaliação, desde que em coautoria com o professor orientador.

Com periodicidade semestral, cada novo dossiê temático será organizado por dois pesquisadores e constituído de um conjunto de artigos somados a uma resenha e à divulgação, em formato de resumo, de duas teses já defendidas, que apresentem relevância para a temática em foco. Afora essa estrutura preestabelecida, *Fragmentum* se reservará o direito de publicar entrevistas e outras textualidades inéditas, de caráter artístico e ensaístico, quando convier. Originais em francês, português e espanhol deverão apresentar título, resumo e palavras-chave na língua em que foi escrito o texto e em inglês. Para originais em inglês, título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em inglês e em português.

**Reitor da Universidade Federal de Santa Maria**

Paulo Afonso Burmann

**Diretor do Centro de Artes e Letras**

Cláudio Antônio Esteves

**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras**

Eliana Sturza

**Coordenadora Geral do Laboratório Corpus**

Taís da Silva Martins

Larissa Cervo Montagner

**Comitê Editorial****Comissão Editorial**

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Pedro Brum Santos, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Verli Petri, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

**Editora-Chefe**

Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

**Editora-Gerente**

Maria Iraci Sousa Costa, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

**Editores de Língua Estrangeira**

Francês - Amanda Eloina Scherer, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Inglês - Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Espanhol - Germán García Bermúdez, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

**Conselho Editorial**

Alcides Cardoso dos Santos, UNESP, Araraquara, SP, Brasil

Ana Zandwais, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Beatriz Maria Eckert-Hoff, UDF, Brasília, DF, Brasil

Bethania Mariani, UFF, Niterói, RJ, Brasil

Caciane Medeiros, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

† Carme Regina Schons, UPE, Passo Fundo, RS, Brasil

Cristiane Dias, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil

Eduardo Guimarães, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil

Enéias Farias Tavares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

Eni Puccinelli Orlandi, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil

Flavio Felício Botton, UFABC, Santo André, SP, Brasil

Flávio Loureiro Chaves, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Gema Sanz Espinar, Universidad de Madrid, Madrid, Espanha

Gerson Luiz Roani, UFV, Viçosa, SP, Brasil

Gesualda Rasia, UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Gisela Biancalana, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil  
Gladys B. Morales, Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina  
Héliane Kohler, Université de Franche-Comté, França  
Irène Fenoglio, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França  
Isabel Cristina Ferreira Teixeira, UNIPAMPA, Bagé, RS, Brasil  
José Horta Nunes, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil  
José Luís Jobim de Salles Fonseca, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Juan Manuel López Muñoz, Universidad de Cadiz, Cadiz, Espanha  
Juliana Steil, UFPEL, Pelotas, RS, Brasil  
Larissa Montagner Cervo, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil  
Lucília Maria Sousa Romão, USP-Ribeirão, Ribeirão Preto, SP, Brasil  
Maria Cleci Venturini, UNICENTRO, Guarapuava, PR, Brasil  
Maria da Glória Bordini, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil  
Maria José R. Faria Coracini, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil  
Marilene Weinhardt, UFPR, Curitiba, PR, Brasil  
Mary Neiva Surdi da Luz, UFFS, Chapecó, SC, Brasil  
Orna Messer Levin, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil  
Paulo Ricardo Kralik Angelini, PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil  
Regina Zilberman, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil  
Silmara Dela Silva, UFF, Niterói, RJ, Brasil  
Taís da Silva Martins, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil  
Vanise Gomes de Medeiros, UFF, Niterói, RJ, Brasil  
Véronique Daleth, USP, São Paulo, SP, Brasil

### **Produção Editorial**

#### **Capa e Projeto Gráfico Originais**

Mírian Rose Brum-de-Paula, UFPEL, Pelotas, RS, Brasil  
Simone de Mello de Oliveira, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

#### **Produção Gráfica**

Júlia Carmelli Campos, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

#### **Editoração Eletrônica**

Marcos Soares, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

#### **Revisão**

Andressa Brenner, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil  
Bruna Cielo Cabrera, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil  
Kelly Guasso, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil  
Viviane Teresinha Biacchi Brust, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

**Indexadores**

Rede Cariniana (IBICT)

Portal de Periódicos da UFSM

Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Google Académico

ZHdK - Zürcher Hochschule der Künste

EZB - Elektronische Zeitschriftenbibliothek

TIB - Leibniz Information Centre for Science and Technology University Library

WorldCat® (OCLC)

# APRESENTAÇÃO

## MITOS DE ORIGEM NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS OU DO CORTE EPISTEMOLÓGICO

(...) uma ciência não é o produto de um único homem.  
Galileu é o efeito, e não a causa, do corte epistemológico  
que se designa pelo termo “galileísmo”.  
(PÊCHEUX E BALIBAR, *Définitions*, 1969, p. 11)

O que Pêcheux e Balibar afirmam sobre o nome de Galileu e o “galileísmo” para a Física pode ser pensado em relação aos nomes de Saussure ou de Chomsky para a Linguística. Os efeitos de ruptura tomados como a sua causa fazem com que a história da Linguística seja percorrida como gestos de autores, e não na conjuntura que os possibilita ou os promove. Inspirado no texto *Définitions*, introdução de Pêcheux e Balibar ao livro **Sur l’histoire des sciences**<sup>1</sup> (PÊCHEUX E FICHANT, 1969), o tema deste número da *Fragmentum* propõe pensar, a partir de uma tomada de posição materialista, os tantos começos nos estudos da linguagem.

Nas definições propostas por Pêcheux e Balibar, a ideia de começo é fundamental. Analisando a Física, os autores consideram o corte epistemológico como o ponto de não-retorno a partir do qual a ciência começa. Falar de começo, e não de origem, significa que o corte constitutivo de uma ciência se efetua

necessariamente em uma conjuntura definida, na qual as origens (as filosofias e as ideologias teóricas que definem o espaço de problemas) sofrem um deslocamento na direção de um novo espaço de problemas (PÊCHEUX E BALIBAR, 1969, p. 9).

---

<sup>1</sup> BALIBAR, Étienne; PÊCHEUX, Michel. *Définitions*. In: FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sur l’histoire des sciences**. Paris: François Maspéro, 1969.

Na formação da conjuntura na qual se produzirá o corte epistemológico, intervêm, segundo modalidades historicamente reguladas: as relações de produção e o processo de produção econômico, a superestrutura jurídico-política da sociedade e as ideologias práticas (tal como definidas por Althusser), como a moral e a religião: “é a condensação desses elementos que determina as condições históricas do corte” (PÊCHEUX E BALIBAR, 1969, p. 10).

Nesse processo de formação, acontecem demarcações, aperfeiçoamentos, correções, críticas, negações de filosofias ou ideologias anteriores. Por isso, é preciso levar em conta alguns efeitos que identificam o corte epistemológico: tornar impossíveis certos discursos ideológicos ou filosóficos que o precedem; operar validações, invalidações ou segregações nas filosofias implicadas na conjuntura em que tem lugar; determinar uma autonomia relativa da nova ciência que corresponde a ele.

Os artigos que compõem este número partem de uma posição materialista na compreensão da História das Ideias Linguísticas. Eles trazem como objetos de reflexão gestos anteriores à Linguística, gestos que contribuem para a sua a legitimação como ciência ou disciplina, o entremeio que a interroga (a AD), os modos de apreensão dos seus objetos: a língua e a linguagem. Eles nos permitem pensar a conjuntura de autores, conceitos, noções e trabalhar sua relação com o processo de formação dos cortes epistemológicos e com os efeitos desses cortes, mas também com as contradições que tornam complexa a análise das conjunturas dos Estudos da Linguagem e da Linguística.

*História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso: o corte epistemológico* parte da observação feita por Pêcheux sobre a particularidade da Linguística enquanto Ciência Humana: ela define um objeto próprio, mas não necessariamente dá continuidade ao espaço de problemas que vem com a definição do objeto. Refletindo sobre a concepção de *história* e de *ciência* na Análise do Discurso e na História das Ideias Linguísticas, Baldini, Ribeiro e Ribeiro apontam sua não-homogeneidade entre diferentes autores, tomam posição entre os autores discutidos e propõem questões para compreender o “efeito-Saussure” na linguística contemporânea.

*Toda História Começa in media res: Nietzsche e as Ciências da Linguagem* interroga a presença de Nietzsche nas ciências da linguagem. “Sob que condições pode Nietzsche ser filiado à História das Ideias Linguísticas? O que condiciona a possibilidade da presença de Nietzsche neste domínio? Que condições possibilita Nietzsche na Linguística?”. Essas perguntas



permitem a Machado percorrer o pensamento de Sapir e Pêcheux, entre outros, e questionar o lugar do acaso na História das Ideias.

Entre a palavra divina de São Tomás de Aquino e a palavra humana de Wilhem von Humboldt há aproximações históricas possíveis? *Em Os Pilares da Cristandade: Historiografia do Conceito de Palavra de Tomás de Aquino a Wilhelm von Humboldt*, Tossin percorre os dois autores e pontua diferenças e semelhanças entre a palavra como categoria de explicação da linguagem humana e como representação da voz divina.

As revistas científicas têm papel fundamental, particularmente a partir do século XX, na constituição e legitimação das ciências. Em *As Revistas Científicas e a Disciplinarização dos Estudos Linguísticos no Brasil*, Schneiders analisa a *Revista Brasileira de Filologia*, que circulou entre 1955 e 1961 no país. A autora mostra que, mesmo trazendo a Filologia como domínio de conhecimento indicado no nome, esta publicação é fundamental para a circulação de saberes produzidos no interior da Linguística.

A presença da língua portuguesa do Brasil como objeto de ensino na universidade alemã é objeto da reflexão de *A Brazilianística como um Campo de Estudos Alemão sobre o Brasil e sua Língua*. Stahlhauer analisa o modo como vão se constituindo no espaço de formação universitária alemã saberes sobre a língua e, por meio dela, sobre o país e sobre o sujeito brasileiro, especialmente na relação entre as disciplinas Brazilianística e Lusitanística.

*Júlio Ribeiro, Autor Fundador?* busca compreender como se constrói a imagem de Júlio Ribeiro como um autor fundador na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil. Aquino questiona os critérios que são empregados para identificar o autor da *Grammatica Portuguesa* (1881) como ponto de origem na gramatização do português e na constituição das ideias linguísticas no país.

Em *Nossas Línguas São Crioulas Ou “A” Língua Não Há: Mito? Verdade? Ou Interpretação?*, Castello Branco reflete sobre as relações entre línguas no Cabo Verde e problematiza o conceito sociolinguístico de *língua crioula* enquanto atualização da memória do mito da língua de origem, pura, que silencia relação conflitual entre unidade/diversidade.

*Sobre a Noção de Práticas Linguageiras: Lugares de Emergência, Filiações e Fronteiras* propõe um olhar sobre as linhas de demarcação das *práticas linguageiras*, tomadas na relação entre objeto real e objeto de conhecimento em diferentes autores. Se a linguagem é uma prática, como os estudos da linguagem têm compreendido essa prática? É o que o artigo de Rasia nos ajuda a pensar, mostrando as diferenças na caracterização das *práticas*

*linguageiras* em perspectivas linguísticas que levam em conta a tomada da palavra pelos sujeitos.

A tese *Lógica e Formalização na Semântica de Ducrot: Um Estudo em História das Ideias Linguísticas* foi defendida em 2018 no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Massad Castro se dedica a uma ideia – a de formalização – que tem parte decisiva nas dissensões epistemológicas no interior da Linguística e da reflexão sobre a linguagem. Essa ideia é observada na tese em um artigo alterado e republicado em dois momentos por Oswald Ducrot, no qual o autor assume uma posição acerca da relação entre Linguística e Lógica fundamental para a constituição das bases de sua Semântica linguística. Agradecemos a Soeli Schreiber da Silva, docente da Universidade Federal de São Carlos, pelo resumo da tese.

Agradecemos às autoras e autores que aceitaram o desafio de pensar as ideias linguísticas a partir de um gesto de leitura do texto de Pêcheux e Balibar e contribuíram para a reflexão histórica sobre os começos da Linguística e da reflexão sobre a linguagem.

*Sheila Elias de Oliveira (UNICAMP)*

*Claudia Freitas Reis (IFSP – Campus Araraquara)*

DOI: 10.5902/2179219436971

# HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E ANÁLISE DO DISCURSO: O CORTE EPISTEMOLÓGICO

## HISTORY OF LINGUISTIC IDEAS AND DISCOURSE ANALYSIS: EPISTEMOLOGICAL BREAK

Lauro Baldini

Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Unicamp, Campinas, SP, Brasil

Thales de Medeiros Ribeiro<sup>1</sup>

Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Unicamp, Campinas, SP, Brasil

Karine de Medeiros Ribeiro<sup>2</sup>

Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Unicamp, Campinas, SP, Brasil

*Resumo:* Neste artigo, objetivamos apresentar impasses sobre a concepção de história e ciência para a História das Ideias Linguísticas e para a Análise do Discurso, focalizando a problemática do corte epistemológico (particularmente do “corte saussuriano”).

*Palavras-chave:* Análise do Discurso; História das Ideias Linguísticas; corte epistemológico.

*Abstract:* In this article, we present impasses about the conception of history and science for the History of Linguistic Ideas and for Discourse Analysis, focusing on the problematic of the epistemological break (particularly the “Saussurian break”).

*Keywords:* Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas; epistemological break.

**Pêcheux :** Je voudrais revenir un instant sur ce que vient de dire GADET : la linguistique a un statut assez singulier. C'est au fond ce qui nous a amenés à travailler sur les thèmes abordés dans *La langue introuvable* et sur *la crise de la linguistique*. [...] Je m'en tiens donc à ta première question : comment est-on passé de l'élucidation de cette conjoncture actuelle à la nécessité de faire l'histoire de la linguistique ? La réponse est peut-être qu'au fond *la linguistique est une science humaine très particulière... dans la mesure où, probablement, elle n'en est pas une. Elle a en effet cette propriété tout à fait paradoxale [...] que son existence se soutient du privilège d'avoir un objet, face aux sciences humaines qui en construisent à volonté. Mais ce privilège de la linguistique, tout se passe comme si son « cours », son évolution historique, avaient pour effet [...] de lui faire négliger, recouvrir, barrer. Ce qui amène à se poser la question de la nature des découvertes linguistiques, et de leur statut par rapport à ce des-*

---

<sup>1</sup> Bolsista CNPq-Brasil.

<sup>2</sup> Bolsista CNPq-Brasil.

tin de recouvrement irrésistible. Sur Saussure aussi bien que sur Chomsky, nous avons trouvé des éléments susceptibles d'étayer cette thèse. Du point de vue de la référence à l'histoire, cela conduit à confronter le rapport entre une histoire interne, non pas simplement une histoire des concepts d'une discipline, mais de ses pratiques et des pratiques auxquelles cette discipline se réfère. Je voudrais donner des exemples, [...] comme d'une part, les différences socio-historiques dans les conditions d'enseignement ou de non-enseignement de la grammaire comme pratique scolaire de transmission : d'autre part les formes d'inscription ou de réinscription philosophique qui s'effectuent dans l'itinéraire du chomskisme. Dans les deux cas, nous étions obligés de nous poser la question (et c'est alors là peut-être que le marxisme a quelque chose à voir, positivement ou négativement, c'est-à-dire de toute façon sous la forme d'une interrogation) *du rapport entre une histoire interne (contenant un certain nombre d'événements qui n'intéressent que la sphère de la linguistique) et « l'histoire de la lutte des classes »*. (DISCUSSION, 1980, p. 392-393, grifo nosso).

Este artigo está inserido no quadro teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas em diálogo com conceitos e dispositivos da Análise do Discurso. Ao considerar a produtividade específica da relação entre as duas disciplinas – que, como veremos, não se confunde com uma leitura interdisciplinar da história – é possível depreender um gesto de leitura das condições de produção dos discursos ditos científicos. Destacamos que, “no Brasil, a História das Ideias Linguísticas teve início por meio de uma colaboração entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Paris 7, na França” (NUNES, 2008, p. 109). Contudo, ambas as disciplinas têm bases teóricas diferentes e produziram interpretações específicas sobre a ciência linguística e o legado teórico e político de Saussure.

Partindo de debates sobre o “corte epistemológico”, objetivamos situar alguns impasses entre as concepções de história e ciência da História das ideias Linguísticas e da Análise do Discurso de Pêcheux. Pretendemos ainda condensar uma série de discussões e questionamentos produzidos no percurso teórico desse autor em torno dos efeitos do corte saussuriano no corpo socio-histórico da Linguística.

Gostaríamos de iniciar nosso debate sobre o amplo tema do “corte epistemológico” no campo da Linguística com uma intervenção pouco conhecida de Pêcheux. O colóquio *Pourquoi et comment faire l'histoire des sciences humaines* foi organizado e apresentado por Normand e ocorreu entre os dias 28 e 30 de maio de 1980 em Paris-X (Nanterre). O evento reuniu historiadores e filósofos de diferentes grupos de pesquisa em torno

de cinco sessões de comunicação<sup>3</sup>. Vale destacar que a noção de “ruptura epistemológica” e a de “revolução científica” foram questões privilegiadas durante todo o colóquio. A efervescente discussão entre leitores tão célebres da obra de Saussure, como Derrida, Puech, Chiss, Normand e Pêcheux, parece um sintoma da verdadeira incomensurabilidade das posições teóricas em jogo nessa conjuntura. Atendo-nos à posição defendida por Pêcheux em nossa epígrafe, a Linguística seria uma ciência humana muito particular em relação a campos que autoproclamam sua cientificidade. Seguindo a via materialista, Pêcheux argumenta que a Linguística se constituiu na medida em que construiu para si um objeto. No entanto, tudo se passa como se seu “curso”, sua evolução histórica, tivesse o efeito paradoxal de recobrir, barrar ou negligenciar a sua fundação, fato que o conduz a produzir uma interrogação sobre a relação entre uma história “interna” da ciência e a “história da luta de classes”<sup>4</sup>. O reconhecimento da *descontinuidade no processo de produção do saber linguístico* não se confunde com o preconceito partilhado de “querer fazer a história da *linguística concebida como uma ciência*, isto é, como uma forma de saber cuja organização e cujas propriedades seriam estáveis” (AUROUX, 2009, p. 12, grifo do autor), pois é exatamente no interior da Linguística que Gadet e Pêcheux ([1977] 2011) investem a leitura da continuidade da “filosofia espontânea dos linguistas”. Nesse sentido, o tema do corte epistemológico, bem como a especificidade da história do “recente” (instituições, revistas, órgãos de fomento etc.) são problemas ainda abertos a releituras e a questionamentos.

O historiador Auroux apresenta, no recente artigo *O que pode dizer um historiador da ciência sobre Saussure?*, um argumento que, à primeira vista, pode manter uma relação de semelhança com os apontamentos feitos anteriormente por Pêcheux no tocante à definição do objeto da Linguística:

O que interessa aos linguistas da sincronia é que a língua enquanto tal é idêntica a si mesma. Trata-se de uma redefinição do campo do objeto. A definição do objeto ele mesmo pode ser considerada como uma inovação. Qualquer que

<sup>3</sup> As mesas foram organizadas de acordo com os seguintes temas: 1) historicidade das ciências humanas; 2) as formas de racionalidade nas ciências humanas; 3) ensinar uma teoria com ou sem sua história; 4) os filósofos “diante” das ciências humanas; e 5) normatividade e ciências humanas. As atas do colóquio contendo as apresentações e discussões das cinco mesas temáticas foram publicadas em dois números especiais da revista *Linx* (1980) sob o título *Les Sciences Humaines: Quelle Histoire ?!.* Nesse contexto, Gadet e Pêcheux apresentaram um artigo « *La linguistique hors d'elle-même: l'histoire absolument* » na mesa « *Les Philosophes 'devant' les sciences humaines* », comentando aspectos analisados no livro *La langue introuvable* (1981).

<sup>4</sup> Sobre esse assunto, cf. Pêcheux (1998).

seja, *uma invenção depende unicamente da retomada pelo seu estado posterior da disciplina*. Sabemos hoje que ela não é unânime, mas que se trata da inovação, a mais original inovação do referido linguista (AUROUX, 2017, p. 178, grifo nosso).

Feitas essas considerações, deixamos a advertência de que, apesar de constituir, no Brasil, uma relação de produtividade específica, as duas disciplinas não partem dos mesmos pressupostos teórico-epistemológicos.

Antes mesmo de falar da especificidade do corte epistemológico no campo da Linguística para as duas disciplinas, é necessário regressar aos fundamentos das duas posições teóricas em relação aos conceitos de história e de ciência. Uma das marcas de tal produtividade talvez consista na possibilidade aberta pelo materialismo histórico de intervir a partir do questionamento sobre a teoria do objeto da História das Ideias Linguísticas.

Falando de modo brutal, a história vive na ilusão de que pode dispensar a *teoria*, no sentido estrito a teoria do seu objeto, e, portanto, dispensar uma definição do seu objeto. O que lhe serve de teoria, o que, a seu ver, assume o lugar dela, é a *metodologia*, isto é, as normas que lhe regem as práticas efetivas, práticas centradas na crítica dos documentos e na restauração dos fatos. O que nela assume o lugar de objeto teórico é, a seu ver, o objeto “concreto”. A história toma, pois, a sua metodologia pela teoria que lhe falta, e toma o “concreto” das evidências concretas do tempo ideológico pelo objeto teórico. **Essa dupla confusão é típica de uma ideologia empirista.** O que falta à história é o enfrentamento consciente e corajoso de um problema essencial a qualquer ciência: o problema da natureza e da constituição de sua *teoria*. Entendo por isso a teoria interior à própria ciência, o sistema dos conceitos teóricos que fundamenta qualquer método e toda prática, inclusive experimental, e que ao mesmo tempo define o seu objeto teórico. Ora, salvo exceções, os historiadores não enfrentam o problema vital e urgente para a história: o problema da teoria da história. E como acontece inevitavelmente, o lugar deixado vazio pela teoria científica é ocupado por uma teoria ideológica, cujos efeitos nefastos podem exibir-se, até no pormenor, no próprio plano da metodologia dos historiadores (ALTHUSSER, 1980, p. 50, *italico do autor, grifo nosso*).

Em **A Revolução Tecnológica da Gramatização**, Auroux (2009) afirma que o conhecimento é uma realidade histórica e seu modo de existência real é a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. O saber, por sua vez, possui uma espessura temporal constituída por horizontes de retrospectação e horizontes de projeção, ou seja, uma memória e um projeto:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 2009, p. 12).

Para Auroux (2009, p. 12, grifo do autor), “existe um *halo* de historicidade que engendra a retrospectção e a historicidade que constitui o ponto de vista do historiador”. Ser historiador é colocar a si mesmo “a questão global da mudança (por que, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si e para si*”. Sobre esse aspecto, Pêcheux ([1969] 2011) argumenta que a oposição filosófica entre *em si/para si* se constitui como efeito ideológico que marca uma continuidade com o idealismo. Colocando em jogo as duas perspectivas, é importante destacar também a crítica de Pêcheux ([1975] 1995) ao imaginário da identificação (contínua) dos objetos de conhecimento aos objetos reais na visão empirista da história que mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica<sup>5</sup>. Baldini (2005) também aponta para a singularidade da tomada de posição teórica materialista de Althusser e Pêcheux, traçando uma diferença entre os fundamentos históricos desses autores e os três princípios teórico-metodológicos de Auroux. A crítica frontal de Baldini a Auroux incide sobre o lugar de uma

---

<sup>5</sup> Cf. o 11º tópico de Althusser na introdução de **Ler o Capital**, “De *O Capital* à filosofia de Marx” (1979), em que o autor traça uma distinção entre o objeto real e o objeto de conhecimento. Em outra perspectiva teórica, Auroux (2017, 170-171, grifo nosso) sintetiza os elementos que constituiriam uma ciência para um historiador: “Para um historiador, **a ciência é um domínio empírico, dotado da seguinte estrutura**: i) os fatos são constituídos de conhecimento, quer dizer, **de asserções consagradas a domínios de objetos** e validados por protocolos empíricos e formais recuperáveis; ii) **o conhecimento é invenção, isto é, inovação retomada no horizonte de retrospectção da comunidade e verificável quando necessário**; iii) o tempo é uma dimensão essencial das disciplinas científicas: **não há ciência instantânea nem ciência sem memória (ou horizonte de retrospectção)**; iv) **o conhecimento é descontínuo (ele corresponde a invenções isoláveis, mais ou menos datáveis e substanciais) e é igualmente inserido nos conjuntos mais vastos ou em campos de conhecimentos**; v) a estrutura dos campos de conhecimentos pode variar, sem, para tanto, fazer desaparecer certas invenções ou núcleos de racionalidade [...]; vi) **novos objetos podem aparecer em um domínio de conhecimento ou dele desaparecer; esses fenômenos podem depender da estrutura do campo, de uma mudança de interesse ou do aparecimento de novos dados empíricos**; vii) **um domínio de conhecimento que não tenha núcleos de racionalidade a longo termo não seria uma ciência**. Os núcleos de racionalidade estão submetidos à revisão, mas podem também ter reconhecidas suas filiações ou sua recorrência; viii) as asserções fundadas sobre a estrutura de um campo de conhecimento em um dado momento não têm nenhuma necessidade de serem estáveis. A ideia que temos de ciência (independentemente da abordagem histórica) faz parte desse tipo de asserção”.

dupla ausência no corpo teórico da História das Ideias Linguísticas: a falta da luta e divisão de classes e a falta do sujeito.

Auroux não irá trazer para sua reflexão a questão de classe nem a questão do sujeito. Em que pese sua fineza e rigor teóricos, pode-se perceber ali uma falta (não no sentido de algo que deva ser preenchido, mas no sentido de escolha teórica): não há nenhuma menção ao problema do sujeito. O que há são homens que veem suas relações com a língua alteradas de acordo com os saberes que sobre ela se constituem. A *definição fenomenológica* de Auroux, portanto, resvala para os dois lados: o homem e a língua. Se ele não irá diluir seu trabalho numa definição prévia de língua, também não irá levar em conta a definição de sujeito. Não haverá, então, nenhum problema a se colocar quanto à singularidade dos homens que fazem a história sobre a linguagem, uma vez que esta discussão está primacialmente eliminada juntamente com a questão do objeto desse saber, a língua. Nesse caso, a história que Auroux procura descrever e analisar é a história dos produtos daquilo que Althusser chama de efeitos ideológicos (BALDINI, 2005, p. 31, grifo do autor).

Dessa forma, somos conduzidos a problematizar como os três princípios metodológicos (definição puramente fenomenológica do objeto; neutralidade epistemológica; historicismo moderado) adotados por Auroux em sua leitura da constituição, criação, evolução, transformação e desaparecimento do saber linguístico podem suscitar um debate produtivo a partir da visada materialista da história na qual Pêcheux está inserido.

O historicismo moderado, ligado a uma perspectiva cognitivista da história, é uma espécie de “realismo metodológico que concede *consistência ao saber e independência aos fenômenos* [e as ‘estratégias cognitivas’] em relação a esse saber” (AUROUX, 2009, p. 16, grifo do autor). A consequência da separação entre a consistência do saber linguístico e a realização dos fenômenos é a de que o valor de um saber – a “adequação a um fim dado, logo seu valor de verdade quando esse fim é a representação” (AUROUX, 2009, p. 16) – é uma causa em seu devir histórico. Nessa orientação, Auroux (2009, p. 16, itálico do autor, negrito nosso) argumenta que o historiador é necessariamente relativista, mas sempre está diante de “**condições objetivas** que fazem com que esta ou aquela escolha – evidentemente imposta pelas condições em que aparece – abra *possibilidades diferentes* segundo a natureza própria de seu conteúdo”.

Se remontarmos à posição materialista formulada por Althusser em sua leitura filosófica do objeto científico de **O Capital**, podemos produzir um questionamento à complementaridade entre a objetividade do dado e



o “relativismo” construídos a partir do “realismo metodológico”. Em “O objeto de *O Capital*”, Althusser (1980, p. 46) toma partido pela necessidade de “purificar nosso conceito de teoria da história, de modo radical, de toda contaminação pelas evidências de história empírica, pois sabemos que essa ‘história empírica’ nada mais é que o aspecto desnudo da ideologia empirista da história”. Contra o peso da tentação empirista, o autor insiste na distinção radical de natureza spinozista entre a história e o conceito de história: “o conhecimento da história não é histórico, tanto quanto não é açucarado o conhecimento do açúcar” (ALTHUSSER, 1980, p. 46). Se a teoria da economia política pôde enunciar leis gerais tomando apenas uma parte relativamente autônoma da totalidade social, Marx, diferentemente, pôde fundar a ciência da história (o materialismo histórico) e a construção de um objeto completamente novo ao visar, em princípio, a partir da sua crítica à economia política, a totalidade complexa como tal por objeto. É nesse direcionamento preciso que o materialismo histórico é incomensurável com o “realismo” e com o “relativismo”.

A construção do conceito de história é retomada em **Semântica e Discurso** quando Pêcheux ([1975] 1995) trata especificamente da inovação radical colocada pelo materialismo histórico (o objeto de **O Capital** e a abertura de um campo teórico novo, o “continente-história”<sup>6</sup>). A fundação do materialismo histórico, definida como a ciência da história, impossibilita a existência de uma ciência “burguesa” da história: “Não há, pois, e não poderia existir, ‘ciência burguesa’ da história, o que, bem entendido, não quer dizer, de modo algum, que, contra todas as aparências, a burguesia não faça política (!)” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 203). Além disso, para o autor, as condições de produção do discurso científico estão ligadas materialmente a um estado dado no processo de produção, sendo que tais condições de produção e processos de produção são afetadas pela ideologia e pelo inconsciente.

Para Auroux (2009, p. 14, grifo do autor), é preciso, antes de tudo, “situar nosso objeto em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana. *Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto*”. No posfácio intitulado “A fecundidade do conceito de gramatização”, ao criticar as observações foucaultianas sobre a Gramática

---

<sup>6</sup> “Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais” (ENGELS, 2011, p. 22).

Geral, Auroux considera que “devemos interrogar sobre um método [o de Foucault] que consiste, para o historiador, em definir abstratamente o que é historicamente possível ou impossível. Devemos sempre partir dos fatos” (AUROUX, 2009, p. 121). Uma diferença que podemos depreender daí, mas que não reside somente em sua crítica à compreensão histórica de Foucault, é o não reconhecimento no campo da História das Ideias Linguísticas da distinção radical entre objeto real e objeto de conhecimento (ALTHUSSER, 1979) e o imaginário de que o objeto é um dado, um fato reduzido à condição da “visão empírica”.

Em História das Ideias Linguísticas, o princípio metodológico da neutralidade epistemológica – que difere da “neutralidade veridiccional” – decorre imediatamente da forma de se abordar o objeto: “não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério” (AUROUX, 2009, p. 14).

A partir da discussão sobre o princípio metodológico da “neutralidade epistemológica”, podemos nos perguntar se há um “mascaramento da descontinuidade (e a relação de simulação) entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 129) na visada de Auroux. Explicamos. Desde seus trabalhos em filosofia das ciências e das técnicas científicas, Balibar e Pêcheux ([1969] 1971, p. 11-12, grifo nosso), resumindo os elementos teóricos desenvolvidos por Regnault, tomam o corte epistemológico (termo althusseriano) como “ponto sem retorno” que “constitui uma *tomada de posição* na polêmica que opõe em epistemologia e em história das ciências a corrente ‘continuista’ [...] à corrente ‘descontinuista’ que podemos, por comodidade, designar pelos nomes de Bachelard e de Koyré”. Tomando posição pela corrente descontinuista, os autores distinguem o *corte epistemológico* (que tem por efeito determinar uma autonomia relativa da nova ciência que lhe corresponde) das demarcações ou rupturas intra-ideológicas (correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias precedentes).

O corte tem por efeito tornar impossíveis certos discursos ideológicos ou filosóficos que o precedem, quer dizer, conduzir a nova ciência a romper explicitamente com eles: a ruptura *epistemológica* surge assim como um efeito [...] do corte ([...] não basta romper com uma ideologia para produzir um corte) (BALIBAR; PÊCHEUX, [1969] 1971, p. 14, grifo dos autores).

O conceito de corte não corresponde a um projeto voluntarista de efetuar um “salto” para fora da ideologia no domínio científico, nem com a conotação religiosa que liga de forma inevitável a este projeto os “heróis da ciência”. Além disso, Balibar e Pêcheux ([1969] 1971, p. 16, grifo nosso) afirmam que a “utilização adequada deste conceito [de corte] exige sempre um trabalho epistemológico sobre a história da disciplina em estudo, *referida ao campo diferencial da história das ciências*”.

As ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria. É isto que faz da atividade científica uma *prática* (HENRY, 2014, p. 16, grifo do autor).

Ao comentar o papel que é atribuído aos instrumentos científicos no artigo de Thomas Herbert ([1966] 2011), Henry (2014) afirma que cada vez que um instrumento é transferido de um ramo de uma ciência a outro, ou de uma ciência para outra, este instrumento é de alguma forma reinventado. O projeto de fundação de uma teoria do discurso como dispositivo de leitura das ideologias é materializado tanto nos textos de Pêcheux produzidos inicialmente no quadro da psicologia social (expandidos posteriormente para o campo específico da Linguística), quanto nos textos sobre história das ciências e das técnicas científicas em que o materialismo histórico é mobilizado<sup>7</sup>.

Os trabalhos de Thomas Herbert e Pêcheux<sup>8</sup> podem ser aproximados,

---

<sup>7</sup> Na época de formação da Análise do Discurso no campo da filosofia das ciências, destacamos o artigo *Idéologie et histoire des sciences: les effets de la coupure galiléenne en physique et en biologie*, publicado no livro **Sur l'histoire des sciences**, em que Pêcheux ([1969] 1971) defende as teses apresentadas por Althusser em um curso de filosofia para cientistas ministrado em 1967-1968. Entre as teses, podemos citar a linha de demarcação (ruptura) entre o ideológico das ideologias e o científico das ciências.

<sup>8</sup> Segundo Maldidier, a formação da Análise do Discurso na França tem um uma “dupla fundação”, por um lado, pelos trabalhos de Dubois e, por outro, de Pêcheux. Contudo, a autora destaca que ambos estavam tinham preocupações teóricas distintas e se situavam em campos igualmente diversos. Se, do lado de Dubois, a instituição da Análise do Discurso é concebida como uma passagem “natural” do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado. Do lado de Pêcheux, a fundação da Análise do Discurso pode ser interpretada como um corte epistemológico com a ideologia dominante nas ciências humanas e sociais, tomando inicialmente a psicologia social como campo privilegiado de intervenção. Segundo o ponto de vista apresentado por Maldidier (2010, p. 13) “o objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na sua relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno”.

por exemplo, se lermos a proposta final de sua tese em que o autor relacionou seu projeto à leitura dos discursos científicos e à “identificação da ‘ruptura epistemológica’ entre uma ciência e o terreno de que ela se separa para se constituir” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 150). Henry (1997) argumenta que a crítica de Pêcheux ao estado “pré-científico” das ciências humanas e sociais se aproxima, sobretudo, da epistemologia de Canguilhem e Bachelard, mas a redireciona à problemática da produção do conhecimento científico diante das consequências do caráter contraditório da combinação das forças produtivas e das relações de produção em uma sociedade dividida em classes.

Se adentrarmos no campo diferencial e paradoxal das ciências da linguagem<sup>9</sup>, podemos destacar que um dos pontos de contato dessa articulação entre Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas “reside em uma visão história da ciência e, particularmente, do que chamamos as ‘ciências da linguagem’” (NUNES, 2008, p. 109). Nesse sentido, ao tomar a expressão “ciências da linguagem” no plural, marca-se a diversidade dos estudos da linguagem que devem ser considerados.

Embora a chamada linguística moderna, tal como iniciada pelos comparatistas no século XIX e depois por Saussure no século XX, seja contemplada, ela não é considerada como o ponto de início das ciências da linguagem,

---

<sup>9</sup> Esse estatuto paradoxal pode ser pensado na própria letra do **Curso de Linguística Geral**. No artigo *Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure*, Normand (2012, p. 34, grifo nosso) afirma que “se há corte epistemológico, ele se situaria, então, na elaboração do conceito de valor, na medida em que esse conceito se relaciona a todo conjunto de postulados: distinções, diacronia-sincronia e língua-fala, definição da língua como sistema. *No entanto, o corte permanece como uma hesitação empirista no desenvolvimento desse capítulo*. Ele aparece, inicialmente, no emprego repetido dos termos ‘entidades (ou unidades) concretas’, ‘real’ (termos insuficientemente definidos em relação à atividade abstrata da análise), e isso justo quando somos encorajados a renunciar ao empirismo. [...] Quando se lê [...] que ‘a noção de valor recobre as de unidade’, o termo *recobre* é evidentemente demasiado vago e não dá conta do que nos aparece como uma reformulação dos conceitos (e não uma simples mudança de termos). O que parece indicar que, lá onde vemos um corte, Saussure (e/ou seus editores) não o via(m) claramente”. Em outro direcionamento, em **A ferramenta imperfeita**, Henry (1992, p. 84, grifo nosso) rejeita o obstáculo (na obra saussuriana) de uma descrição semiológica da realidade e o desdobramento da consideração saussuriana da língua como instituição social, em tudo que implica o “apagamento” da problematização teórica do sujeito, do inconsciente e da ideologia: “*Rejeitamos a ideia de que o princípio de uma solução esteja na procura de uma semiologia qualquer ou na identificação da língua como uma instituição social* (no sentido em que geralmente entende-se essa palavra), vendo nessa solução apenas uma máscara destinada a recalcar a necessidade de um recurso a uma teoria das ideologias e do efeito sujeito cujos projetos não poderiam ter sido considerados por Saussure *dado que dependiam dos cortes produzidos alhures, na obra de Marx e na de Freud*”.

que têm uma história bem mais longa e plural. Assim, quando utilizamos o adjetivo linguístico, ele se refere a qualquer saber produzido sobre a linguagem na história. A definição de ciência da linguagem de S. Auroux é suficientemente ampla para abarcar a diversidade de saberes e seu modo de aparecimento no tempo e no espaço (NUNES, 2008, p. 109).

Por um lado, conforme aponta Baldini (2005), a “neutralidade epistemológica” é, com razão, uma crítica frontal a um dos mitos da historiografia da Linguística e das ciências da linguagem que se estabeleceu a partir do século XIX: o mito da cientificidade. Auroux considera que o saber com qual o historiador das ideias linguísticas trabalha é inscrito em longo prazo (ancorado na tradição greco-latina) e é transmitido historicamente por meio das tecnologias ou instrumentos linguísticos. Em outros termos, esse mito de cientificidade combatido por Auroux consistiria na pressuposição de que os estudos da linguagem se iniciaram a partir do comparativismo. Assim, o termo “ciência” não seria tomado em um sentido normativo da linguagem-objeto, mas enquanto palavra meramente descritiva (AUROUX, 2009).

Ressaltamos que as interrogações levantadas tanto pelo campo da História das Ideias Linguísticas quanto pela Análise do Discurso podem ser estendidas à problemática específica do “corte saussuriano”, cuja leitura exegetica confere frequentemente a centralidade ao conceito de valor.

Uma grande parte da historiografia saussuriana repousa sobre uma certa ideia (um certo mito) de ciência: ela seria descontínua, de acordo com o modelo construído por G. Bachelard, a partir da Física Moderna [...]. Tal modelo retoma o grande estudo de A. Koyré sobre Galileu e as ideias que ele desenvolvia sobre a noção de “revolução científica”, o qual tinha a vantagem de romper com a ideia ingênua do século XIX de que a ciência seria uma simples acumulação de “descobertas”. Não só isso: ele supunha um “nascimento” da ciência pela “ruptura epistemológica” que separaria, na história das nossas representações, a “verdadeira” ciência da ideologia. Desse fato, o modelo teve o inconveniente de suscitar a descoberta de inumeráveis “rupturas epistemológicas”, neste ou naquele domínio do saber. É nesse contexto dos anos sessenta que Saussure foi a vítima ou o “beneficiário” desta moda. Tanto os textos dos linguistas “alemães” (de língua germânica) do século XIX como aqueles de Saussure podiam se prestar muito facilmente a essa abordagem, porque o próprio autor genebrino se via como fundador da verdadeira “ciência” linguística. Antes dele, nada de científica teria sido feito no que se refere à linguagem. Trata-se de um ponto de vista dificilmente admissível, absurdo, para aqueles que possuem um conhecimento aprofundado das disciplinas que têm a linguagem por objeto, saberes cuja origem remonta em torno ao terceiro e ao segundo milênios.

Entendemos rapidamente que essa visão de ciência não correspondia ao seu funcionamento normal. A partir dos anos cinquenta do século XX, os historiadores da ciência construíram um outro modelo, mais em conformidade com o desenvolvimento de nossos conhecimentos tomados a longo termo. Aplicado a Saussure, o novo modelo implicaria que pudéssemos responder à questão: o que descobriu o linguista, ou, em outras palavras, sobre esse novo conhecimento que ele construiu, o que, efetivamente, se mantém estável na prática do linguista? Nós temos um recuo de cem anos, e nosso método tão, se não mais, antigo, reconhece em Saussure um imenso linguista. Para a revolução científica, é outra coisa; a novidade não introduzia o tanto de descontinuidade que não se pudesse reconhecer os elementos do Antigo Regime no Novo, nem entrever, no Antigo, o que iria se passar (AUROUX, 2017, p. 170).

Apesar de rejeitar a ideia de “revolução científica”, Auroux afirma que Saussure é um grande cientista e que o conceito de valor pode ser considerado como núcleo de racionalidade que possibilita a dedução de todo seu sistema conceitual:

Saussure é um cientista de grande envergadura e autor de múltiplas inovações, entre as quais, algumas são de grande invenção. Se fosse preciso avaliá-las, eu optaria incontestavelmente por colocar o “valor” em primeiro plano, até porque o resto pode muito bem ser deduzido (mesmo se não se trata certamente da ordem da descoberta). Que essa invenção surja em um núcleo de racionalidade presente em uma série muito longa, não somente coloca luz no processo normal de evolução do conhecimento, mas, sobretudo, faz da força teórica surpreendente de Saussure diferença na realidade mesma do elemento (AUROUX, 2017, p. 196).

Do ponto de vista da Análise do Discurso, podemos ler em Gadet, Léon, Maldidier e Plon ([1990] 1997, p. 40) que, desde a época da publicação de **Análise Automática do Discurso** (1969), Pêcheux é um leitor atento de Saussure. Para os autores, as leituras do **Curso de Linguística Geral**, das **Sources** (fontes manuscritas) de Godel, dos anagramas (via Starobinski) e dos *Nibelugen* podem ser sentidas no trabalho de Pêcheux em sua concepção de língua, em seu posicionamento relativo a algumas distinções tidas como radicais em sua época e o papel analítico atribuído ao efeito metafórico. Essas concepções e posicionamentos são construídos, sobretudo, a partir de uma rede de alianças e dissoluções teóricas de Pêcheux com outros leitores de Saussure na paisagem teórica dos anos 60 e 70. Sobre a concepção de “efeito metafórico” nos trabalhos iniciais de Pêcheux, os autores apontam:

O papel atribuído ao efeito metafórico. Certamente influenciado pela leitura de Jakobson (par metáfora/metonímia tal como é apresentado em “Linguística e Poética”), mas talvez, acima de tudo, pela compreensão de *uma posição saussuriana sobre a língua, que parece dever algo ao mesmo tempo ao conceito de valor e à convivência com os Anagramas* (GADET; LÉON; MALDIDIER; PLON ([1990] 1997, p. 42, grifo nosso).

Se os autores apontam que é na noção de efeito metafórico da AAD69 que Pêcheux parte de uma concepção saussuriana de língua, ao mesmo tempo, ligada ao conceito de valor e ao convívio com os manuscritos de Saussure sobre “literatura” (ou “poética”), é somente no texto “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” (1971) que o autor apresentará uma referência às lendas germânicas, em *nota de rodapé* à formulação (hoje clássica) de que “*o princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o centro da ruptura saussuriana*” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2007, p. 17, grifo dos autores).

Citemos essa nota:

Esse princípio [do primado do valor sobre a significação] parece ter preocupado Saussure durante toda a sua vida. Notas pessoais sobre as personagens das mitologias germânicas, bem anteriores ao *Curso*, atestam tal afirmação. Ver Godel, R. “Les sources manuscrites du ‘Cours de Linguistique Générale’ de Ferdinand de Saussure”, Genève, Droz e Paris : Minard, 1957 (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2007, p. 17).

O legado saussuriano produziu diferentes efeitos no percurso intelectual de Pêcheux, em um espaço em que se operaram demarcações, retornos, repetições e derivas. Não podemos pensar os efeitos do corte saussuriano sem que sejamos imediatamente capturados por uma série de direcionamentos históricos e institucionalizados de sentidos, de interpretações desse arquivo<sup>10</sup>. Para Pereira de Castro e Behares (2010), ao tocarmos na questão do legado de Saussure, é possível expor uma região de confrontos e contatos que, ao invés de mostrar fragilidades na reflexão do autor, ressalta seu aspec-

---

<sup>10</sup> A partir da concepção de Pêcheux ([1982] 2010, p. 51), compreendermos o arquivo “como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Para nós, mais do que colocar somente a disponibilidade e a pertinência dos documentos em questão, Pêcheux assinala que o arquivo se constitui pelas polêmicas formas de leitura. Além disso, não é possível, na Análise do Discurso, partir de “fatos” transparentes ao olhar, na medida em que o gesto de leitura é parte constitutiva do trabalho do analista frente ao processo de construção, descrição e interpretação do arquivo.

to surpreendente.

Da mesma forma, Orlandi (2005) também adverte que não é possível pensar a trajetória de Pêcheux de forma linear, estanque e evolutiva. Seguindo essa orientação, Petri (2006) destaca a importância de relacionarmos a fundação da Análise do Discurso com o percurso de Pêcheux, levando em conta os esquecimentos, os silenciamentos, as lacunas e as saturações:

Falar do passado é tentar estabelecer elos com a memória, tentando evitar que essa recuperação da memória se reduza a um acúmulo de informações sobre o passado. Estamos, na verdade, construindo aqui um “gesto de interpretação” sobre fatos que são, por sua própria natureza, lacunares, e, portanto, devem ser lidos de forma não-linear. Importa produzir o efeito de presentificação de um passado que vem revelar nuances da história de um homem [Pêcheux] que, muitas vezes, se confunde com a própria história da teoria do discurso, que vem funcionar nos estudos da linguagem, tal como são concebidos hoje no Brasil. Nos interessa abordar um pouco da história da fundação da Análise do Discurso (AD), levando em conta que a recuperação de traços de memória revela também os esquecimentos, os silenciamentos, as lacunas, as saturações. Estamos lançando um olhar sobre essa história, trata-se de um ponto de vista que, seguramente, poderia ser outro e ainda assim estaria revelando traços importantes da história da fundação da Teoria do Discurso, tal como foi pensada naquela época (PETRI, 2006, p. 1-2).

Partindo da premissa de que toda interpretação marca uma tomada de posição, consideramos também que nosso arquivo deve ser construído tendo em vista a problemática da leitura, o funcionamento histórico e discursivo da noção de autor e obra e dos modos de estruturação dos horizontes de retrospectação como parte da enunciação científica. A noção de arquivo nos deixa diante da questão fundamental, a pergunta aparentemente simples: o que é ler? O que seria olhar para a opacidade do arquivo-Saussure na produção de Pêcheux, e, em especial, quais foram os efeitos e o lugar do “corte saussuriano” nessa trajetória intelectual? Se relacionarmos as posições da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso, como podemos compreender hoje a problemática do “corte saussuriano” e do efeito-Saussure (PÊCHEUX, [1982] 1998) no corpo sócio-histórico da Linguística?

Para concluir, a História das Ideias Linguísticas nos ensina que a longa tradição da transmissão do saber linguístico não é cumulativa (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010). De acordo com Colombat, Fournier e Puech (2010), em um domínio de saber dado, existe, sobretudo, uma tensão contraditória entre duração e descontinuidade, tensão que aqui exploramos



no confronto entre teorias. De um lado, há pontos nodais de estabilidade, como noções ou conceitos, teorias e, frequentemente, fragmentos de teorias, que têm sua permanência assinalada; de outro, tais conceitos e teorias dependem dos sistemas históricos de representação emergentes em que estão inseridos. Os dois “fenômenos” (permanência e mudança) colocam questões teóricas e metodológicas diferentes. Nesse sentido, os trabalhos de Puech (2005; 2006; 2008; 2013) nos instigam a pensar futuramente como a categoria “historiográfica” de “recente” demanda uma leitura particular, envolvendo questões como, por exemplo, o conjunto de debates acerca da “autonomia” da Linguística, a ideia historicamente situada de refundação da Linguística e das ciências humanas e sociais pela “herança” saussuriana, as diferentes versões do(s) estruturalismo(s) desde a década de 1920, os destinos do saussurianismo e o processo de disciplinarização da linguística em instituições específicas.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. De *O Capital* à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHÉREY, Pierre. **Ler o Capital**: volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-74.

\_\_\_\_\_. O objeto de *O Capital*. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. **Ler o Capital**: volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 7-147.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. O que pode dizer um historiador da ciência sobre Saussure? **Entremeios**: Revista de Estudos do Discurso, v. 15, p. 169-196, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/531.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BALDINI, Lauro. **Um linguista na terra da gramática**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 2005.

BALIBAR, Étienne; PÊCHEUX, Michel. Definições. In: FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Estampa, [1969] 1971. p. 11-16.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris : Klincksieck, 2010.

DISCUSSION (IV. Les Philosophes «devant» les sciences humaines). **Linx** (Les sciences humaines : quelle histoire?/!. Actes du colloque de Mai 1980 de Paris X – Nanterre), hors-série n. 2, p. 388-418, 1980. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/linx\\_0246-8743\\_1980\\_hos\\_1\\_2\\_1545](https://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1980_hos_1_2_1545)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3ª edição [de 1885] à obra O 18 de brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 21-22.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, [1990] 1997, p. 39-58.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. La linguistique hors d'elle-même: l'histoire absolument. **Actes du colloque « L'histoire des sciences humaines : pourquoi et comment ? »**, Nanterre, Presses de l'Université, 1980, p. 360-369.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João, [1971] 2007, p. 13-32.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997, p. 13-38.

HERBERT, Thomas [Michel Pêcheux]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1966] 2011, p. 21-54.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010, p. 9-22.

NORMAND, Claudine. Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure. In: \_\_\_\_\_. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 23-46.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, n. 37, p. 107-124, 2008.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel As ciências humanas e o “momento atual”. **Análise do discurso**: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1969] 2011. p. 175-202.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, [1969] 1997, p. 61-162.

\_\_\_\_\_. Ideologia e história das ciências: os efeitos do corte galilaico na Física e na Biologia. In: FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Estampa, [1969] 1971, p. 17-58.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2010, p. 49-60.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Pontes, [1975] 1995.

\_\_\_\_\_. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 2, p. 7-32, jul./dez. [1982] 1998.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? **Análise de discurso**: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1977] 2011. p. 295-310.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta; BEHARES, Luis. Apresentação. **Caderno de Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 52, p. 7-9, 2010.

PETRI, Verli. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. **Expressão**, v. 1, p. 186-192, 2006.

PUECH, Christian. L'émergence de la notion de « discours » en France et les destins du saussurisme. **Langages**: Les genres de la parole, v. 39, n. 159, p. 93-110, 2005.

\_\_\_\_\_. L'esprit de Saussure : reception et héritage (l'héritage linguistique saussurien : Paris contre Genève). **Les dossiers de HEL**, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://htl.linguist.univparis-diderot.fr/num3/puech.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Pour une histoire de la linguistique dans l'histoire de la linguistique ? **Histoire Épistémologie Langage**, v. 28, n. 28-1, p. 9-24, 2006.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que faire l'histoire du « récent » ? In : DURAND, J. ; HABERT, B. ; LAKS, B. (Org.). **Congrès Mondial de Linguistique Française : Histoire, épistémologie, réflexivité**. Paris : Institut de Linguistique Française, 2008. p. 1093-1102.

Recebido: 23/11/2018

Aceito: 17/12/2018

DOI: 10.5902/2179219435763

# TODA HISTÓRIA COMEÇA *IN MEDIA RES*: NIETZSCHE E AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

## EVERY STORY BEGINS *IN MEDIA RES*: NIETZSCHE AND LANGUAGE SCIENCES

Isadora Lima Machado

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil

*Resumo:* A partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas, investigamos as filiações a Friedrich Wilhelm Nietzsche nas Ciências da Linguagem. A hipótese do trabalho é a de que a enunciação nietzscheana é um acontecimento na história da reflexão sobre a linguagem. Compreende-se acontecimento tal como o define Eduardo Guimarães: não enquanto um fato no tempo, mas como aquilo que produz diferença em sua própria ordem. Tomada como acontecimento, a enunciação nietzscheana instaura sua própria diferença, e nela consideramos duas temporalidades distintas: por um lado, a que produz a filiação de Edward Sapir a Nietzsche, e que recorta Wilhelm von Humboldt como memorável; por outro, a que produz a filiação de Michel Pêcheux a Nietzsche. A possibilidade de pensar as temporalidades em sua equivocidade demonstra que há um caminho na reflexão sobre a linguagem a ser trilhado nas sendas de um materialismo trágico – a consideração de que a determinação histórica não é fruto de um processo maquínico, motorizado, mas que há algo do acaso que comparece.

*Palavras-Chave:* Nietzsche; Acontecimento; Ciências da Linguagem.

*Abstract:* From the perspective of the History of the Linguistic Ideas, this work investigates the affiliations to Friedrich Wilhelm Nietzsche in Language Sciences. The hypothesis of this work is that Nietzsche's enunciation is an event in the history of the reflection on language. We understand the event, as defined by Eduardo Guimarães, i.e., not as a fact in time, but as something that produces a difference in its own order. Taken as an event, Nietzsche's enunciation establishes its own difference, and in it we consider two different time frames: on the one hand, the one that produces Edward Sapir's affiliation to Nietzsche, and that highlights Wilhelm von Humboldt as memorable; on the other hand, the one that produces Pêcheux's affiliation to Nietzsche. The possibility of thinking temporalities in its own equivocality demonstrates that there is a path in the reflection on language to be taken in the paths of a tragic materialism - the consideration that the historical determination is not a result of a machine and motorized process, but that there is something from chance that appears, and that, in that chance, an interval between the misunderstanding and the language, there is still a space for art, for creation, to re-exist to the sedentary senses.

*Key-Words:* Nietzsche; Event; Language Sciences.

*Why has someone, declared to be a philologist of genius, appointed Professor of Philology – as the professional study of language, was then know – at the University of Basel at twenty-four, given his doctorate with examination exempted by Leipzig, birthplace of comparative linguistics, why has Nietzsche had so little to do with subsequent linguistics?*

R. Chatterjee<sup>1</sup>

## Introdução

Há muito a pergunta que epigrafa este artigo deixou de ser nossa questão. Ter deixado de ser implica o já ter sido. Não nos surpreende que tenha sido, durante algum tempo, precisamente esta a nossa questão. Nela funciona um raciocínio bastante sedutor, aquele cujo pressuposto é o de que: se X... logo, necessariamente, Y. Algo que diz respeito à lógica de causa e efeito talvez esperada em uma concepção escatológica da História: se a Linguística já foi outrora Filologia e Linguística Comparada, então por que um grandioso filólogo, formado no berço do comparatismo, não teve seu nome gravado nos livros de história da Linguística?

A disciplina de *História das Ideias Linguísticas*, tal como é teorizada e produzida no Brasil, fez com que, de outra perspectiva, a pergunta também fosse outra. Ao invés de nos perguntar pela causa – por que Nietzsche não foi lido na Linguística – passamos a nos perguntar pelas condições: sob que condições pode Nietzsche ser filiado à História das Ideias Linguísticas? O que condiciona a possibilidade da presença de Nietzsche neste domínio? Que condições Nietzsche possibilita na Linguística?

A partir dessa mudança, foi necessário que o problema fosse colocado de outro lugar. Passamos então a ter em vista que as fronteiras entre o conhecimento são imaginárias, mas que nem por isso (inclusive por isso) deixam de produzir seus efeitos. De início percebemos que eram condições bastante particulares estas de Nietzsche nas Ciências da Linguagem. Particulares porque, para o bem e para o mal, o nome do filósofo alemão correu várias áreas nas Ciências Humanas e sempre esteve inclusive bem próximo dos teóricos e cientistas da literatura. Muitos foram os intelectuais que ao longo do século XX reivindicaram a filiação a Nietzsche, ou mesmo que se filiaram a outros

---

<sup>1</sup> CHATTERJEE, R. Before and beyond Linguistics: Professor Nietzsche, Philologist. In: NICHOLSON, C.; CHATTERJEE, R. **Tropic crucible**: self and theory in language and literature. Kent Ridge, Singapore: Singapore University Press, 1984. p. 24-35.

pensadores, em função de não quererem se filiar a Nietzsche.

Em **Para além das palavras e das coisas**: Nietzsche e as Ciências da Linguagem<sup>2</sup>, investigamos a filiação<sup>3</sup> entre Nietzsche e o que foi chamado de *Hipótese Sapir-Whorf*. O estudo dessa filiação apontou para uma disparidade entre o pensamento de Sapir e o de Whorf, disparidade esta que veio à tona quando concluímos que, se Sapir poderia ser filiado a Nietzsche, Whorf, por sua vez, não permitia essa filiação. Disso decorreu que não fazia mais sentido falar de *uma* Hipótese Sapir-Whorf, a não ser para abarcar um conjunto de definições díspares, que muitas vezes se anulavam.

Nesse estudo havia ficado clara a filiação entre Nietzsche e Sapir, que passava inclusive pela noção de hábito gramatical, hábito linguístico. Nas Ciências da Linguagem, entretanto, os livros de história da linguística remetiam sempre a hipótese a Guilherme de Humboldt, o que nos levou a pensar que poderia haver algo de Humboldt que comparecesse em Nietzsche a ponto de ambos se fazerem presentes no pensamento de Sapir. De fato, veremos que essa é uma relação possível, mas não a ponto de Humboldt ser condição para a existência do pensamento de Nietzsche.

Nietzsche era um nome que também aparecia espaçadamente em algumas ocasiões na obra de Michel Pêcheux, e a filiação entre os dois também foi indicada em textos de outros autores, como Denise Maldidier e Paul Henry. Isso a tal ponto que tentamos configurar de que modo um poderia ser filiado ao outro. O esboço dessa tentativa nos levou, de modo inconsciente, a expressá-la por meio de termos que haviam sido cunhados por Eni Orlandi. A percepção desse mecanismo é que nos conduziu a estudar essa filiação de modo mais detido. Neste artigo, entretanto, trataremos apenas da filiação entre Nietzsche e Pêcheux no que tange à Análise de Discurso..

---

<sup>2</sup> MACHADO, Isadora Lima. **Para além das palavras e das coisas**: Friedrich W. Nietzsche e as Ciências da Linguagem. 2011. 167 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270583>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

<sup>3</sup> Entendemos por filiação o resultado de um gesto interpretativo por parte do analista que visa a estabelecer a procedência (marcas subindividuais que se organizam em rede) e a emergência (cena de distribuição de conceitos) de relações de sentido interdependentes entre ideias, textos, autores e funcionamentos enunciativos e/ou discursivos. Procedência e emergência são interpretações que Michel Foucault produz a partir da leitura de **Genealogia da Moral**, de Nietzsche. Está no texto “Nietzsche, a genealogia, e a história”, publicado no Brasil em **Microfísica do Poder** (NIETZSCHE, [1979] 2008).



Se levássemos em conta o tempo cristão, linear e escatológico, seria preciso dizer que tudo começa em Humboldt. Caminha até Nietzsche. Encontra então Sapir. Chega a Pêcheux, que, por sua vez, chega a Orlandi (por mais que os dois sejam contemporâneos). Encarar o tempo como uma linha que progride nos levaria a contar essa história de modo bastante simples: o mais antigo influencia o que é mais novo e isso se acumula, o acúmulo de conhecimento gerado pelos dois é recebido por um terceiro, que se junta e influencia um quarto, e daí por diante.

Nosso trabalho, entretanto, é a tentativa de se inscrever em um lugar de dizer que rompa as cadeias lineares e se aproxime de um trabalho nietzscheano, que leve em conta a emergência e a procedência dos nomes, em detrimento da busca pela origem.

### Uma temporalidade: Nietzsche-Pêcheux

Denise Maldidier (1990, p. 91, grifos nossos), em **L'inquiétude du discours**, afirma: "Il a travaillé d'impossibles 'machines à lire' qui allaient ouvrir de nouvelles lectures. Il a infatigablement lu ou relu donné à lire, parlé de ses lectures. *Il allait relire Nietzsche*"<sup>4</sup>. É interessante notar que, na edição brasileira, a tradução diz que Michel Pêcheux ia ler Nietzsche. Acreditamos que esse detalhe de tradução diz muito. Afinal, se ele iria ler, não se poderia dizer qual caminho Pêcheux tomaria nessa leitura. Se, entretanto, ele iria reler, podemos pensar de modo mais material nessa relação. Buscaremos, então, demonstrar parte dessa possível relação entre Nietzsche e Pêcheux, particularmente no que tange à crítica do sujeito lógico.

Nietzsche instaurou com sua filosofia o que podemos chamar de crítica ao sujeito das proposições, ou sujeito lógico. O sujeito, na filosofia nietzscheana, é uma ficção e, enquanto ficção, passível de genealogia, de desconstrução. Um pensamento, segundo Nietzsche ([1886] 2005, § 17), vem quando ele quer e não quando eu quero, de modo que é um falseamento da realidade atribuir ao predicado "penso" o sujeito "eu". Trata-se de um hábito gramatical. Assim, onde os filósofos enxergam uma categoria filosófica, a de sujeito, Nietzsche afirma ser apenas uma categoria gramatical que induz o raciocínio dos filósofos. A crença no sujeito lógico é apenas uma crença metafísica.

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: "Ele trabalhou 'máquinas de ler' impossíveis, que levaram a outras leituras. Ele incansavelmente leu ou releu, deu a ler, falou de suas leituras. Ele ia reler Nietzsche."

Ao problema do sujeito se liga o problema da consciência. Por meio da crítica ao sujeito lógico, Nietzsche opera então o descentramento do sujeito, pois não agimos onde tencionamos. Quando Nietzsche instaura a condição opositiva entre a ação e a consciência, tecida pelo trabalho da linguagem, para ele não se trata da velha oposição entre sujeito e objeto, pois essa distinção ele deixa “para os teóricos do conhecimento que se enredaram nas teias da gramática (a metafísica do povo)” (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 354). Não se trata, de igual maneira, da oposição entre fenômeno e coisa em si, “pois estamos longe de ‘conhecer’ o suficiente para poder assim separar” (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 354).

A gramática, e assim o sujeito gramatical, exerce o papel de metafísica do povo. A linguagem, nesse contexto, é a responsável por tornar ordinária a experiência individual, por banalizá-la, uma vez que para as infinitas possibilidades do sentir e do fazer, temos um conjunto limitado de palavras. É por isso que Nietzsche tomará também a gramática como uma das razões para toda a dogmatização em filosofia (NIETZSCHE, [1886] 2005, Prólogo). Eis a receita que Nietzsche identifica em todo e qualquer edifício filosófico construído pelos dogmáticos:

[...] alguma superstição popular de um tempo imemorial (como a superstição da alma, que, como superstição do sujeito e do Eu, ainda hoje causa danos), talvez algum jogo de palavras, alguma sedução (*Verführung*) por parte da gramática, ou temerária generalização de fatos muito estreitos, muito pessoais, demasiado humanos [...] (NIETZSCHE, [1886] 2005, Prólogo).

É interessante notar que, para Nietzsche, a noção de alma pode ser derivada da noção supersticiosa do sujeito e do eu, ambos como atomismos. Todas as três noções são superstições populares de tempos imemoriais e, além delas, entra em cena também algum jogo de palavras e os desencaminhamentos provocados pela gramática. Esse poder da linguagem de instaurar uma interpretação do mundo é tido por Nietzsche como causa, por exemplo, do erro de Descartes e de tantos outros filósofos: eles foram seduzidos pela gramática.

“Eu quero”, como era superstição de Schopenhauer, ou “eu penso”, como foi a superstição de Descartes. Essas certezas foram tidas como imediatas partindo do preconceito de que nem no que tange ao sujeito e nem no que tange ao objeto houvesse uma falsificação. Para Nietzsche, nos termos “certeza imediata”, “conhecimento absoluto” e “coisa em si” há um *contra-*

*dictio in adjeto*, e por isso “deveríamos nos livrar, de uma vez por todas, da sedução das palavras!” (NIETZSCHE, [1886] 2005, § 16). O filósofo deveria propor-se uma atitude diferente da atitude do povo, que acredita que conhecer pode significar conhecer até o fim. O filósofo precisa colocar em suspeita a linguagem: se o filósofo decompõe as proposições “eu penso” ou “eu quero”, perceberá que delas decorrem uma série de afirmações de difícil sustentação: “que sou *eu* que pensa, que tem de haver necessariamente um algo impossível que pensa, que pensar é atividade e efeito de um ser que é pensado como causa, que existe um “eu”, e finalmente que já está estabelecido o que designar como pensar – que eu sei o que é pensar” (NIETZSCHE, [1886] 2005, § 16). Como se pode saber que a ação é pensar, e não sentir ou querer? Afirmar “eu penso” pressuporia que, ao comparar o estado momentâneo em que me encontro com outros estados que conheço de mim, se poderia afirmar o que este estado é, de modo que eu penso não pode ser tomado como uma certeza imediata. Neste caso, o filósofo se depara com uma série de problemas metafísicos: “de onde retiro o conceito de pensar? Por que acredito em causa e efeito? O que me dá o direito de falar de um Eu, e até mesmo de um Eu como causa, e por fim de um Eu como causa de pensamentos?” (NIETZSCHE, [1886] 2005, § 16).

Conforme já mencionamos, o pensar enquanto consequência de um sujeito, eu, para Nietzsche é apenas uma superstição dos lógicos ([1886] 2005, § 17). O que estes não levam em conta é que um pensamento surge quando ele quer, e não quando o eu quer, “de modo que é um falseamento da realidade efetiva dizer: o sujeito “eu” é a condição do predicado ‘penso’” (NIETZSCHE, [1886] 2005, §17). Dizer que isso (*es*, em alemão; *it*, em inglês) pensa já é ir longe demais, mas mesmo assim, que esse isso seja “o velho e decantado eu” é apenas uma suposição, nunca uma certeza imediata. O isso enquanto causa de penso já é uma interpretação do processo.

Nessa interpretação, o sujeito enquanto causa e o predicado enquanto efeito, conclui-se segundo um hábito gramatical: “pensar é uma atividade, toda atividade requer um agente, logo –” (NIETZSCHE, [1886] 2005, §17). Ou seja, determinado a partir de uma forma de raciocínio de uma gramática específica, o filósofo empreende uma interpretação do mundo. Interpretação esta condicionada pela linguagem e todo seu aparato de hábitos gramaticais.

Nesse contexto, Nietzsche ([1886] 2005, §19) dirá que muitas vezes apenas a palavra garante a unidade da coisa. Quando os filósofos falam, por exemplo, de vontade, tomam-na enquanto unidade. Quando Schopenhauer

afirma que “apenas a vontade é conhecida por nós” (NIETZSCHE, [1886] 2005, §19), ele apenas toma um preconceito popular e o exagera. O querer, para Nietzsche, é antes de tudo algo complicado, pois é constituído, minimamente, por duas partes: uma que comanda e uma que obedece. E, linguisticamente, tratamos isso de eu, conceito sintético para a pluralidade da coisa.

Em **Genealogia da moral**, na primeira dissertação, o problema da sedução da linguagem reaparece para dizer que

nada mais é senão este mesmo impulso, este mesmo querer e atuar, e apenas sob a sedução da linguagem (e dos erros fundamentais da razão que nela se petrificaram), a qual entende ou mal-entende que todo atuar é determinado por um atuante, um ‘sujeito’, é que pode parecer diferente (NIETZSCHE, [1887] 2004, I, § 13).

Nesse sentido, apenas sob a sedução da linguagem é que se pode não compreender que a força é sempre um querer-atuar, sem sujeito. Para Nietzsche, não existe ser por trás do devir e nesse sentido o sujeito, “o agente”, é apenas uma ficção que foi agregada à ação. Em contrapartida, os cientistas tomam a mesma superstição popular ao dizer “a força movimenta, a força origina”, e assim por diante – toda a nossa ciência se encontra sob a sedução da linguagem, não obstante seu sangue-frio, sua indiferença aos afetos, e ainda se livrou dos falsos filhos que lhe empurraram, os “sujeitos” (o átomo, por exemplo, é uma dessas falsas crias, e também a “coisa em si” kantiana)” (NIETZSCHE, [1887] 2004, I, § 13). A crença no sujeito, enquanto crença no eu ou na alma, foi o artigo de fé mais petrificado pela sedução da linguagem. Por isso, diz Nietzsche ([1888] 2006, III, § 5), “receio que não nos livremos de Deus, pois ainda cremos na gramática...”

Ao analisar a idiossincrasia dos filósofos, dentre eles a já mencionada falta de sentido histórico, Nietzsche ([1888] 2006, III, § 4) diz que uma delas é confundir o último e o primeiro: tomam os “conceitos mais elevados” e mais gerais como o começo, quando na verdade eles aparecem apenas no fim. E isso justamente porque a crença na oposição de valores impede que admitam que algo elevado pode ter surgido de algo baixo. Em contrapartida, Nietzsche ([1888] 2006, III, § 5) afirma que ao trazermos à consciência os pressupostos da metafísica da linguagem, isto é, da razão, é precisamente essa metafísica que em toda parte vê agentes e atos, pois:

[...] acredita na vontade como causa; acredita no “Eu”, no Eu como ser, no Eu como substância, e *projeta* a crença no Eu-substância em todas as coisas – apenas então *cria* o conceito de “coisa”... Em toda parte o ser é acrescentado pelo pensamento como causa, *introduzindo furtivamente*; apenas da concepção “Eu” se segue, como derivado, o conceito de “ser”... (NIETZSCHE, [1888] 2006, III, § 5, grifos do autor).

Pêcheux e Orlandi, ao estabelecerem uma análise não-subjetiva da subjetividade, criticam as teorias idealistas do sujeito, crítica ao que Nietzsche chama de crença metafísica no sujeito, no eu. Criticam assim que o sujeito seja a origem do sentido, e que a linguagem possa ser atravessada por esse sujeito. Ao contrário disso, propõem que o sujeito está constituído pelo simbólico e no simbólico. O sujeito, para essa perspectiva, é um efeito da linguagem, ou seja, é porque imerso na linguagem que o sujeito pode se pensar como sujeito. Efeito da gramática, que apresenta o sujeito como aquele que realiza uma ação, que se apresenta como origem dessa ação.

Pêcheux (1975), ao dizer o sujeito enquanto efeito de linguagem, afirma que se trata de um teatro egoico: à pergunta “quem é?”, responde-se evidentemente “sou eu”, ao que se soma uma variada sorte de evidências: eu penso, ajo, ouço. Esse funcionamento evidente do eu ressoa a perspectiva nietzscheana de que a causa do predicado penso é um eu. Mas, para Pêcheux ([1975] 1995), trata-se de um processo ideológico: o processo de identificação do sujeito com uma formação discursiva – “[...] sob a *evidência* de que “eu sou realmente um eu” [...], há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o *quidam* que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 145, grifos do autor).

Em **Semântica e Discurso** ([1975] 1995), Michel Pêcheux empreende um longo percurso para criticar a concepção de sujeito do que chama de tendência lógico-formalista na linguística. Cita Louis Althusser em **Aparelhos Ideológicos do Estado** (1970) para afirmar ser o sujeito a evidência ideológica primeira:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (PÊCHEUX, 1975, p. 32).

Apesar então de Pêcheux, na retomada de Althusser, atribuir ao ideológico o efeito-sujeito, não podemos deixar de ver a ressonância com Nietzsche.

Ao tratar da relação entre teoria do conhecimento e filosofia da linguagem, Pêcheux demonstra de que modo o problema do sujeito, enquanto causa de um predicado, estava presente em Immanuel Kant, e assim a categoria de subjetividade, que “[...] aparece na reelaboração que Kant e seus sucessores fazem da oposição aristotélica contingente/necessário, através da questão da inerência do predicado ao sujeito (ou conceito) ao qual ele se aplica” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 47). E é exatamente contra essa posição, que Pêcheux identifica em Kant, que tanto ele quanto Nietzsche produzem uma crítica. Citando a **Crítica da Razão Pura** (1781), Pêcheux ([1975] 1995) retoma a distinção kantiana entre juízos analíticos e juízos sintéticos:

Em todos os juízos em que se pensa a relação de um sujeito com um predicado [...], essa relação é possível de duas maneiras: ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) no conceito A, ou B está inteiramente fora do conceito A, ainda que esteja, na verdade, em conexão com ele. No primeiro caso, eu nomeio o juízo como *analítico*; no outro, como *sintético* (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 47, grifos do autor).

É exatamente a essa superstição lógica que Nietzsche dirige sua crítica. Pêcheux, na esteira nietzscheana, também empreende sua crítica ao que ele chama de as bases comuns do pensamento moderno, ao que vem se ligar isso que ele caracteriza como a corrente lógico-formalista na Linguística.

Nessa corrente, Pêcheux compara o pensamento de E. Husserl com o de G. Frege, ao estabelecer a diferença entre ambos no que tange à relação do sujeito com as suas representações. Para Husserl, segundo Pêcheux, trata-se da subjetividade como fonte e princípio de unificação das representações, enquanto que a concepção fregeana é a de que o sujeito é portador das representações. Pêcheux afirma ainda que a primeira concepção domina e recobre a primeira, “a tal ponto que o mito da criação e do autor (o “eu” único que se exprime etc.) aparece como o duplo literário da subjetividade filosófica” (PÊCHEUX, [1975] 1995, p. 53), a ponto de a subjetividade se tornar ao mesmo tempo o excedente contingente que transborda o conceito e a condição de expressão do conceito.

## Outra temporalidade: Nietzsche-Sapir-Humboldt

Wilhelm von Humboldt visa a compreender a formação progressiva da gramática no espírito humano, principalmente como nasce em uma língua o que o autor chama de modo particular de representação das relações gramaticais (forma), e quais os efeitos dessas relações serem representadas de uma maneira ou de outra para o pensamento e para o desenvolvimento de ideias. A linguagem em Humboldt é uma faculdade que se desenvolve progressivamente, constituindo-se como um instrumento, instrumento este que apresenta certa “disposição virtual” para usos diversos. Em Nietzsche, a gramática aparece como a questão da apresentação de um juízo, na relação sujeito e predicado, enquanto em Humboldt a gramática se coloca com relação às formas gramaticais, ou seja, de que modo ao mudar a forma gramatical de língua para língua, essa mudança afeta a cognição.

Nietzsche visa a, dentre outros aspectos, compreender de que modo a linguagem influencia nossas crenças morais e nossos juízos de valor. Nesse contexto, a gramática determina os modos de filosofar. Afirma Nietzsche ([1886] 2005) que:

[...] filósofos do âmbito linguístico uralo-altaico (onde a noção de sujeito teve o desenvolvimento mais precário) com toda a probabilidade olharão “para dentro do mundo” de maneira diversa e se acharão em trilhas diferentes das dos indos-germanos ou mulçumanos: o encanto exercido por determinadas funções gramaticais é, em última instância, o encanto de condições raciais e juízos de valor *fisiológicos*. (NIETZSCHE, [1886] 2005, § 20, grifos do autor).

Desse modo, esses pensamentos filosóficos não seriam tanto uma descoberta, mas um reconhecimento. Reconhecimento de raciocínios derivados do sistema linguístico. Por outro lado, “não basta utilizar as mesmas palavras para compreendermos uns aos outros; é preciso utilizar as mesmas palavras para a mesma espécie de vivências interiores, é preciso, enfim, ter a experiência *em comum* com o outro” (NIETZSCHE, [1886] 2005, §268, grifos do autor).

A relação privilegiada com o pensamento caracteriza o que seja linguagem em Humboldt. Dessa maneira, o pensamento é representado pela linguagem: palavras e relações gramaticais concorrem para representar o pensamento. Nesse contexto, Humboldt afirma algumas línguas como supe-

riores a outras, pois algumas estariam mais aptas à expressão de certas ideias. O argumento leva em conta a comparação entre línguas para afirmar a superioridade das línguas flexionais. O desenvolvimento das ideias dependeria da possibilidade de se pensar certas relações. Assim, uma língua indígena americana não teria o prazer pelo pensamento abstrato, e, já que é assim, seria impossível que surjam certos pensamentos em determinadas línguas. O que está em jogo neste tipo de raciocínio é que o pensamento, para se desenvolver em pensamento abstrato, exigiria que as relações gramaticais respondessem a relações lógicas. A formação da linguagem e das formas abstratas do pensamento são indissociáveis para Humboldt. O pensamento, então, apenas por meio de uma operação lógica introduz nas palavras a verdadeira relação gramatical pretendida, na medida em que tende a se converter em uma forma.

Na relação entre linguagem e pensamento, é interessante notar que, para Nietzsche, a noção de alma pode ser derivada da noção supersticiosa do sujeito e do eu, ambos como atomismos. Todas as três noções são superstições populares de tempos imemoriais e, além delas, entra em cena também algum jogo de palavras e os desencaminhamentos provocados pela gramática. Dessa maneira, podemos mais uma vez compreender a força da linguagem na construção do mundo da experiência, e do modo como ela determina desde construções filosóficas, até crenças religiosas. Esse poder da linguagem de instaurar uma interpretação do mundo é tido por Nietzsche como causa, por exemplo, do erro de Descartes e de tantos outros filósofos: eles foram seduzidos pela gramática. Sendo assim, podemos dizer que a função da gramática em Humboldt é positiva, pois possibilitaria o pensamento, enquanto em Nietzsche essa função é negativa, pois propicia um tipo de pensamento gregário.

Para Humboldt, quanto mais a língua imprimir formalidade, mais aumentaria a potência da faculdade de pensar. Mas, em princípio, a língua só teria signos para os objetos, e caberia ao que escuta juntar as formas que dão nexo ao discurso. A língua deveria assim adaptar-se às necessidades do pensamento e reproduzir seu organismo em sua estrutura. Humboldt argumenta que, se não fosse assim, a língua seria apenas um símbolo imperfeito do pensamento.

Para Nietzsche, não se trata de aumentar a faculdade de pensar, pois pensar não é uma faculdade em Nietzsche. É no jogo com a consciência que exerce a linguagem um papel decisivo. Diz Nietzsche ([1882] 2008, § 354) que o problema da consciência, de o homem *tornar-se consciente*, apenas



adquire contornos específicos quando pensamos em que medida o homem poderia existir sem ela, pois, para Nietzsche, poderíamos pensar, sentir, querer, recordar, e até mesmo agir, e para nada disso precisaríamos de ter consciência. Toda a vida poderia ser possível sem que ela fosse consciente, “sem que, por assim dizer, ela se olhasse no espelho” (NIETZSCHE, [1882]2008, § 354), já que, ainda hoje, boa parte de nossa vida se passa sem ter-se consciência dela. A partir disso, ele se pergunta “*para que* então consciência, quando no essencial é *superflua*?” (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 354). A resposta de Nietzsche a esta pergunta está diretamente ligada à necessidade de comunicação, que por sua vez está ligada à capacidade de comunicação. Ao supor que essa seja uma hipótese válida, Nietzsche conjectura que a consciência se desenvolveu sob a pressão da necessidade de se comunicar, que ela foi necessária e útil somente entre duas pessoas – em especial, entre uma pessoa que manda, e outra que obedece. “Consciência é, na realidade, apenas uma rede de ligação entre as pessoas, - apenas como tal ela teve que se desenvolver: um ser solitário e predatório não necessitaria dela” (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 354). Que nossas ações, pensamentos, movimentos e mesmo sentimentos tenham chegado à consciência ao menos em parte, é fruto de que o homem precisava de ajuda e proteção de seus iguais, e para isso precisava exprimir o perigo em que se encontrava e precisava que fosse compreendido, já que, dentre os animais, era a espécie mais ameaçada. E, segundo Nietzsche, para todas essas ações o homem precisava “saber” o que faltava, necessitava “saber” o que sentia, “saber” o que pensava, ou seja, o homem necessitava antes de tudo de consciência. Como toda criatura viva, o homem pensa continuamente, mas não sabe que pensa. O pensar consciente, o pensar que ele sabe que pensa, “é apenas a parte menor; a mais superficial, a pior, digamos: - pois apenas esse pensar consciente ocorre em palavras, ou seja, em signos de comunicação, com o que se revela a origem da própria consciência” (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 354). Quando Nietzsche fala de consciência, lembra que ela não é a razão, trata-se apenas do tomar-consciência-de-si da razão, e, nesse sentido, andam de mãos dadas o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento da consciência.

Nesse sentido, diferenciam-se sobremaneira Nietzsche e Humboldt. Para Nietzsche a linguagem é uma ponte entre um ser humano e outro, mas não só ela: também cumpre esse papel o olhar, o toque, o gesto. Em suma, é na medida em que cresce a necessidade de comunicação que aumentam a consciência e a linguagem: “o homem inventor de signos é, ao mesmo tempo, o homem cada vez mais consciente de si” (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 354).

Em muitos manuais de Linguística, Humboldt é tido como uma espécie de precursor de Edward Sapir. Veremos, entretanto, que a relação que pode ser estabelecida entre Nietzsche e Sapir, mas que não pode ser estabelecida entre Humboldt e Nietzsche, estabelece uma diferença entre Sapir e Humboldt.

A linguagem, tanto para Edward Sapir quanto para Nietzsche, não é inerente ao homem. Ela foi criada, no sentido de que não faz parte das funções bio-fisiológicas da espécie humana. Por mais que para Nietzsche a linguagem seja uma transposição de metáforas do corpo, não se trata de biologismo. Para Nietzsche, é por necessidade de comunicação que o homem cria a linguagem, pois enquanto espécie animal mais ameaçada, precisou de algo que pudesse se sobrepor aos animais. Para Sapir, dizer que a linguagem é não-inerente significa dizer que ela é uma função cultural, e não função biológica, como andar, por exemplo. A linguagem em Sapir é adquirida, enquanto o ato de andar é algo previsto pela biologia humana: se o homem não estiver em sociedade, ele não aprenderá a falar, mas com toda certeza, aprenderá a andar. O caráter, por assim dizer, social da linguagem aparece nos dois autores. Dizer do caráter criador da linguagem liga tanto Nietzsche quanto Sapir a uma determinada tradição, para a qual a linguagem é uma arte, um artefato. Obviamente o corpo humano está biologicamente preparado para a linguagem, mas é só por necessidade, em Nietzsche, ou apenas porque é transmitida, em Sapir, que a linguagem pode ser “adquirida”. Para Nietzsche, o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento da consciência andam de mãos dadas, pois um ser solitário e predatório não necessitaria nem de linguagem, nem de consciência. Sapir (2004, p. 12), por sua vez, afirmará que “nós vemos esse processo complexo de interação da linguagem e do pensamento tomando lugar sob nossos olhos”, pois o instrumento-linguagem torna o produto-pensamento possível, enquanto o último refina o primeiro.

Nesse ponto, a diferença é necessariamente uma diferença de força. Em Nietzsche, linguagem e consciência aparecem para que a espécie humana consiga sobreviver. Ao uniformizar as designações, diz Nietzsche que o homem pode se livrar do estado de guerra que o colocava em risco. Em Sapir, por mais que a linguagem comece, segundo ele, de modo pré-racional, não se trata de luta por afirmação de vontade. Por mais que para ambos ajam na linguagem forças irracionais e inconscientes, de modo que para os dois autores a maior parte da linguagem se dá nesse nível, novamente em Nietzsche essas forças irracionais lutam no homem com intuito de que ele as afirme, enquanto para Sapir essas forças se referem aos instintos humanos.

Nessa relação, tanto para Sapir quanto para Nietzsche a linguagem cumpre o papel de vulgarizar a experiência por meio de um movimento que ambos identificam: a igualação do não-igual. Segundo Sapir, a experiência do homem com as coisas é incomunicável. A experiência individual que se tem com o lugar em que se mora indiscutivelmente será chamado de casa. Entretanto, casa é o conceito que iguala todas as experiências individuais com ela, de modo que é preciso equalizar essa experiência individual com a noção conceitual coletiva, então a palavra aparece com símbolo de um conceito, ou seja, uma cápsula de pensamento convencional. Desse modo, o fluxo infinito da experiência, diferente entre si porque individual, é designado igualmente por todos. Nietzsche, nesse mesmo caminho, afirma que “toda palavra é um pré-conceito” (NIETZSCHE, [1879] 2008, § 55) e nisso consiste o perigo da linguagem para a liberdade espiritual, pois, se *bem e mal* são os preconceitos divinos (NIETZSCHE, [1882] 2008, § 259), o são porque palavras encaminham o sentido da experiência no mundo.

A linguagem vulgariza as experiências individuais inclusive porque faz com que o homem enxergue oposições onde existem apenas gradações. Nas ideias nietzscheanas sobre a linguagem, as antonímias são as maiores armas dos metafísicos, pois apagam as cores do mundo e o pintam de branco e preto, cristalizando e naturalizando a oposição, por exemplo, de bem e mal. A filosofia de Nietzsche, a filosofia histórica, no entanto, constata que não existem opostos. O método genealógico, ao dar história às coisas, demonstra que a oposição é sempre fruto de um esquecimento. Sapir (2004, p. 78) também critica o binarismo no qual a linguagem aprisiona o homem, ao dizer que “uma vez que temos em mente que todas as coisas sejam definitivamente boas ou más ou definitivamente pretas ou brancas, é difícil conceber que cada coisa particular pode ser boa E ruim (em outras palavras, indiferente)”. Argumenta Sapir que não podemos estar contentes com essa “função” da linguagem, pois não há razão inerente para que os conceitos se organizem dessa maneira.

O poder de fixação da linguagem para Sapir se liga ao fato que a forma vive mais que o seu conteúdo conceitual. Isto é, tanto a forma quanto o conteúdo estão sempre mudando, mas a forma tende a demorar mais onde o “espírito” já se foi. A palavra “esposa”, por exemplo, se mantém há muito tempo, enquanto seu conteúdo conceitual mudou. Para Nietzsche, a linguagem possui esse poder cristalizador também porque “se a forma é fluida, o “sentido” é mais ainda...” (NIETZSCHE, [1887] 2004, II, § 12). Para Nietzsche, os sentidos e as finalidades são obliterados, e por meio desse apagamento uma nova vontade pode se assenhorar de outra, pois “toda

a história de uma “coisa”, um órgão, um uso, pode desse modo ser uma ininterrupta cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, cujas causas nem precisam estar relacionadas entre si, antes podendo se suceder e substituir de maneira meramente casual” (NIETZSCHE, [1887] 2004, II, § 12). Dessa maneira, para Sapir e para Nietzsche, o obliteramento sucessivo do conteúdo conceitual produz o efeito de rigidez da linguagem.

Essa amálgama de classificações age de modo tão radical que, para Sapir e Nietzsche, a língua que falamos determina nossa apreensão do mundo por meio de hábitos linguísticos. Isso quer dizer que a linguagem, enquanto já interpretação dos fenômenos, impõe uma forma de apreender a realidade. O termo *hábitos linguísticos*, segundo J. Penn<sup>5</sup>, não está em W. von Humboldt, a quem é atribuído uma das bases germânicas para a hipótese Sapir-Whorf. Em princípio, portanto, podemos atribuir o uso do termo por Sapir a Nietzsche. Existem então funcionamentos da linguagem que agem na forma como compreendemos o funcionamento do mundo.

Para Sapir, a linguagem é um caminho interpretativo e não uma roupagem, pois o pensamento é formado por um conteúdo latente de linguagem ao mesmo tempo em que para se formar interpreta esse fluxo. A linguagem em Sapir é *como* uma sociedade pensa, enquanto o pensamento é o *quê* uma sociedade pensa. Nesses termos, uma sociedade que não conhece a teosofia não terá um nome para isto, do mesmo modo, exemplifica Sapir, os aborígenes, que não conheciam o cavalo, precisaram inventar ou mesmo tomar emprestada uma palavra para designá-lo. O vocabulário de uma língua, portanto, mais ou menos reflete sua cultura, mas em Sapir não se pode identificar a língua com um dicionário da cultura, pois a questão é que ambas se desenvolvem em paralelo. Para Sapir, uma língua é mais ou menos propícia a um tipo de atividade e a um determinado tipo de ideia.

Aqui novamente Nietzsche e Sapir se aproximam, pois, para Nietzsche, conforme já citamos, filósofos do ramo linguístico uralo-altaico, que segundo ele teve a noção de sujeito precariamente desenvolvida,

olharão ‘para dentro do mundo’ de maneira diversa e se acharão em trilhas diferentes das dos indos-germanos ou mulçumanos: o encanto exercido por determinadas funções gramaticais é, em última instância, o encanto de condições raciais e juízos de valor *fisiológicos* (NIETZSCHE, [1886] 2005, § 20).

---

<sup>5</sup> PENN, J. M. **Linguistic Relativity versus Innate Ideas. The origins of the Sapir-Whorf Hypothesis in German Thought.** Mouton: Paris, 1972.

Segundo O. Giacóia<sup>6</sup>, Nietzsche não está se referindo apenas à filosofia tal como a compreendemos, mas a todo o saber especulativo que, de um modo impressionante, estaria em relação de arbitrariedade. A gramática de uma determinada língua daria ao filósofo um conjunto de sistemas possíveis e, se examinarmos os principais conceitos da filosofia, veremos bastante semelhanças.

Quando tomamos Chang Tung-Sun<sup>7</sup> e sua *A teoria do conhecimento de um filósofo chinês*, temos uma boa explicação para isso. Afirma Tung-Sun que os problemas filosóficos do Ocidente não eram os mesmos da filosofia chinesa. Enquanto a filosofia ocidental herdeira de Kant acreditava ter encontrado as categorias universais, toda ela não passa de uma forma de conhecimento, que se limita a um determinando tempo e a uma determinada sociedade. A base desse “erro” identificado por Tung-Sun está, um dos fatores, nas diferentes gramáticas. O chinês não possui o tipo tradicional de proposição “sujeito-predicado” que caracteriza as línguas indo-europeias, portanto os filósofos chineses desconhecem a noção de substância, donde conclui que “muitos problemas filosóficos são apenas problemas de linguagem” (TUNG-SUN, 1994, p. 179).

Por mais parentescos que os dois autores guardem entre si, há uma diferença fulcral entre eles, que diferencia em grande medida os dois projetos. Há uma diferença de *força*. Nietzsche funda sua crítica à moral na crítica à linguagem, enquanto Sapir está interessado, a despeito disso, em conseguir descrever as línguas. Para efetuar essa “descrição”, Sapir se funda em uma concepção de linguagem, que em muitos pontos se assemelha a Nietzsche.

## Considerações Finais

No intervalo entre as Ciências da Linguagem e a Filosofia é que tem lugar um trabalho sobre as filiações a Nietzsche nas Ciências da Linguagem. Quando nos colocamos esta questão, entendendo Nietzsche enquanto um acontecimento<sup>8</sup>, como aquilo que instaura temporalidades, buscamos compreender a futuridade desse acontecimento, ou seja, aquilo que da enuncia-

---

<sup>6</sup> GIACÓIA, O. Cinco aulas sobre Nietzsche. Aula 5. Cefet-Sp. Disponível em: <http://www.rubedo.psc.br>

<sup>7</sup> TUNG-SUN, C. A teoria do conhecimento de um filósofo chinês. In: CAMPOS, H. [org.] **Lógica, poesia, linguagem**. Textos traduzidos por Heloysa de Lima Dantas. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

<sup>8</sup> GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ção nietzscheana havia se projetado no futuro que instaurou.

Pontilhando em linha reta, chegamos ao que ficou conhecido como Hipótese Sapir-Whorf (HSW). Nossa investigação nos fez compreender que a HSW não havia sido formulada univocamente. Não há “uma” Hipótese Sapir-Whorf. Esse termo, inclusive, foi cunhado em 1954, por Harry Hoijer, na ocasião de um congresso nos Estados Unidos, após a morte dos autores que a ela deram o nome. Os autores, inclusive, nunca foram exatamente próximos.

A filiação de Sapir a Nietzsche está materializada, principalmente, pela ideia de hábito gramatical – nas palavras de Nietzsche, *grammatischen Gewohnheit*, em Sapir, *language habits*. Ideia que, inclusive, não aparece em Whorf, nem em Humboldt, e aparece claramente em Nietzsche. O hábito gramatical diz respeito à ideia de que há algo do gramatical que nos constitui de tal maneira que comparece em raciocínios cotidianos, também filosóficos.

A filiação entre Nietzsche e Sapir, a partir do momento em que foi estabelecida, recortou um memorável: Guilherme de Humboldt. A história oficial da Linguística o apresenta como precursor da Hipótese Sapir-Whorf. Isso nos levou a pensar que, se Humboldt era lido como seu precursor, poderia haver algo de Humboldt em Nietzsche, e assim teríamos, no estabelecimento de temporalidades, o recorte efetuado pelo presente futuro de um memorável. Tratava-se também de compreender se o que havia entre Nietzsche e Sapir não era exclusivamente o que já haveria entre Humboldt e Nietzsche, e assim entre Humboldt e Sapir. Não foi isso, entretanto, que as análises nos levaram a concluir.

As análises sobre a filiação de Nietzsche a Humboldt nos levaram a concluir que, apesar de ambos colocarem a relação entre linguagem e “pensamento” entre suas preocupações, é no que tange à consideração do simbólico que pode ser vista alguma aproximação entre eles. Não ao ponto, entretanto, de se falar que Humboldt condiciona a reflexão de Nietzsche sobre a linguagem<sup>9</sup>.

A despeito dessa temporalidade, havia ainda outro caminho de investigação, que não fazia parte dessa mesma futuridade projetada em Sapir. Tratava-se da obra de Michel Pêcheux. Encontramos menções a Nietzsche em três ou quatro momentos da obra de Michel Pêcheux. Particularmen-

---

<sup>9</sup> Ironicamente, Nietzsche chama Humboldt de “o nobre cabeça chata”. “Wilhelm von Humboldt<v>, der edle Flachkopf”. eKGWB/NF-1888,16[61] — Nachgelassene Fragmente Frühjahr–Sommer 1888.

te, chamou-nos bastante atenção uma passagem sobre Pêcheux, na obra **L'inquiétude du discours**, de Denise Maldidier: “ele ia reler Nietzsche”. É bastante trivial que, se ele iria reler, já havia lido anteriormente. Aliado a isso, encorajou-nos bastante saber que no *Institute Mémoires de l'Édition Contemporaine*, onde está depositado o espólio de Pêcheux, havia uma pasta chamada *Projets Nietzsche*. Há então uma materialidade configurada de outra maneira nessa filiação, diferente da materialidade dos laços produzidos por palavras, como no caso de Sapir e Nietzsche.

Essas idas e vindas das temporalidades são estabelecidas pela própria enunciação, ou seja, um texto que vem no tempo depois pode fazer reinterpretar certos sentidos que estavam no tempo antes. É característico do acontecimento que ele instaure temporalidades, e o que nossas análises demonstram é que a futuridade que acontecimento projeta é equívoca, ou seja, há algo no acontecimento que permite que sua latência de futuro seja Sapir e seja Pêcheux.

Essas duas temporalidades parecem, à primeira vista, bastante contraditórias, e em alguma medida o são<sup>10</sup>. Enquanto Humboldt e Sapir produzem a reflexão a partir de uma posição que podemos chamar de culturalista, Pêcheux escreve sob a perspectiva histórica. Em comum, entretanto, nas duas temporalidades há um peso relevante para o simbólico. Quer dizer, ao passo que é bastante dominante nas Ciências da Linguagem a posição biologizante da linguagem, aquela que tem seu representante máximo em Noam Chomsky, as duas temporalidades que descrevemos refletem a linguagem a partir do que nela há em relação ao simbólico, enquanto sistema de representações. Em Pêcheux, entretanto, esse sistema nunca se fecha, e não é homogêneo, como em Sapir.

As diferentes temporalidades que o nome de Nietzsche constitui para as Ciências da Linguagem são possibilitadas pelas particularidades enunciativas da prosa nietzscheana, no que tem capital importância o trabalho da/na polifonia e do/no silêncio.

Essas duas temporalidades que descrevemos nas Ciências da Linguagem nos encaminham a pensar, além das descontinuidades da História, a própria pluralidade da coexistência temporal. Ou seja, quando lidamos com a *História das Ideias Linguísticas*, não há primeiro uma coisa, depois outra,

---

<sup>10</sup> Essa conclusão particularmente me interessa no que concerne a sua semelhança, nesse microcosmo, com os trabalhos de Foucault. Foucault foi mestre em demonstrar que aquilo que na superfície se contradiz, se pensado em termos de descontinuidade não se opõem veementemente.

depois outra. O presente demanda sentido e é a partir dessa demanda presente que passamos a interrogar o passado.

A possibilidade de pensar as temporalidades em sua equivocidade me leva a crer que há um caminho na reflexão sobre a linguagem a ser trilhado nas sendas de algo que possa ser dito como um caminho ao materialismo trágico – a consideração de que a determinação histórica não é fruto de um processo maquínico, motorizado, mas que há algo do acaso que comparece, e que nesse acaso, intervalo entre o equívoco e a linguagem, temos ainda um espaço para a arte, para a criação, para r-existir ao sedentarismo dos sentidos.

## Referências

CHATTERJEE, R. Before and beyond Linguistics: Professor Nietzsche, Philologist. In: NICHOLSON, C.; CHATTERJEE, R. **Tropic crucible: self and theory in language and literature**. Kent Ridge, Singapore: Singapore University Press, 1984.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. [1980] **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses: une archeologie des sciences humaines**. Paris: Gallimard, 2012.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, [1978] 2008.

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (org.). **A palavra – forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **História da Semântica**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Seminário Avançado de Semântica**. IEL. 2009/2.



- \_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Textualidade e Enunciação. **Revista Escritos**. n. 2. Labeurb/Nudecri: 2002.
- \_\_\_\_\_. Texto e enunciação. **Revista Organon**, UFRGS. 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, [1987] 2007.
- GADET, F.; HAK, T. [Org.]. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- HUMBOLDT, W. v. **Sur le caractère national des langues, et autres écrits sur le langage**. Textes choisis par Denis Touard. Paris : Points Essais, 2012.
- MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris : Editions des Cendres, 1990.
- NIETZSCHE, F. **Aurora**. Companhia das Letras: São Paulo, [1881; 1887] 2004.
- \_\_\_\_\_. **Genealogia da moral**. Companhia das Letras: São Paulo, [1887] 2004.
- \_\_\_\_\_. Verdade e mentira no sentido extra-moral. In: **Nietzsche, Obras Incompletas**. Tradução de Rubens Torres Filho. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, [1873] 2005.

\_\_\_\_\_. **Humano, demasiado humano.** Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, [1878; 1886] 2005.

\_\_\_\_\_. **Além do bem e do mal.** Prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, [1886] 2005.

\_\_\_\_\_. **Crepúsculo dos Ídolos.** Ou como se filosofa com o martelo. Companhia das Letras: São Paulo, [1888] 2006.

\_\_\_\_\_. **A Gaia Ciência.** Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, [1882; 1887] 2008.

\_\_\_\_\_. **Humano, demasiado humano II.** Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, [1879; 1880; 1886] 2008.

ORLANDI, E. [org.] **História das Ideias Linguísticas – construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** Cáceres, Campinas: Pontes, Unemat Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, [1987] 2007.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista:** discurso do confronto - velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1990] 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso.** 2. Ed. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SAPIR, E. **Language.** An introduction to the study of speech. New York: Harcourt, Brace, 2004.

Recebido: 05/11/2018

Aceito: 21/01/2019

DOI: 10.5902/2179219435471

# OS PILARES DA CRISTANDADE: HISTORIOGRAFIA DO CONCEITO DE PALAVRA DE TOMÁS DE AQUINO A WILHELM VON HUMBOLDT

## PILLARS OF CHRISTIANITY: HISTORIOGRAPHY OF THE CONCEPT OF WORD FROM THOMAS AQUINAS TO WILHELM VON HUMBOLDT

Láisa Tossin

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil

*Resumo:* Pretendo investigar neste artigo as bases científicas estabelecidas pelas teorias linguísticas vigentes na descrição das línguas, apoiadas nas teorias desenvolvidas por Wilhelm von Humboldt no século XVIII, comparando-as às investigações sobre a palavra humana e a palavra divina realizadas por Tomás de Aquino no século XIII. Exploro a possibilidade de identificar as influências da produção de Santo Tomás de Aquino a respeito da palavra como descrita na **Suma Teológica** e em **De differentia verbi divini et humani**, na elaboração das teorias linguísticas de Wilhelm von Humboldt descritas em **Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues u. ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts** e **Schriften zur Sprachphilosophie**. Em ambos os autores, o sentido é elaborado pelo pensamento. Para Humboldt, como processo cognitivo histórico de reconhecimento do som. Para Aquino, como contemplação da essência verdadeira da coisa.

*Palavras-chave:* história das ideias linguísticas; história dos conceitos; história das palavras; Wilhelm von Humboldt; Tomás de Aquino.

*Abstract:* This article intends to investigate the scientific bases established by the linguistic theories in the description of languages, based on the theories developed by Wilhelm von Humboldt in the eighteenth century, comparing it with the investigations of the human word and the divine word carried out by Thomas Aquinas in century XIII. I explore the possibility of identifying the influences of St. Thomas Aquinas's production on the word as described in the **Summa Theologica** and **De differentia verbi divini et humani** in the elaboration of Wilhelm von Humboldt's linguistic theories described in **Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues u. ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts** and **Schriften zur Sprachphilosophie**. To both authors the meaning is a thinking work. To Humboldt it works as a cognitive historical process of recognizing the sound. To Aquinas as contemplation of thing true essence.

*Keywords:* history of linguistic ideas; history of concepts; history of words; Wilhelm von Humboldt; Thomas Aquinas.

## Introdução

Este artigo faz parte de um projeto maior que pretende abordar as filiações teóricas que serviram como base conceitual da disciplinarização dos estudos de línguas indígenas no Brasil, levantando o percurso histórico da implantação desses métodos e teorias nos cursos universitários dedicados às línguas indígenas a partir da década de 1930<sup>1</sup>. No entanto, os estudos das línguas indígenas existentes no território que hoje chamamos de Brasil tiveram início no século XVI, com a chegada dos europeus ao Novo Mundo. Portanto, não podemos desconsiderar as obras específicas que constituíram este saber (AUROUX, 2014, p. 48) e que constituem uma tradição de descrição linguística acumulada ao longo do trabalho desenvolvido no Brasil que remonta ao descobrimento e passa inevitavelmente pelas descrições e gramáticas elaboradas pelos missionários e pelos naturalistas que estiveram aqui nos séculos XVI e XVIII respectivamente. Contudo, as ideias e os conceitos expostos nessas obras têm uma trajetória mais longa, em termos de profundidade temporal, do que as datas de suas publicações. Elas extrapolam os limites do presente, se apoiando em uma história prévia e projetando-se em desdobramentos futuros. Tomo emprestado das teorias da História o conceito de *longue dureé*, elaborado no final dos anos 1950, na França, que permite verificar, ao longo da trajetória histórica, a evolução (ou mudança) de processos e de estruturas sociais e políticas. Neste artigo, as mudanças sociais e políticas somente me interessam como cenário ideológico no qual os discursos dos autores citados significam e fazem sentido. A *longue dureé*, embora aplicada à História e às Ciências Sociais, pode muito bem servir à análise dos processos de construção de conceitos e de métodos, sendo assim um conceito hábil e produtivo para a análise do discurso científico presente nas obras aqui citadas. A ideia é percorrer a trajetória ideológica dos métodos descritivos de línguas. Por isso, a perspectiva adotada aqui ultrapassa os limites do histórico como mera cronologia e percebe o percurso sócio-político das filiações teóricas como um percurso de filiação política, ética e filosófica. Como trabalho vinculado à História das Ideias Linguísticas, é preciso dizer que “a produção de uma história das ideias deve acompanhar a formação da prática de conhecimento, de conceitos, de noções” (GUI-

---

<sup>1</sup> Embora faça parte de um estudo sobre a disciplinarização do estudo das línguas indígenas nas universidades brasileiras, o tema e o percurso temporal abordados neste artigo são anteriores à implantação dos cursos universitários no Brasil, por isso, não tratarei deles diretamente, mas sim do método elaborado por Wilhelm von Humboldt, em que o som e o sentido se associam, ainda vigente nos modelos descritivos de análise de línguas indígenas.

MARÃES, 2004, p. 11). Entendo-as como uma história de acontecimentos enquanto organização do trabalho científico e uma história dos conceitos enquanto atividade de produção de conhecimento.

Para a discussão apresentada neste artigo, escolhi tratar os mitos de origem ou “de fundação” do pensamento científico sobre a palavra no Renascimento do século XII, quando as universidades-catedrais se estabeleceram na Europa e com elas seus autores-referência e os conceitos mais sólidos do pensamento ocidental, em especial, Tomás de Aquino. Tomei a decisão de recortar a discussão nos limites que tangem à origem das palavras e ao significado atribuído às coisas, assuntos afeitos à Linguística, especialmente à Linguística Formal, ainda hoje. A projeção do significado da palavra sobre a coisa atrela coisa, palavra e sentido em uma mútua referência. A discussão que apresento a seguir caminha da ideia tomasiana de que a essência da coisa é seu nome até a relação entre som e sentido, relacionando o sentido das palavras às menores unidades sonoras, à sua época, a raiz lexical, ainda não o fonema, que Wilhelm von Humboldt desenvolveu no século XVIII. Entre os dois, a produção intelectual escolástica do século XVI, que se esmerou em descrever as línguas e os povos do Novo Mundo, une as pontas: de um lado, retomou algumas elaborações sobre a linguagem desenvolvidas por Tomás de Aquino; de outro, serviu de dado primário para o desenvolvimento teórico de Wilhelm von Humboldt.

### A voz que serve a Deus

Para iniciar o percurso desta caminhada, parece-me necessário fazer clara a compreensão de como estava estabelecido o sistema educacional europeu que possibilitou a produção do pensamento de Tomás de Aquino. Ernest Curtius (2013, p. 91-95), em seu livro **Literatura europeia e Idade Média Latina**, apresenta a Renascença do século XII, que foi a instalação das universidades nas escolas-catedrais conduzidas por um escolástico e a reintrodução do pensamento de Aristóteles<sup>2</sup>, por meio de textos árabes traduzidos de uma versão síria do original grego. Dadas as perspectivas nada

---

<sup>2</sup> A tradução de Aristóteles que chegou às universidades-catedrais no século XIII foi feita por Averróis (1126-1198), na Andaluzia. Averróis foi reconhecido por suas posições teóricas bastante sedimentadas na doutrina aristotélica, inclusive ao traduzir e comentar **A República** de Platão (PEREIRA, 2012, p. 15). Dadas as características aristotélicas dos textos aos quais Tomás de Aquino recorreu, restrinjo-me a Aristóteles neste artigo. No entanto, não desconheço a importância do pensamento platônico para a elaboração científica ocidental. Ficam, para outro artigo, as implicações do pensamento platônico no desenvolvimento das teorias linguísticas.

cristãs dos tradutores de Aristóteles, seu estudo foi proibido e a Igreja financiou um grande empreendimento filosófico iniciado por Tomás de Aquino e concluído por Alberto Magno para cristianizar os princípios aristotélicos. A **Suma Teológica** marcava a transformação científica europeia. Ernest Curtius (2013, p. 73-90) considerava o **De Nuptiis Philologiae et Mercuri**<sup>3</sup> como a forma mais apreciada de erudição, na Idade Média, graças às figuras alegóricas elaboradas por Marciano Capela. Das sete artes, a gramática era a primeira, a mais importante e a mais estudada. A Gramática, uma das servas dadas como presente de casamento à Filologia, era uma anciã orgulhosa de descender do rei egípcio Osíris. O apreço pelas figuras alegóricas greco-latinas levou ao desenvolvimento de um argumento que persistiu ao longo de toda a Idade Média e ganhou forte repercussão. A ciência, embora pagã, deveria servir ao cristianismo, ou à verdade, como expôs Santo Agostinho em sua **De Doctrina Christiana**. Para ele, como disposto por Ernest Curtius (2013, p. 76-79), *as artes* serviam, acima de tudo, para entender a Bíblia. O autor alega que Santo Agostinho não foi claro em suas explicações, no entanto, seu pensamento justificou *as artes* e encerrou os indícios de que elas emanariam de Deus. *As artes* representavam a ordem fundamental do espírito. Verdade e ciência existiriam juntas como um caminho a ser trilhado pelo homem, assim como o vinho existiria na videira e a árvore na semente, *as artes* e o conhecimento verdadeiro estariam em Deus antes mesmo da criação.

Esta ideia presente no pensamento de Santo Agostinho é em grande medida baseada na cosmologia hebraica<sup>4</sup>, cujo modelo espiritual foi explicado por Elias Lipiner (1992, p. 59), em **As letras do Alfabeto no criação do mundo**. Segundo o autor, Yahweh criou tudo o que existe por meio das letras (*oth* que simultaneamente significa “letras” e “maravilha”), portanto, o alfabeto, não somente a linguagem como previsto na concepção cristã, existiria metafisicamente antes da matéria. A escrita precede a existência do universo e é divina não podendo jamais sua criação ser atribuída à humanidade. Segundo Elias Lipiner (1992, p. 21), as letras carregariam em si uma ideia primordial que daria o tom das palavras nas quais predominassem. Por isso estas letras são denominadas de *raízes* ou *radicais*, apontando a relação

<sup>3</sup> O casamento de Mercúrio e Filologia.

<sup>4</sup> Trago a cosmologia hebraica porque, em geral, assim como a cosmologia islâmica, é negligenciada nos estudos do pensamento europeu, como se as três religiões não partilhassem origens comuns, tanto históricas quanto míticas, como o Gênesis, por exemplo, estando, portanto, implicadas mutuamente nas bases do pensamento ocidental. Reforço assim uma das intenções deste artigo que é entender a ideologia religiosa de base cristã, embora com desdobramentos judaicos e islâmicos mais fortes em determinados períodos históricos, que alicerça o pensamento científico ocidental.

existente entre os nomes das letras, seus ideogramas e um valor ideológico que transpassa todas as palavras formadas por aquelas letras. Por exemplo, a letra *Guímel* ou *Gamel*, cujo significado é “camelo” e que possui um símbolo semelhante à corcova deste animal no alfabeto arcaico, quando usada na formação de palavras, traz a ideia de arqueamento, curvatura, como em *GaG* que significa “abóbada”.

Maurice Olender, em seu livro **As línguas do Paraíso**, me deu válidas orientações sobre a importância transcendental das palavras. A ideia semita revela a importância da palavra original que possui em si o sentido da própria criação. Maurice Olender (2012, p. 113), ao tratar dos estudos dos gramáticos comparatistas, descreveu as dificuldades de usar as palavras corretas para dar nomes a Deus. Seria exatamente essa dificuldade de usar a palavra adequada, entre as muitas possibilidades existentes nos textos das literaturas semíticas e sânscritas para nomear Deus, o que provocou a ruptura com a ideia de que o som inicial era uma palavra original. Maurice Olender (2012, p. 42) também esclarece sobre o funcionamento da grafia talmúdica e da forma de leitura praticada pelos rabinos. As letras sagradas semíticas são entendidas como um mecanismo que permite que o sopro divino seja expresso pelo canto, somente no canto, no ato da leitura, são incorporadas as vogais a essas letras.

Foi Jean Starobinski (1974), em **As palavras sob as palavras**, quem me deu as chaves para entender um pouco melhor as relações entre a palavra, as vogais e o verbo divino. Jean Starobinski (1974, p. 7-113) fez uma revisão dos 36 cadernos nos quais Saussure se dedicou a estabelecer os anagramas existentes nas epopeias gregas. Saussure não só identificou um padrão poético-mnemônico em que as vogais das palavras-tema de cada verso eram repetidas para criar anagramas e hipotetizou sobre a possibilidade de esse mecanismo ter residido na ideia religiosa de que uma invocação, uma prece ou um hino só produziriam efeitos se as sílabas do nome divino fossem misturadas ao longo do texto, mas também considerou o oposto, que a estratégia poderia ser meramente poética como as rimas. Se as repetições de vogais, como um mandamento das construções líricas, se restringissem à produção grega, as respostas seriam mais fáceis. Ao fazer semelhante estudo dos versos em sânscrito, Saussure se deparou com um mecanismo parecido, porém, no sânscrito, eram as consoantes dos nomes divinos replicadas ao longo dos cantos sagrados dos Vedas. Segundo o autor, Saussure abandonou o projeto dada as impossibilidades de comprovar a versificação grega e védica como a elucidação de uma consciência criativa, mas deixou a compreensão de que por trás de um verso existe uma palavra indutora. Percebo, então, que as pa-

lavras e as vogais são como pilares filológicos para a história da humanidade, de Deus e da linguagem.

## O dom da palavra

Tomás de Aquino (1993, p. 6)<sup>5</sup>, em seu **De differentia verbi divini et humani**, se dedicou a explicar a palavra humana e sua origem, contrapondo-a à palavra divina. Para ele, o intelecto era tripartido, e a palavra humana, por ser fruto do intelecto e não da alma, era mero acidente. A palavra verdadeira seria apenas a palavra de Deus, guardada nas almas humanas no ato de sua criação. Assim, todas as coisas já teriam sido nomeadas por Deus ao terem sido criadas e seus nomes guardados em nossas almas desde aquele momento. Ao conceber um intelecto tripartido a partir do qual teríamos capacidade para falar, Tomás de Aquino elaborou as distinções entre sentido e fala, sendo o sentido unicamente interior, fruto das três operações do intelecto: a intelecção propriamente dita; o conhecimento da espécie da coisa, previamente aprendido; e a potência do intelecto que dá ao intelecto capacidade de conhecer mais. A fala é a palavra exterior, aquela que sai de quem fala mediante sua voz. Assim, a palavra sempre procede do intelecto, somente existe no intelecto e é semelhante ao conhecimento da coisa que o intelecto possui sobre a coisa. Esta palavra formada no intelecto é a palavra proferida, a palavra exterior, ou seja, a fala. Aquela que é formada e expressa na alma, a palavra interior, possui em si a natureza da coisa que fomentou a palavra exterior, não sua semelhança, mas o próprio entendimento da coisa.

Destrinchando o pensamento de Tomás de Aquino em partes mais palatáveis, ou melhor, mais conhecidas pelo intelecto do século XXI, percebe-se que a fala tem como atributos a similitude entre coisa e nome, desencadeada por um processo mental. Em oposição, o sentido verdadeiro de um nome jamais poderia ser pronunciado, apenas vislumbrado no interior das

---

<sup>5</sup> *Et si quidem eadem res sit intelligens et intellecta, tunc est ratio et similitudo intellectus a quo procedit. Si autem aliud sit intellectus et intellectum, tunc verbum non est ratio intelligentis, sed rei intellectae: sicut conceptio quam habet aliquis de lapide est similitudo lapidis tantum. Sed quando intellectus intellegit se, tunc tale verbum est ratio et similitudo intellectus. De differentia verbi divini et humani*, Tomás de Aquino (1993, p. 6, tradução minha)

E se, de fato, a coisa inteligível é igual à intelecta, então o conhecimento da coisa (*ratio*) se assemelha ao inteligível do qual procede. Se um é entendido e outro inteligível, então a palavra não é inteligível, é coisa entendida: como a concepção que alguém tem de pedra que é unicamente uma semelhança da pedra. No entanto, se o intelecto entende, então, em tal palavra, o conhecimento da coisa (*ratio*) é semelhante ao entendido.



reflexões da alma, em cujo âmago estaria o conhecimento de todas as coisas criadas por Deus. O sentido do nome e a essência da coisa são iguais.

Nessa lógica, o nome e a coisa se correspondem, em uma única direção, do divino para a matéria, estabelecendo a ordem de um nome, ou item lexical, para cada coisa existente. Dessa forma, o sentido pertence à alma, a fala ao corpo. Ambos se encontram no pensamento onde opera o processo de entendimento da coisa. A palavra então possui uma dupla materialidade, a sonora e a abstrata. A materialidade abstrata é indivisível e imutável. A materialidade sonora somente chega a sua expressão após um processo mental que vasculha a alma em busca de significado. O processo mental se distingue em duas etapas. A primeira é a imagem mental da coisa e a segunda é a expressão sonora dessa imagem.

Se a palavra humana é mero acidente, a palavra divina cria ao ser pronunciada. Por isso, trago a advertência de Santo Agostinho que Tomás de Aquino resgatou na **Summa** para articular seu pensamento sobre o fato de que, por ser Deus imóvel, não havia em Deus o *cogito*<sup>6</sup>. O pensar pressupõe movimento antes mesmo da fala, portanto, o pensar é ato humano e faz da palavra humana diferente da palavra divina. Para Tomás de Aquino, a palavra humana não cria, apenas expressa o entendimento da coisa, por meio da contemplação da verdade. O exercício do entendimento da coisa passaria pela identificação da coisa já existente no conhecimento humano guardado na alma como verdade divina e somente depois de percorrido este caminho interno se tornaria palavra humana quando dita. Por isso, a fala seria própria do pensamento<sup>7</sup>. A fala seria um esforço do pensamento de encontrar na alma a verdade para pronunciá-la. No pensamento de Tomás de Aquino, a ideia de palavra está associada à de fala. Portanto, falar pode ser entendido como uma série de enunciações de palavras que remeteriam às criações di-

---

<sup>6</sup> *Sic ergo verbum nostrum prius in potentia quam in actu. Sed Verbum divinum Semper est in actu, et ideo nomen cogitationis Verbo Dei proprie non convenit. Dicit enim Augustinus, III De Trinitatis, "Ita dicitur illud Verbum Dei, ut cogitando non dicatur, ne quid quasi volubile in Deo credatur". Et illud quod Anselmus dicit, quod "dicere summon Patri, nihil aliud est quam cogitando intueri", improprie dictum est. Quaestio IV, art. 4. Sancti Thomae Aquinitis, Summa Theologiae I, 1951. Tradução minha:*

Desta forma, portanto, nossa palavra é antes potência que ato. Mas a palavra divina é sempre ação, portanto, a inércia na palavra de Deus não se aplica. Como disse Agostinho, III Sobre a Trindade, "Diz-se que a Palavra de Deus, tal qual pensamento não dito, é estática em Deus criador". E também disse Anselmo impropriamente, "chamar o Pai nada mais é do que ver com o pensamento".

<sup>7</sup> *Locutus est proprium opus rationis.* "A fala pertence à razão." Quaestio 91, art. 3. Sancti Thomae Aquinitis, Summa Theologiae I, 1951. Tradução minha.

vinas que povoam a terra. Essa concepção de palavra, que a entende como a revelação da natureza das coisas, de suas essências, como uma maneira de desvelar a origem das palavras e a origem das coisas, evoca aquelas letras metafísicas usadas na criação do mundo, segundo o mito hebraico. A diferença em Tomás de Aquino é que a voz ou *o verbo* divino tomou a dianteira na tarefa da criação sem a intervenção protagonista das letras metafísicas, como se as palavras, após pronunciadas, em uma era primordial, se materializassem nas próprias coisas.

Jean Starobinski (2002, p. 19-31) alertou que o princípio aristotélico de movimento foi amplamente absorvido pelas ideias tomasianas. Segundo o autor, para Aristóteles, o movimento pressuporia uma ação recíproca onde o paciente agiria em retorno sobre o agente. Essa seria a ideia da faca que, ao cortar a carne, perderia o fio da lâmina ou do ferro em brasa que, ao ser submergido, aqueceria a água fria. Para cada ação, haveria uma ação recíproca, uma resistência. Então o que corta seria embotado pelo cortado, o que aquece esfriado pelo aquecido. O início do movimento seria imóvel e eterno, esse motor imóvel seria divino. Abaixo da esfera divina estaria o primeiro móvel, a esfera superior do céu, que moveria as demais esferas celestes por propagação do movimento até chegar ao mundo inferior, abaixo da lua, onde vivem os humanos. A vinculação das esferas fez do movimento circular o princípio ao qual estariam fixados o céu e a natureza, o divino e o humano, em níveis hierárquicos bem distintos, sendo o divino superior ao homem e o homem superior aos outros seres que o cercam. O movimento circular promoveria os ciclos de sucessão das gerações nas quais viveriam todos os seres. Embora o paciente reagisse em retorno ao agente que lhe infringira uma ação, os astros não receberiam a ação recíproca dos seres ou dos elementos das esferas sublunares, pois a ação recíproca pressupunha similitude entre agente e paciente, o que significa dizer que o divino não receberia do homem uma ação reativa, mesmo que o homem seja o agente primordial na esfera terrestre. Haveria no mundo terrestre potências ativas e potências passivas, embora o movimento do mundo tenha sua origem em uma potência ativa, porém impassível, pois o movimento universal teria como causa a perfeição do motor imóvel. Tomás de Aquino propagou o movimento primordial até o homem, imbuindo-o de uma agência divina capaz de gerar movimento a partir de si, ao dizer que “o movimento é o ser em ato” e que “tudo o que é movido é movido por um outro”. As esferas arsitotélicas celeste e terrestre foram separadas umas das outras pela doutrina galileana que assumira o mundo como sendo uno, visto que as mesmas potências o governavam em todas as partes e que estas poderiam ser calculadas. O princípio do motor original se tornou

a inércia e as esferas celestes obedeciam a regras próprias diferentes das regras de funcionamento da esfera terrestre, onde o homem senhoreava o mundo.

O homem, como motor primordial da esfera terrestre, serviu como base para o pensamento cartesiano. Destaco-a como a ideia que fomentou a separação entre a alma e o corpo<sup>8</sup>, estabelecendo a supremacia da alma (*res cogitans*) sobre o corpo (*res extensa*). A alma seria o reflexo divino no homem e o corpo sua existência material, uma espécie de estoicismo à moda cristã, justificando a subjugação do homem ao divino. René Descartes (1973, p. 47) elaborou que, dada a dualidade do ser<sup>9</sup> e tendo em vista que as diferenças individuais eram inesgotáveis, o espírito humano, sendo uno, evocaria um método universal, possível de ser estimado, desde que entendido e dedicado ao espírito humano. Ao determinar o espírito humano como uno, René Descartes sugeriu que o espírito humano, esta alma suprema, era de natureza divina, daí sua superioridade em relação ao corpo humano. A superioridade da alma se justificava por sua natureza divina, originada da emanção divina, ou seja, de Deus.

Trazer o divino para o corpo humano, como duas naturezas em um só corpo, poderia fazer de René Descartes e Tomás de Aquino um par de heréticos impiedosos. Afinal, eles pregavam a existência de uma vida de matéria humana composta em parte pelo humano e em parte pelo divino. De certa forma, os autores revalidaram a premissa de Teodoro de Mopsuéstia que propôs, no Concílio de Calcedônia, no ano de 451, a solução para o debate sobre a encarnação de Jesus, oferecendo o entendimento de que havia Nele duas naturezas (humana e divina) e duas substâncias (essência e pessoa) co-existindo. O Concílio concordou com as duas naturezas, mas insistiu que cada uma manteria as suas propriedades, todas unidas numa substância, em uma única pessoa, em um único corpo. Aqueles que recusaram a decisão do Concílio continuaram usando a ideia de Apolinário que descreveu a união do divino e do humano em Jesus como sendo de uma única natureza e tendo uma única substância: a divina. Além de terem revalidado uma pre-

---

<sup>8</sup> *Esse enim hominis consist in anima et corpore: et quamvis esse corporis dependeat ab anima, esse tamen humanae animae non dependet a corpore, ut supra ostensum est; ipsumque corpus et proper animam, sicut materia propter formam et instrumente propter motorem ut per ea suas actiones exerat.* Quaestio II, art. V. Summa Theologiae, 1951, p. 14-15.

O homem consiste em alma e corpo: e, embora este corpo dependa da alma, a alma humana não depende do corpo, como foi demonstrado acima; o corpo tem vida própria, como matéria tem forma própria e ferramentas próprias para mover-se e executar suas ações.

<sup>9</sup> “De maneira que esse eu, ou seja, a alma, por causa da qual sou o que sou, é completamente distinta do corpo e, também, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, mesmo que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é.” **Discurso do método** (DESCARTES, 1973, p. 47).

missa historicamente causadora de diáspora, Descartes e Aquino estenderam a mística da encarnação de Jesus ao corpo do humano mortal, dos filhos de Deus, e ofereceram-nos a possibilidade de termos, coexistindo em nosso corpo mortal, duas naturezas: uma humana e uma divina.

A oposição entre corpo e alma criava, para Descartes, um problema de distribuição de tarefas, pois a ciência deveria se ocupar do corpo, mas o universal do qual se poderia fazer as generalizações próprias da ciência estava na alma. No entanto, havia uma intenção em Descartes que deve ser considerada: a emancipação da ciência por meio de uma maior importância dada aos processos de observação metódica e racional. Não que as crenças no divino e as explicações fundamentadas no notório saber de pessoas autorizadas tivessem desaparecido ou que a observação metódica e racional da natureza não existisse antes. O que houve foi uma troca de perspectiva. Ambas conviviam e ainda convivem, porém a racionalização se sobrepôs à outra.

A meu ver, esta ideia instigou a libertação do homem do domínio exercido pela linhagem de anjos e sacerdotes que mediavam o acesso ao divino. O acesso ao divino era uma prerrogativa para o conhecimento da verdadeira essência das coisas, em geral, alcançada por meio do exercício contemplativo da beleza da criação divina, no entanto, era exercício exclusivo de uma classe de sacerdotes, não estava à mão dos humanos mortais. Embora as ideias de Descartes pudessem libertar o homem da cadeia celestial, ainda o submetiam ao divino, pois o espírito divino já estaria no homem, alicerçando a ideia de domínio do humano sobre as demais criaturas e sobre a natureza. Este princípio contradizia a concepção aristotélica de que no mundo sublunar somente haveria decadência e, inclusive, subvertia a ideia cristã de que, no mundo humano, imperava a desordem que impelia o mundo ao colapso apocalíptico, no entanto, não separava o homem de Deus. Aparentemente, nossas inquietações intelectuais não ultrapassam os limites de nossas preocupações com o divino e com o mortal.

René Descartes não possuía um interesse especial na linguagem, mas escreveu a *Carta de Descartes a Mersenne de 20 de novembro de 1629*, fazendo considerações sobre a possibilidade de criar uma língua universal para ser aprendida em 5 ou 6 horas. O fato de considerar a possibilidade de uma língua universal está respaldada em sua compreensão sobre um método universal elaborado em **Discurso do método**. Suas ideias influenciaram fortemente a gramática elaborada pelos pensadores do monastério de Port-Royal-des-Champs, em 1660, conhecida como a gramática de Port-Royal. Para eles, o pensamento determinaria a linguagem, pois a ordem dos ele-

mentos do enunciado não seria linguística, mas sim lógica. A lógica seria a expressão da alma, elevando a atividade humana da fala à expressão do divino manifestado pela matéria. Assim comprovava-se que o pensamento passava para a língua por meio das palavras, sendo o conceito a base da operação do raciocínio. A gramática, entendida como conjunto de regras, seria, então, um conjunto de processos da alma, visto que o espírito humano seria uno, a gramática seria universal, portanto, as línguas obedeceriam a regras universais de funcionamento.

### **A língua que serve ao Estado**

Inserir conhecimento na rede de autores da escolástica, tornava-o compreensível e fazia-o circular por toda a rede, que abrangia a América, a África e a Ásia, por meio das colônias, a partir do século XVI. O modelo de produção de conhecimento escolástico era baseado em autores considerados autoridades no assunto e portanto replicado para qualquer realidade. Segundo Sylvain Auroux (2014, p. 98), a gramaticalização das línguas baseada em uma única tradição linguística, a greco-latina, foi produto da rede de comunicação que a Europa estabeleceu a partir do século V. Sylvain Auroux (2014, p. 43) explicou que o modelo greco-latino foi usado universalmente para a descrição gramatical no século XVI, e propôs que, se essa língua chegou a este ponto, isso se deve ao fato de que era uma língua já gramaticalizada anteriormente e que atingiu o *status* de ser uma segunda língua (a religiosa e a científica), tornando-se massivamente usada com fins pedagógicos. Além dessas razões, a crença geral na Europa medieval, bastante difundida pela escolástica, era de que a língua que mais favorecia o aprendizado era o latim. Roberto Pineda (2000, p. 37) comentou que, na colônia, corriqueiramente os índios aprendiam as orações mais comuns como o “Pai Nosso”, a “Ave Maria”, o “Credo” e “Salve” em latim antes mesmo de as aprenderem em espanhol ou português.

Elaborar gramáticas das línguas indígenas americanas e traduzir preces para as línguas indígenas americanas alçava Portugal e Espanha para a posição de geradores e disseminadores de verdade científica, ou seja, de conhecimento. Uma espécie de reivindicação de espaço intelectual para os cristãos frente aos judeus e aos muçulmanos que os antecederam na elaboração de conhecimento monoteísta. As gramáticas das línguas indígenas, mais do que instrumentos pedagógicos de conversão, serviam como método de estudo da nova realidade: a realidade americana. As gramáticas produziam

uma literatura específica que circulava em forma de livro e gerava verdades. A verdade propagada pelas gramáticas era geografizadora, localizava os povos que falavam aquela língua descrita e era amparada pela literatura sobre o Novo Mundo que circulava pela Europa.

A **Arte de Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil** foi escrita por Padre Anchieta em 1595, na capitania de São Vicente. Anchieta tomou o cuidado de ressaltar as diferenças dialetais na pronúncia de verbos entre os grupos aos quais chamava genericamente Tupi, e demarcou, logo nas primeiras páginas d'**A Arte**, a extensão do território Tupi que iria “desde Pitaguátes do Paraíba<sup>10</sup> até os Tamôyos do Rio de Janeiro” e “os Tupis de São Vicente que são além dos Tamôyos do Rio de Janeiro”. Muito embora os jesuítas tivessem se estabelecido primeiramente na Bahia de Todos os Santos, as referências geográficas que localizavam os grupos étnicos descritos na gramática estavam todas centralizadas na capitania de São Vicente (atual São Paulo), que incluía o atual Rio de Janeiro e parte do atual Espírito Santo. Somente 100 anos depois de escrita a **Arte** de Anchieta, Mamiani escreveu a gramática de uma língua existente na Bahia e em Sergipe, o Kiriri. Ao escrever a gramática da *língua mais falada na costa*, Anchieta elevou o *status* do Tupi e criou uma distinção bastante clara entre os índios da costa que possuíam uma língua gramaticalizada, embora fossem canibais, e os do interior, os Tapuya que, segundo Gabriel Soares de Souza (2010, p. 75), falavam uma língua “como a dos bascos, ininteligível.” Tapuya, então, passou a designar os bárbaros que não falavam Tupi.

A **Arte** de Anchieta foi organizada na forma de listas de palavras e de frases que expressavam conceitos importantes para a doutrina cristã. Então, o verbo “matar” e sua forma negativa “não matar” eram tão importantes quanto “amar” e sua forma negativa “não amar”, pois faziam parte do conjunto dos dez mandamentos divinos. Na **Arte** de Anchieta, “vingar-me dele” *ayepíc cecê* era fundamental. A vingança localizava o Tupi na rede literária da época, dava veracidade ao canibalismo por honra e vingança e autorizava o expansionismo europeu pela via da cristianização, pois, se as *artes* emanavam de Deus e representavam a ordem fundamental do espírito, a descrição feita por Anchieta revelava a alma indígena e havia nela algo que deveria ser extirpado a bem da vida cristã.

Na **Arte** de Anchieta, *abâ* significa “homem”; *abacatú* significa “homem bom” e *tubá ete* significa “pai verdadeiro”, enquanto *tubá* significa

---

<sup>10</sup> O Paraíba citado no trecho é o rio que corre junto à serra da Mantiqueira, no Rio de Janeiro, não o Paraíba que cruza a capitania de Itamaracá, no nordeste brasileiro.

“pai”, e *ete* significa “verdadeiro” no sentido metafísico do Pai cristão, não no sentido de ancestral. Portanto, *catu* e *ete* são sufixos relacionados a “bom” e “verdadeiro”. “Homem bom” é um valor semântico, desenvolvido pelos pressupostos cristãos e possivelmente não tinha relação alguma com as concepções de homem dos indígenas. Para a moral cristã elaborada por Tomás de Aquino (1947, p. 62), o homem é a potência de si mesmo, o desenvolvimento pleno da potência humana, no sentido transcendental, fazia de um homem verdadeiro e bom. Todo o agir humano, entendido como o livre arbítrio, expressaria a realização das potências humanas pelo trabalho, pela educação e pelo amor e seria uma colaboração do homem ao agir divino. Assim, Pai verdadeiro, antes de ser o demiurgo que deu origem ao grupo, designa Deus. Alfred Métraux (1979, p. 11) considerou a relação expressa por *Tamöi* como a de ancestral, demiurgo, e por isso a referência ao avô como progenitor do grupo. Anchieta descreveu *Tamuya* “avós; os mais velhos”, como um termo de parentesco usado pelos homens. A referência feita por Lussagnet *che rypykuere* “meus ancestrais”, retomada por Eni Orlandi (2008, p. 129) em **Terra à Vista**, oferece melhor perspectiva de como se construíram os sentidos das palavras descritas nas gramáticas missionárias.

A gramática de Anchieta fazia parte de uma forma de produção intelectual maior, não estava sozinha. Não exatamente porque já havia a descrição do Quechua, mas porque estava inserida na produção intelectual escolástica e servia aos propósitos de produzir conhecimento intelectual cristão de alto nível. Não havia na decisão de Anchieta nenhum arroubo intelectual de descrição linguística da língua mais falada na costa do Brasil, no sentido de que abrangeria de fato a língua mais falada, ele apenas repetiu as lições de Nebrija e de Fernão Oliveira.

Antonio de Nebrija, em 1492, publicou a *Gramática de la lengua castellana* (LEITE, 2007, p. 43), apoiado por Isabel de Castela, que servia aos propósitos políticos da guerra de reconquista e da consolidação do reino de Castela e Léon como unificadores da Espanha (PINEDA, 2000, p. 49), valorizando o castelhano em detrimento das outras línguas faladas no território unificado. Fernão Oliveira escreveu, em 1536, a *Grammatica da linguagem portuguesa*, centralizada na fala de Lisboa. De acordo com o próprio autor, assim procedeu porque “o tempo e a terra mudam a língua, cada região possui sua particularidade e para evitar defeitos na língua fica esta sob a guarda dos que mais leram, mais viram e mais viveram com pouca afeição pela mudança” (OLIVEIRA, 1536, p. 59, com alterações de ortografia), “portanto não nos desprezemos dela a qual foi sempre e agora é tratada por homens que se entendem e sabem o que falam, cuja imitação nos fará galan-

tes e primos a nós e a nosso falar” (OLIVEIRA, 1536, p. 80, com alterações de ortografia). O desenvolvimento das gramáticas das línguas nacionais fazia parte do projeto de construção dos Estados europeus nos quais vigorava a ideia de um povo e uma língua em uma nação. Esta língua, que seria a língua nacional, era a língua da elite política e econômica que traçava os planos do projeto colonial no mundo.

## O dom da linguagem

Segundo Louis Dumont (DUMONT, 2000, p. 126), foi Herder, em 1774, quem afirmou a diversidade das culturas, a individualidade de cada cultura composta por sua comunidade específica de indivíduos em oposição à ideia de universalismo cristão. As ideias de Herder sobre as culturas específicas de cada povo reforçaram o sentimento de que a humanidade seria representada pelo “nós” em oposição ao Outro. Herder procurava argumentos para exaltar a nação alemã e justificar sua ascensão e domínio sobre os demais povos. As mudanças promovidas pela Reforma operavam com a oposição entre o selvagem e o civilizado, desta vez expresso por um povo, de cultura superior, e um outro povo, de cultura inferior. Por isso, nascer culturalmente civilizado traz implicações para o desenvolvimento de uma perspectiva analítica sobre as demais culturas ou nações. No caso, a elaboração da teoria étnica das nacionalidades que os sucessores de Herder transformaram em hierarquia das culturas ou das nações. Outra implicação da teoria étnica das nacionalidades foi a super importância das culturas para o estabelecimento de diferenças entre povos.

Essa ideia foi amplamente adotada pelos naturalistas no estabelecimento dos grupos étnicos e línguas sulamericanos. Era preciso ser identificado como um povo detentor de uma cultura específica, com um nome étnico, um território delimitado e uma língua própria para ser considerado apto ao propósito científico.

Para Wilhelm von Humboldt (1972, p. 24), haveria no ser humano uma vitalidade (*lebenskraft*)<sup>11</sup> exclusivamente humana e desenvolvida ao longo da história de cada povo como a expressão de seu destino, desencadeada pela capacidade intelectual dos indivíduos que comporiam aquele povo.

---

<sup>11</sup> A tradução corrente de *lebenskraft* é vitalidade, mas me parece que o sentido não é o mesmo. *Lebenskraft* seria melhor traduzido por *prana* ou *chi*, que expressam o sentido de força vital criadora engajado no *lebenskraft* de Wilhelm von Humboldt. O sentido de vitalidade, em língua portuguesa, está mais associado a bem-estar e vigor físico.



Portanto, a linguagem era um dom atribuído às nações como um destino inato, uma forma de emanção involuntária do intelecto. A linguagem, então, seria a manifestação exteriorizada das mentes dos povos e, ao mesmo tempo, seria a alma dos povos e a alma dos povos seria sua linguagem. Para Wilhelm von Humboldt (1972, p. 25), não haveria distinção entre linguagem e intelectualidade, ele considerava que, apesar das explicações sobre o desenvolvimento da linguagem ser fruto de sucessivos desenvolvimentos intelectuais na espécie humana, seria preciso considerar que os sucessivos desenvolvimentos intelectuais se originaram da peculiaridade intelectual da espécie humana considerada por ele como o livre arbítrio e a consciência.

Ao estabelecer a linguagem como um dom inato, um “poder de falar”, impossível de ser inventada, portanto, a qualidade que faz do humano, um humano, Wilhelm von Humboldt criou um abismo entre o humano e todas as demais criaturas existentes, abrindo uma lacuna no devir evolutivo que pressuporia o aparecimento do ser humano em algum momento do processo de evolução. Muito embora considerasse a transmissão desse dom ao longo das sucessivas gerações um fato genético, ele elaborou seu argumento sobre a origem intelectual da linguagem contradizendo os argumentos evolucionistas que se apoiaram posteriormente em seu trabalho (HAßLER, 2014, p. 3).

Embora Wilhelm von Humboldt textualmente desconsidere a natureza divina da linguagem, sua postura discursiva sobre a linguagem, sobre o intelecto e sobre a alma o compromete. Considerar que a linguagem é um dom concedido, pressupõe a existência de algo que o conceda, pois a força vital humana foi capaz de desenvolvê-la de acordo com a capacidade intelectual dos indivíduos presentes em cada grupo humano. Não foi a vitalidade humana (*lebenskraft*) que desencadeou a linguagem. A linguagem é um dom concedido<sup>12</sup>. Há, portanto, uma referência velada à existência divina provedora da linguagem na espécie humana. Além de pressupor uma entidade que concederia o dom, a linguagem seria o resultado do destino inato de um povo, não o produto de seu trabalho. Aqui, o “destino inato” encerra a existência de algo que trace os destinos dos povos antes mesmo que eles existam como nações. Ainda, Wilhelm von Humboldt considera a peculiaridade do intelecto humano como sendo o livre arbítrio, uma ideia-valor de caráter moral baseada nas ideias cristãs.

---

<sup>12</sup> “*It is not a labor of nations, but rather a gift fallen to them as a result of their innate destiny*”. Linguistic variability and intellectual development, 1972, p. 2.

Não é fruto do esforço das nações, ao contrário, é um dom concedido a elas como resultado de seu destino inato.

Como proposto por Wilhelm von Humboldt (1972, p. 20), a linguagem é própria da espécie humana, independente do grupo ao qual pertence. A língua desenvolvida por cada um dos povos é o reflexo do potencial criador dos indivíduos existentes em cada grupo, como reflexos da evolução humana em seus mais diferentes estágios. Quanto mais desenvolvido o espírito do povo (*volksgeist*) mais complexa e permeada de conceitos abstratos é a língua produzida por eles. Para Wilhelm von Humboldt (1880, p. 41), aqueles povos cuja capacidade dos seus indivíduos mais proeminentes estivesse voltada ao caminho solitário do pensamento abstrato criariam línguas mais complexas com mais conceitos abstratos, em oposição àqueles cujo mediador do entendimento mútuo fosse principalmente as atividades externas ou físicas. O desenvolvimento do espírito dos povos no transcorrer do tempo levaria ao progresso que alçaria o homem, como espécie, ao topo. Para Jose Maria Valverde (1955, p. 47), tradutor de Wilhelm von Humboldt para o espanhol, o progresso histórico não seria exatamente um progressismo material, mas de fato espiritual, elevando a “marcha evolutiva do gênero humano”. Concorro com a interpretação do tradutor. Entendo que Wilhelm era reformista e sua ideia maior de libertação, por meio do progresso, era a ruptura das ordens eclesiásticas de acesso a Deus. Esclarecer as massas, mediante a educação para seu desenvolvimento intelectual, auxiliaria a humanidade a assentar em si a individualidade do divino. A meu ver, a perspectiva dos diferentes graus de peculiaridade dos intelectos humanos associada ao domínio militar e à subjugação política seria uma reelaboração com viés linguístico da cadeia do ser, em que o mais complexo estaria no topo e o mais complexo, para Wilhelm von Humboldt, significava o ápice civilizatório alcançado pelos europeus reformistas, cujo desenvolvimento intelectual individual os capacitava a construir uma civilização individualizadora, forte, produtora de arte e ciência.

Entendo que, para Wilhelm von Humboldt, a linguagem é inata da espécie humana como fruto de seu desenvolvimento intelectual, transmitida geneticamente. No entanto, o caráter dos povos conformaria cada uma das línguas de acordo com a capacidade criativa de seus indivíduos proeminentes e essas características adquiridas por meio do acúmulo sucessivo de conhecimento desenvolvido pelo potencial humano do grupo, também seriam transmitidas geneticamente. Assim, o potencial criativo de um grupo humano seria transmitido a outro grupo por meio das migrações e das subjugações políticas ou militares que permitissem a transmissão do conhecimento aos povos não tão capazes de desenvolver por si sós uma civilização

de alto nível intelectual<sup>13</sup>. Então, um povo, uma língua e uma cultura estão geneticamente coesos.

### A voz que nomeia

Embora reconhecesse a necessidade da visão para o estabelecimento das diferenças entre os objetos a serem designados, Wilhelm von Humboldt (1999, p. 59) privilegiava a percepção auditiva sobre os demais sentidos humanos. A visão era privilegiada por Humboldt apenas em detrimento do tato, porque visualmente os contornos se misturariam pela imaginação ou pela visão embaçada pela falta de luz. Ele não considerava o olho capaz de distinguir limites claros entre os objetos. Segundo o autor, seria necessário ocorrer algum tipo de deslocamento no espaço para que se pudesse ter certeza dos limites dos objetos e tais deslocamentos somente seriam possíveis no tempo, pois esta seria a única maneira de não haver confusão entre o presente (ser) e o passado (não ser mais), entre antes e depois (HUMBOLDT, 1999, p. 263). Então, assim que um objeto fosse reconhecido, haveria que ser pronunciado imediatamente um som para designá-lo. O som articulado pelo falante causaria um estremecimento nos tímpanos do ouvinte que dispararia uma atividade inteiramente subjetiva. Essa atividade subjetiva formaria a representação mental, ou seja, o objeto linguístico formado intelectualmente pelo ouvinte, mantendo uma “inseparável e constante interação entre poder sensório e poder intelectual” (HUMBOLDT, 1972, p. 192). Para o autor (1999, p. 61-62), o som estava entre o homem e o objeto. Se para distinguir o objeto, era necessário movê-lo no espaço, criando um antes e um depois, o mesmo se aplicava à análise científica do som e do sentido, seria necessário rompê-los, criando distinções do som constante da fala em palavras e desmembrando as palavras em raízes, e de raízes em algo que seria o primórdio do nosso atual fonema.

A meu ver, a voz, para Wilhelm von Humboldt, seria a mediadora da criação do objeto linguístico conceitual no pensamento. Sem a linguagem, sem a fala, sem a voz, não seria possível estabelecer nenhum conceito. O som estaria entre o humano e o conceito. Como não haveria simultaneidade

---

<sup>13</sup> “*This entire course of progressive linguistic culture may only advance within the limits prescribed by its original linguistic predisposition.*” Linguistic variability and intellectual development, 1972, p. 12.

O curso de todo o progresso da cultura linguística pode somente avançar dentro dos limites prescritos por sua disposição linguística original.

do pensamento e da fala, seria imprescindível colocar a linguagem no tempo, pois sempre haveria um antes e um depois. A temporalidade suporia a decomposição do pensamento e da fala em fragmentos cujas variações de composição criariam uma gama de possibilidades para apreender totalidades como unidades. Assim o som primordial teria sido monossilábico, evocando novamente a noção de raiz para a formação das palavras, sendo fragmentos menores do que as palavras, seriam as raízes morfológicas originais, primeiras. Teríamos então uma dupla materialidade na língua, o som e o conceito.

Tanto nas concepções tomasiana quanto humboldtiana, a palavra estava dividida em duas: a expressão sonora e o sentido. Na concepção tomasiana, a expressão sonora era a fala, portanto humana, e o sentido estava diretamente associado à criação divina. Já em Wilhelm von Humboldt, o sentido faz parte da história da língua como expressão do destino de uma nação. A novidade incorporada por Wilhelm von Humboldt ao discurso sobre a palavra foi exatamente trazer, para o humano, o sentido, visto que a linguagem ainda era entendida por ele como um dom extra-humano cuja expressão era humana. Após Wilhelm von Humboldt, a matéria da língua, em suas duas partes, encarnava no humano como o som, produto da atividade humana da fala, e como o sentido, produto da vida comunitária do humano. Seu método analítico se ampara na distinção entre a matéria sonora e a matéria conceitual. Partindo a palavra em duas esferas, uma relacionada ao som outra ao pensamento, ele ampliou as bases do nosso entendimento sobre as implicações do pensamento sobre a linguagem lançadas por Tomás de Aquino, dando-nos uma estratégia analítica para identificar o sentido por meio do som. Separando o som do sentido, Wilhelm von Humboldt possibilitou o desdobramento de diversas teorias estruturalistas que têm em sua base conceitual a dicotomia da língua como atividade humana. Como, por exemplo, em Saussure, *langue-parole*.

É sobre esses dois pilares – som e sentido – que Wilhelm von Humboldt irá desenvolver seu método de análise das línguas do mundo e hipotetizar sobre suas origens. O som e o significado estariam profundamente associados. Por isso, a comparação entre as línguas poderia ser feita comparando-se as essências primitivas de cada língua ou, dito de outra forma, a essência sonora das palavras de cada língua. Para identificar as semelhanças entre as línguas, seria preciso encontrar o entroncamento racial dos povos, pois este representaria a primeira semelhança estrutural entre elas. Porém só seria possível identificá-lo caso houvesse comprovação histórica do enlace dos povos em questão (HUMBOLDT, 1999, p. 280). Assim, ele estabeleceu os critérios científicos do estudo das línguas e criou um quadro de con-

xão entre todas as línguas do mundo, a “misteriosa e maravilhosa conexão interna de todas as línguas” (HUMBOLDT, 1999, p. 288), elaborando a possibilidade de um grande catálogo no qual as línguas poderiam ser classificadas, identificadas e contribuiriam para o estabelecimento da origem das línguas do mundo. Somente o estudo sistemático e estrutural das palavras seria capaz de comprovar o parentesco das línguas apoiado na semelhança de suas formas. Dadas as virtudes universais da linguagem, despertadas pela monogênese, uma língua original única para toda a humanidade, teria sua descoberta mais do que esperada. Wilhelm von Humboldt deu profundidade temporal ao que os gramáticos do século XVI apenas haviam assinalado espacialmente.

### Considerações finais

O conceito de palavra esbarra nas convicções religiosas que conduzem nossa história há bastante tempo. Reduzir as categorias da representação às nossas próprias convicções, para Sylvain Auroux (2014, p. 94-95), seria supor que estas categorias existiriam identicamente em todas as línguas sob as mesmas propriedades tais como tempo, espaço, ser, sugerindo uma relação entre linguagem e pensamento. As ideias de Wilhelm von Humboldt não eram exatamente novas, mas a partir dele, elas ganharam caráter científico e se transformaram em modelo analítico. As palavras passaram a vigorar como balaústres da busca pelas origens da linguagem e da humanidade, afinal palavras semelhantes significariam um contato entre os povos, uma indicação de que poderiam ter sido um só povo ancestralmente. Assim, a retenção lexical seria a maneira mais acertada de traçar os elos entre as famílias linguísticas.

Sylvain Auroux (2008, p. 85), em **A questão da origem das línguas**, fez uma retrospectiva das teorias desenvolvidas para resgatar a origem da humanidade e a origem das línguas desde o medievo até os dias atuais. É fácil constatar, diante da linha cronológica apresentada por ele, que a linguística caminha em círculos quando trata dessa questão. As teorias vão e voltam sobre as mesmas práticas e suposições, sem nunca se afastarem dos pilares da cristandade nos quais a ciência ocidental se apoia. Há um único engano em Sylvain Auroux (2008, p. 19), ele aceita o fim da intervenção do divino com a laicização adquirida, após Herder e Humboldt, especialmente, com o método da gramática comparada elaborada por Schleicher. Argumento do qual discordo. Como vimos anteriormente, as concepções de língua e linguagem contemporâneas ainda se amparam no entendimento de uma divisão entre

corpo e espírito, o que mantém válidos os conceitos cristãos de alma e, mais profundamente, da existência de uma relação direta entre nome e coisa.

Olhando o caminho mais de perto, Tomás de Aquino transferiu o poder da subjetividade de Deus para o humano, René Descartes concedeu à alma humana este poder, Wilhelm von Humboldt aterrizou-o no pensamento humano. Tomás de Aquino considerava que a doutrina sagrada era uma ciência, portanto, o conhecimento emanava diretamente de Deus e estava profundamente guardado na alma humana desde a criação, cabendo ao humano conhecê-la. Em René Descartes, a ciência deveria se ocupar do corpo, embora o universal estivesse no espírito. Wilhelm von Humboldt já iniciou seu trabalho sob a influência da “racionalização” e da divisão do trabalho da linguagem entre corpo e espírito. Seguindo os pressupostos de Descartes, Wilhelm von Humboldt delimitou como escopo da área de estudo científico das línguas aquilo que o corpo produz: o som, articulado pelo aparelho fonador; e o sentido, produzido pelo pensamento. A palavra e o divino caminharam juntos ao longo dos séculos resumidos neste parágrafo, transmigrando de Deus à mente por exercícios teórico-argumentativos de gerações de pensadores aqui representados por alguns expoentes de suas épocas.

Ao contrário do que nos brindou Jean Starobinski em **Ação e Reação**, não trato das aventuras de um casal de palavras que muda seus sentidos e navega pelas ciências, mas trato sim de uma concepção de humanidade, de uma ideia de humanidade, que muda de roupagem lexical em um grande desfile de palavras, mas que, por debaixo dos panos, significa sempre a mesma coisa. Entender a humanidade como um conjunto de nações que possuem cada qual sua língua própria, sua cultura e seu território, como descrevem as teorias linguísticas desenvolvidas sob a ideia da retenção lexical como representante da conexão genética entre as línguas, é semelhante a entender a humanidade como sendo a expressão dos caracteres individuais que determinam cada grupo, como elaborado por Wilhelm von Humboldt. Assim como são também as concepções cristãs sobre as línguas descritas no Gênesis, X, 31-32: “Tais são os filhos de Sem, segundo as suas famílias e as suas línguas, em seus países e suas nações e tais são as famílias dos filhos de Noé, segundo suas gerações, em suas nações.” A palavra não é apenas uma unidade linguística que possui significados determinados por suas funções sintáticas e suas relações com o mundo, a palavra é um princípio fundador da cristandade: a humanidade cristã.

## Referências

ACOSTA, Joseph de. **Historia natural y moral de las Indias**. 2. ed. 1. reimp. Organização Edmundo O’Gorman. México: Fondo de Cultura Econômica, 1979.

ANCHIETA, José. **Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Companhia IESU, 1595.

AQUINAS, Sancti Thomas. **Summa Theologica**. Benziger Bros. edition, 1947. Tradução para o inglês dos padres dominicanos. Christian Classics Ethereal Library.

AQUINATIS, Sancti Thomae. **Summa Theologiae**. 2. ed. La Editorial Catolica S.A.: Matriti (Madri), 1951. v. II, Prima Secundae. Biblioteca de Autores Cristianos.

\_\_\_\_\_. De differentia verbi divini et humani. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo XIX**, Introdução, notas e tradução Luis Jean Lauand, n. 1, jan.-jun. 1993.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: RG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CAMPBELL, Lyle. **American Indian Languages. The historical linguistics of Native America**. New York: Oxford University Press, 1997. Oxford Studies in Anthropological Linguistics.

CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura europeia e Idade Média Latina**. Trad. Teodoro Cabral (com colaboração de Paulo Rónai). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

DESCARTES, René. Carta a Marin Mersenne de 20 de novembro de 1629. **Scientiae studia**, v. 1, n. 1, 2003, p. 87-92.

\_\_\_\_\_. **Discurso do método. Para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências**. 2. ed. Trad. Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Difel – Difusão Européia do Livro, 1973.

DUMONT, Louis. **O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

HA LER, Gerda. La vision linguistique du monde: mythe et réalité de l'utilisation d'une notion humboldtienne au XXe siècle. **Dossiers d'HEL, SHESL**, 2014. Linguistiques d'intervention. Des usages socio-politiques des savoirs sur le langage et les langues. Disponível em: <<<http://dossierhel.hypotheses.org/>>>; <<halshs-01115175>>. Acesso em: 16 set. 2016.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues u. ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts**. Introdução, edição e notas A. F. Pott. 2. ed. Berlin: Verlag von S. Calvary & Co., 1880 [1836].

\_\_\_\_\_. **On language. On diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species**. Editado por Michael Losonsky. Trad. Peter Heath. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Linguistic variability and intellectual development**. Trad. George C. Buck e Frithjof A. Raven. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEITE, Yonne. **Línguas indígenas brasileiras e a esperança de um futuro**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007.



LIPINER, Elias. **As letras do Alfabeto na criação do mundo. Contribuição à pesquisa da natureza da linguagem.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MÉTRAUX, Alfred. **A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis.** São Paulo: Nacional/ Edusp, 1979. Brasília-na, v. 267.

OLENDER, Maurice. **As línguas do Paraíso. Arianos e semitas: um casamento providencial.** Trad. Bruno Feitler. São Paulo: Phoebus, 2012. Prefácio de Jean-Pierre Vernant.

OLIVEIRA, Fernão. **Grammatica da lingoagem portuguesa.** Lixboa: casa d’Germão Galharde, 1536. Biblioteca Nacional de Portugal. Biblioteca Nacional Digital.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo.** Campinas: Editora Unicamp, 2008.

PEREIRA, Helena de Souza. **Averróis. A arte de governar. Uma leitura aristotelizante da República.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

PINEDA, Roberto. **El derecho a la lengua. Una historia de la política lingüística en Colombia.** Bogotá: Ediciones Uniandes, 2000. Estudios antropológicos n. 4.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Hedra, 2010.

STAROBINSKI, Jean. **As palavras sobre as palavras. Os anagramas de Ferdinand de Saussure.** Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Ação e reação. Vida e aventuras de um casal.** Trad. Simone Perelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VALVERDE, Jose Maria. **Guillermo de Humboldt y la Filosofía del Lenguaje**. Madrid: Editorial Gredos, 1955. Biblioteca Romanica Hispanica.

Recibido: 18/06/2018

Aceito: 27/11/2018

DOI: 10.5902/2179219433152

# AS REVISTAS CIENTÍFICAS E A DISCIPLINARIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

## SCIENTIFIC JOURNALS AND THE DISCIPLINARIZATION OF LINGUISTIC STUDIES IN BRAZIL

Caroline Mallmann Schneiders

Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, *Campus* Cerro Largo, RS, Brasil

*Resumo:* No presente estudo, refletimos sobre a importância das revistas científicas para a produção, circulação e legitimação do conhecimento linguístico no Brasil. Para nós, nas revistas, não há apenas a divulgação do conhecimento, mas também a relação entre o conhecimento e a comunidade científica, e esta contribui para a legitimação do saber entre seus pares. Nesta reflexão, mobilizamos a *Revista Brasileira de Filologia*, analisando a sua contribuição para a legitimação do domínio de saber da Linguística. Para tanto, filiamos-nos aos pressupostos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso. Assim, partindo da relação entre circulação e legitimação, a qual, por sua vez, instaura as filiações de sentidos, entendemos que são, sobretudo, essas filiações que fazem os saberes institucionalizarem-se e circularem em dada conjuntura sócio histórica e ideológica.

*Palavras-Chave:* Circulação; Legitimação; Conhecimento linguístico; Filiações de sentido.

*Abstract:* In this study, we reflect on the importance of scientific journals for the production, circulation and legitimation of linguistic knowledge in Brazil. For us, in such journals, there is not only knowledge dissemination, but also the relationship between knowledge and the scientific community, and this one contributes to the legitimation of knowledge among its peers. In this reflection, we studied the *Revista Brasileira de Filologia*, analyzing its contribution to the legitimation of Linguistics knowledge domain. Therefore, we followed the presuppositions of the History of Linguistic Ideas and Discourse Analysis. Thus, starting from the relationship between circulation and legitimation, this one which, in turn, establishes affiliations of senses, we understand, above all, that these affiliations make knowledge become institutionalized and circulate in a given socio-historical and ideological conjuncture.

*Keywords:* Circulation; Legitimation; Linguistic knowledge; Affiliations of sense.

## Introdução

Partindo do pressuposto de que “sem memória e sem projeto não há saber” (AUROUX, 1992, p. 11), entendemos a produção do conhecimento como um processo que deve ser compreendido a partir de sua constituição, formulação e circulação. Nesse sentido, o nosso interesse neste estudo é refletir, especialmente, sobre a circulação do conhecimento linguístico em revistas acadêmicas/científicas. Consideramos que, ao refletirmos sobre a circulação, poderemos compreender, também, o modo de constituição e formulação em torno de determinados saberes, bem como destacar a importância das revistas científicas para a disciplinarização dos estudos linguísticos no Brasil.

Esse interesse deve-se ao fato de as revistas científicas, para nós, cumprirem “um papel fundamental tanto no processo de comunicação da ciência como na legitimação do conhecimento científico” (SCHNEIDERS, 2017, p. 2757). São, portanto, essenciais para a circulação do conhecimento, a partir das quais podemos observar as filiações de sentidos que se estabelecem em determinadas condições sócio históricas, visto que, quando certos saberes passam a constituir as práticas científicas, compreendemos uma (de) marcação de lugar em certas condições de produção.

Entendemos que as revistas científicas não visam apenas a divulgação do conhecimento, mas também a relação entre o conhecimento e a comunidade científica, e esta, por sua vez, contribui para a legitimação do saber entre seus pares. Para desenvolvermos essa reflexão, mobilizamos, como objeto de estudo, a *Revista Brasileira de Filologia*, uma revista representativa que circulou entre 1955 e 1961, no âmbito do contexto nacional brasileiro. Tendo em vista tal revista científica e a conjuntura sócio histórica de sua circulação, vimos compreendendo como essa materialidade contribui para a legitimação e circulação de determinados domínios de saber, como: da Filologia, da Linguística e da Dialetoлогия.

Nesse estudo em específico, o nosso interesse recai sobre os saberes que aí circulam vinculados ao domínio da Linguística, a fim de explicitar as filiações teóricas e de sentidos que se constituem e contribuem para o processo de legitimação e disciplinarização da Linguística no Brasil. O desenvolvimento desse estudo está filiado aos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, tal como ambas desenvolvem-se no Brasil. Assim, partindo da relação entre circulação e legitimação, a qual, por sua vez, instaura as filiações teóricas e

de sentidos, entendemos que são, sobretudo, essas filiações que permitem aos saberes institucionalizarem-se em dada conjuntura sócio-histórica e ideológica.

## **Circulação, legitimação e disciplinarização da Linguística no Brasil**

Ao refletirmos sobre a produção do conhecimento, consideramos que

é impossível pensar a ciência sem o sujeito e sem a história do conhecimento, porque ambos são constitutivos de nossa emancipação intelectual. História nenhuma se faz sem sujeito, porque o sujeito na sua 'ponte' vem produzindo a história e sendo produzido por ela (SCHERER, 2008, p. 140).

Desse modo, ao problematizarmos a disciplinarização da Linguística no Brasil, devemos considerar que se trata de um processo que não envolve apenas uma regulamentação federal que determina a obrigatoriedade dessa disciplina em todos os cursos de licenciatura em Letras. Falar desse processo envolve, igualmente, a reflexão sobre o modo como esse domínio de saber institucionaliza-se no contexto brasileiro a partir de diferentes sujeitos e diferentes espaços institucionais. Ou seja, falar do disciplinar da Linguística, no Brasil, requer trabalhar tanto com o seu processo de disciplinarização quanto com o seu processo de institucionalização/legitimação.

Podemos dizer que o processo de disciplinarização da Linguística, no Brasil, foi lento, estando vinculado diretamente com a criação das primeiras universidades brasileiras, nos anos de 1930, as quais contaram com importantes estudiosos que se interessavam pela Linguística e também com professores visitantes franceses, marcando, inicialmente, uma filiação com a Linguística europeia. Até 1962, data do decreto federal que torna a Linguística disciplina obrigatória nos cursos de Letras, esse domínio de saber não possuía um lugar institucional reconhecido diante dos estudos da linguagem. Isso fez com que a Linguística fosse praticada por um grupo restrito de estudiosos e divulgada de diversos modos (cf. ALTMAN, 2004)<sup>1</sup>. Dentre os estudiosos brasileiros que procuram divulgar e estabelecer o domínio da Linguística no Brasil, o principal foi Mattoso Câmara, considerado um dos primeiros linguistas brasileiros, o qual contribuiu não só para a introdução

---

<sup>1</sup> A Linguística era introduzida junto a outras disciplinas dos cursos de Letras, ou circulava em obras desse período, como as de Mattoso Câmara, e em revistas como a *Revista Brasileira de Filologia*.

de ideias linguísticas no Brasil, mas também para a consolidação de uma história da linguística no/do Brasil.

Mattoso Câmara foi um pioneiro, porém, como ressalta Rodrigues (2005), ser pioneiro não significa ser o primeiro, pois, no Brasil, outros estudiosos, antecessores e contemporâneos de Mattoso Câmara, também dedicaram-se à introdução dos estudos científicos da linguagem. Devido a essa posição,

esteve praticamente isolado em grande parte de seu trabalho, experimentou a incompreensão e a hostilidade de seus colegas de formação tradicional e espírito conservador, e viu-se tolhido no seu justo anseio de maior participação na vida universitária” (RODRIGUES, 2005, p. 24).

O estabelecimento da Linguística enquanto disciplina, via decreto federal, foi, porém, determinante para os estudiosos brasileiros legitimarem-se enquanto linguistas. A respeito dessa relação entre o estudioso e o campo disciplinar, Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13) entende que a “Linguística é legitimada por quem institui uma ciência, por quem pratica uma ciência, por quem ensina uma ciência, por quem divulga uma ciência”, mas considera que os espaços institucionais acadêmicos foram essenciais para a produção, expansão, circulação e representação dos estudos *da* e *sobre* a Linguística no Brasil.

Os espaços institucionais não são considerados como neutros quando tratamos da produção e circulação do conhecimento, eles produzem, sobretudo, um efeito legitimador, já que são pelas relações institucionais que determinados saberes são legitimados e colocados em circulação, particularizando-os. Tal efeito contribui para que certos saberes e sentidos institucionalizem-se, a partir de determinadas condições sócio-histórica e ideológicas (cf. SCHNEIDERS, 2014). Para Lagazzi-Rodrigues (2007), a “instituição”, segundo um viés materialista, trata-se de uma organização discursiva que se origina de processos e percursos de institucionalização dos sentidos. Segundo a autora, a relação existente entre legitimidade e instituição torna-se um modo de visualizar os processos de identificação do sujeito, por meio dos quais se tem o reconhecimento produzido pela ideologia, o que seria um efeito fundante.

Sobre essa questão da legitimação, a autora ainda destaca que é a legitimação que sustenta a relação existente entre a cientificidade e o lugar institucional, uma vez que a prática científica “se faz (em) um lugar insti-

tucional” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2002, p. 15). Tal lugar institucional, em nosso entendimento, somente será (de)marcado com o decreto federal tornando a Linguística como disciplina obrigatória dos cursos de Letras, em 1962. Antes disso, diante da “falta de lugar”, a Linguística circulou de modo restrito e em um lugar secundário nos cursos de Letras.

Essa circulação restrita, digamos, no meio institucional dos cursos de Letras, não impediu o fato de a Linguística circular em outros espaços, como é o caso das revistas científicas<sup>2</sup>, e, em especial, de nosso objeto de estudo: a *Revista Brasileira de Filologia*, a qual é uma publicação vinculada à Livraria Acadêmica, editora importante da época, não sendo uma publicação filiada diretamente ao âmbito institucional da academia. Nesse sentido, entendemos que tais revistas irão cumprir um papel fundamental para a circulação e a legitimação da Linguística no Brasil, estabelecendo as relações teóricas entre quem podia, ou não, publicar e circular junto a esse espaço. A circulação, para nós, é igualmente importante por possibilitar a observação dos saberes e das filiações de sentidos que se estabelecem em dada conjuntura e condições de produção. Conforme destaca Orlandi (2005, p. 12), o modo de circulação aponta para os trajetos dos dizeres, e estes são significativos para compreendermos os sentidos, já que “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam”.

Assim, consideramos que, no caso da Linguística no Brasil, para esse campo disciplinar-se e institucionalizar-se, foi necessário tanto a legitimação de quem produz ciência e a faz circular entre seus pares, quanto a legitimação via órgão Federal (Estado) e das Instituições. Sobre a disciplinarização de um campo científico, podemos retomar os estudos realizados por Puech (2004) que propõe essa noção para “désigner le processus (historique) par lequel les propositions intellectuelles concernant le domaine considéré créent, reprennent et tentent de maîtriser la temporalité de leur développement” (PUECH, 2004, p. 125).

Para Scherer e Petri (2008), o campo disciplinar de uma ciência é afetado pela formação ideológica em que está inserido, afetando a história dos conceitos e a história cultural do disciplinar. Nesse sentido, a disciplinarização e a institucionalização do domínio da Linguística não está alheia à determinação ideológica e histórica que afeta a conjuntura em que se insere, pois “cada época tem suas convenções, valores, visões do mundo, formando um certo universo lingüístico-acadêmico, cujos elementos interdependentes

<sup>2</sup> Podemos também citar a Revista *Letras*, que circulou nos anos de 1950, como sendo importante para a divulgação e legitimação do conhecimento lingüístico, tal como aponta Paim (2015).

mantêm entre si relações associativas e funcionais, em constante processo de mudança” (SCHERER, 2005, p. 10).

## A Revista Brasileira de Filologia e os saberes da Linguística

Considerando os aspectos levantados anteriormente, os estudos que vimos desenvolvendo<sup>3</sup> tem por objetivo destacar a importância das revistas científicas para os estudos inseridos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas. As revistas científicas, como as entendemos, não só contribuem para a comunicação científica, mas também para a produção do conhecimento, elas não se situam fora da história nem das relações institucionais a que se vinculam e que individualizam os profissionais específicos que aí publicam (SCHNEIDERS, 2017).

Nessa reflexão, buscamos ressaltar, especificamente, a circulação dos saberes vinculados ao domínio da Linguística na *Revista Brasileira de Filologia* (RBF), a fim de explicitar as filiações teóricas e de sentidos que se constituem e contribuem para o processo de legitimação e disciplinarização da Linguística no Brasil nesses espaços outros, que estão fora do institucional, mas que são igualmente afetados por ele. A RBF circulou entre os anos de 1955 e 1961, no âmbito do contexto nacional brasileiro, tornando-se representativa para a época e “a mais completa e categorizada publicação do gênero no país” (ELIA, 1975, p. 158).

A fim de contextualizar a RBF, a mesma foi publicada pela Livraria Acadêmica, do Rio de Janeiro, editora importante da época que publicou muitas das obras filológicas do período. Como destacado em estudo anterior<sup>4</sup>,

a revista tinha uma periodicidade semestral, com a publicação de um volume por ano, sendo que o mesmo era composto por dois tomos, um por semestre. A RBF teve seis volumes, totalizando a publicação de onze tomos – faltando somente o Tomo II, do Vol. 6. Serafim da Silva Neto, além de fundar, dirigiu a RBF até o ano de 1958, quando da publicação do volume 4. Os dois últimos volumes foram dirigidos pela comissão formada por Antenor Nascentes, Ismael de Lima Coutinho, Sílvio Elia e Mattoso Câmara.

<sup>3</sup> Estudos vinculados ao projeto: Constituição, formulação e circulação do conhecimento linguístico no sul do Brasil.

<sup>4</sup> Realizamos um estudo mais detalhado sobre a importância e a estrutura da RBF no artigo “A circulação do conhecimento linguístico na *Revista Brasileira de Filologia*”, disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/2581/showToc>>



No entanto, com a morte de seu fundador, em 1960, a revista passou a ter menos regularidade e foi publicada somente até 1961 (SCHNEIDERS, 2017, p. 2760).

A RBF tornou-se nosso objeto de interesse devido ao fato de ser uma revista dita especializada de Filologia, como o seu nome nos apresenta. No entanto, ao adentrarmos aos conteúdos mobilizados em seu interior, observamos que a revista vai além dos assuntos da Filologia, constitui-se como um espaço para a circulação dos saberes linguísticos, ou seja, ela cumpre com o papel de divulgar a produção do conhecimento, no caso, sobre a língua/linguagem. A RBF é estruturada da seguinte forma:

- 1º: artigos de diferentes e importantes estudiosos que tratam de questões da língua a partir de um olhar histórico e filológico;
- 2º: seção denominada “Crônica Linguística”, assinada por Joaquim Mattoso Câmara Jr.;
- 3º: espaço destinado a “Recensões críticas e notas bibliográficas”, a fim de divulgar estudos (tanto do domínio da Linguística quanto da Filologia) realizados a partir de um olhar crítico, no caso das “recensões críticas”, e de apresentar pontos relevantes sobre bibliografias recém-publicadas, como é o caso das “notas bibliográficas”;
- 4º: parte final destinada a “notícias e comentários” sobre eventos, reuniões, cursos, etc. realizados à época. Ainda, alguns tomos da revista finalizam com uma seção denominada *In memoriam*, com vistas a homenagear estudiosos que foram essenciais para o desenvolvimento das pesquisas linguísticas no Brasil.

Nessa reflexão, nosso interesse recai sobre a seção denominada “Crônica Linguística”, a fim de refletirmos acerca da importância dessa seção para a circulação e legitimação da Linguística. Buscamos destacar a contribuição das revistas científicas para a consolidação deste campo de conhecimento, enfatizando em especial a RBF por entendermos que esse objeto possibilita compreender “la dynamique du développement scientifique” (CHEVALIER, 1998, p. 68).

Para nós,

Une revue est un instrument d'action extrêmement souple qui, beaucoup plus subtilement qu'un livre, établit des liens entre des groupes de linguistes émetteurs (toute revue est collective, par définition), organisés par une direction et, d'autre part, des lecteurs et utilisateurs, souvent difficiles à cerner

(CHEVALIER, 1998, p. 68).

É, pois, tendo em vista esse entendimento sobre a revista, vista como um espaço coletivo, que aponta para as filiações teóricas e de sentidos que buscamos produzir alguns gestos de interpretação sobre o funcionamento da seção ‘Crônica Linguística’. As crônicas linguísticas são todas de autoria de Mattoso Câmara Jr., porém, nem todos os tomos e volumes da RBF as possuem, as que verificamos foram:

- Vol. 1, Tomo I: O sexto congresso internacional de linguistas
- Vol. 1, Tomo II: A conferência de indiana entre antropólogos e linguistas
- Vol. 2, Tomo I: Roman Jakobson
- Vol. 2, Tomo II: A Teoria Sintagmática de Mikus

Iniciamos nossas considerações pela designação dessa seção, a qual nos chama a atenção pelo fato, como a própria definição de crônica sugere-nos, de ser um texto curto, destinado a destacar algo de ordem corriqueira, do cotidiano, circulando, sobretudo, nos meios de comunicação. Esse gênero, como sabemos, foi bastante difundindo a partir da publicação dos chamados Folhetins em meados do século XIX. Assim, entendemos que essa seção tem um papel fundamental no interior da RBF, visando justamente a fazer circular e divulgar o que estava acontecendo mundialmente sobre os estudos da Linguística.

Em um primeiro estudo realizado sobre a RBF, destacamos algumas considerações a respeito do conteúdo de cada crônica, as quais valem a pena retomar (SCHNEIDERS, 2017, p. 2763-2764)<sup>5</sup>:

- Crônica 1 “O sexto congresso internacional de linguistas”: traz um interessante panorama das ‘Atas do Sexto Congresso Internacional de Linguistas’, realizado em Paris, em 1948. As atas, segundo Mattoso Câmara Jr.,

permitem uma boa visão das correntes e tendências da linguística contemporânea, apesar da ausência de algumas figuras individuais de relevo e da de certos grupos nacionais, que por contingências da situação do mundo não

---

<sup>5</sup> Destacamos apenas de modo bastante sucinto o que cada crônica veicula para refletirmos sobre seu funcionamento. A RBF está disponível *on line* no site: < <http://www.josepereira.com.br/rbf.html> >.

tiveram representação no Congresso (In: RBF, Vol. 1, Tomo I, 1955, p. 53).

Tal crônica faz-se relevante por colocar em circulação as discussões sobre a Linguística que se vinham realizando, bem como o fato de referenciar importantes nomes desse domínio de saber.

- Crônica 2 “A conferência de indiana entre antropólogos e linguistas”: trata-se de um breve relato sobre essa conferência, enfatizando, sobretudo, a relação entre a linguística e a antropologia cultural. Essa conferência foi realizada em julho de 1953, e Mattoso Câmara Jr. atenta para o fato de que a crônica não traz um relato do todo, omitindo alguns temas e debates “em detrimento de umas poucas idéias, aí ventiladas, que pareceram especialmente significativas [...] para os brasileiros” (In: RBF, Vol. 1, Tomo II, 1955, p. 195).

- Crônica 3 “Roman Jakobson”: refere-se a uma homenagem a Jakobson, em comemoração aos seus sessenta anos. Nessa crônica, Mattoso Câmara Jr. traz uma síntese da “figura e da obra de Roman Jakobson nos quadros da linguística contemporânea”, além de destacar o vínculo do pensamento científico deste estudioso com o de Troubetzkoy. As crônicas da RBF, tal como observamos nas duas primeiras, estavam destinadas a registrar eventos “significativos na linguística internacional”, porém, nesta, como justifica Mattoso,

é justo que se aproveitem tôdas as oportunidades de ressaltar as contribuições, para a consolidação, aprimoramento e renovação da ciência da linguagem, trazidas, por linguistas do nosso tempo entre os quais aquele de quem tratamos, é sem sombra de contestação um dos mais valiosos (In: RBF, Vol. 2, Tomo I, 1956, p. 55).

Em nota de rodapé e a título de curiosidade, o autor destaca uma interessante informação: a possibilidade de Jakobson ter vindo para o Brasil, por convite da Universidade de São Paulo, antes de ter ido para os Estados Unidos. No entanto, isso não se efetivou “em virtude de empecilhos ulteriores”, nas palavras de Mattoso Câmara Jr.

- Crônica 4 “A Teoria Sintagmática de Mikus”: discute a questão do sintagma, retomando, primeiramente, os pressupostos saussurianos, para, em seguida, trazer o estudo desenvolvido por Francis Mikus acerca dessa temática. Essa crônica, assim como a anterior, não apresenta o registro de eventos, mas uma questão teórica sob o ponto de vista da linguística mo-

derna.

Pelas crônicas destacadas, observamos que as duas primeiras destinam-se a relatar os congressos internacionais realizados, bem como teóricos importantes para a reflexão da Linguística. Essa divulgação, para a produção do conhecimento, não deve ser vista como algo neutro, ao divulgar tais eventos, coloca-se em circulação, no contexto brasileiro, o que vem sendo discutido no âmbito mundial sobre o conhecimento linguístico. Orlandi (2002), em seu artigo “Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas?”, ressalta justamente a importância dos eventos para o desenvolvimento do conhecimento linguístico. Para a autora, os congressos, “como toda institucionalização de relações do saber, servem também, de forma pronunciada, a modos de legitimação das formas de saber e, muitas vezes, à tomada de posições de poder universitário dos próprios intelectuais” (ORLANDI, 2002, p. 60).

No referido artigo, Orlandi faz uma discussão a partir de dois textos, um de Mattoso Câmara Jr. e outro de Jean-Claude Chevalier sobre os Congressos Internacionais de Linguística, refletindo sobre a posição-sujeito linguista que se constitui por meio da leitura que cada um realiza sobre os congressos. Trata-se de um interessante estudo que nos mostra a importância de Mattoso Câmara Jr. para a história da Linguística no Brasil, sem, no entanto, colocar-se nessa história:

Vemos que, sem se colocar no interior da história da linguística ao falar de seus congressos, vai colocando aos poucos nossa história como menção, quase causal. Isso me leva a dizer que ele se coloca na posição de quem é linguista, de quem, com os outros, daqui e de “lá”, faz essa história, mas não afirma sua posição como “participante”, do ponto de vista dos Congressos. Ele está, com isso, preparando a vinda dos congressos brasileiros, nossa visibilidade como linguistas (ORLANDI, 2002, p. 52).

Nesse sentido, as duas primeiras crônicas têm, para nós, uma função essencial ao divulgar tais congressos internacionais: “O sexto congresso internacional de linguistas” e “A conferência de indiana entre antropólogos e linguistas”, uma vez que contribuem sobremaneira para a circulação e a legitimação dos saberes vinculados à Linguística. Tais crônicas, ao estarem publicadas no interior de uma revista de Filologia, apontam para um funcionamento peculiar desse periódico, o fato de trazer para seu interior, na expressão de Sériot (1999), *l’air du temps*.

Compreender o *air du temps*, segundo Sériot (1999, p. 27), é

de rapporter une théorie linguistique à ses conditions historiques de production, d'évaluer les interactions existant entre des théories voisines ou entre des champs discursifs contemporains, de restituer l'*air du temps* et l'*air du lieu* dans lequel un dispositif de pensée s'inscrit.

Esse *air du temps* também traz para a questão as relações entre os teóricos que se estabeleceram nessa conjuntura em específico que nos interessa. As filiações teóricas nos são igualmente relevantes, visto que, com elas, podemos observar como as redes de filiações de sentidos vão estabelecendo-se e contribuindo para a legitimação do conhecimento linguístico. A primeira filiação a ser destacada é a relação estabelecida entre Serafim da Silva Neto, que é também o editor da RBF, e Mattoso Câmara Jr.

Essa relação entre os teóricos é interessante, pois vemos que, embora Mattoso Câmara Jr. tenha tido um lugar periférico junto aos seus pares e em sua carreira acadêmica, por tentar introduzir novos preceitos, rompendo, de certa forma, com a tradição filológica da época, houve um acolhimento de suas ideias em “[...] periódicos em que também publicavam os filólogos. Portanto, se a sua posição no grupo não foi das mais destacadas, não foi também o que se pode chamar com exatidão de ‘marginal’” (COELHO, 1998, p. 101).

Como sabemos por meio dos estudos historiográficos sobre os estudos linguísticos, Serafim da Silva Neto teve, desde o início de sua carreira, um lugar reconhecido junto à comunidade filológica da época, bem diferente do que aconteceu com Mattoso Câmara Jr.. Coelho (1998, p. 172) destaca que “as ‘ideias’ de Silva Neto foram interpretadas como ‘boas’ neste contexto e o mesmo não ocorreu com as de Mattoso”. Assim,

Mattoso Câmara, com ideias que posteriormente foram reconhecidas como ‘boas’, adequadas, não alcançou o mesmo destaque, talvez por não ter marcado tão claramente uma postura continuísta em relação à tradição filológica luso-brasileira, como o fez Silva Neto. Tradição que, afinal, era aquela cujos representantes estiveram à frente dos processos de ‘organização’ – da área de estudos e das instituições – que tão acentuadamente caracterizaram o período na história dos estudos sobre a linguagem no Brasil (COELHO, 1998, p. 174).

O que observamos é, portanto, que Mattoso, mesmo não possuindo um lugar institucional reconhecido, ele esteve inserido junto ao grupo de es-

tudiosos reconhecidos da época e inserido nas revistas científicas, por exemplo. Dentre os estudiosos que se destacaram no desenvolvimento inicial da Linguística, sendo considerados legitimados e legitimadores na relação com a reflexão linguística, podemos citar: Serafim da Silva Neto, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Capistrano de Abreu, Said Ali, Antenor Nascentes, Theodoro Sampaio e Sousa da Silveira (LAGAZZI-RODRIGUES, 2002).

Um outro aspecto a ser ressaltado é a ênfase de Mattoso Câmara Jr., na segunda crônica, na relação entre a linguística e a antropologia. Essa ênfase justifica-se, pois, como sabemos, Mattoso Câmara Jr., nos anos de 1940, trabalhou voluntariamente no Museu Nacional, mantendo um estreito contato com antropólogos. Desse contato resultou sua viagem para os Estados Unidos (1943-1944) e sua relação teórica com Roman Jakobson e Louis Gray (GUIMARÃES, 2004).

As filiações que vão se estabelecendo se reforçam na terceira crônica “Roman Jakobson”, a qual se refere a uma homenagem a Jakobson, em comemoração aos seus sessenta anos. Não é por acaso que Mattoso Câmara Jr. dedica uma crônica para exaltar a obra e a figura de Roman Jakobson, é devido, sobretudo, à relação teórica, e também pessoal, estabelecida entre os dois estudiosos. Essa relação pode ser observada por meio das constantes correspondências trocadas entre ambos<sup>6</sup>, nas quais, inclusive, Mattoso Câmara Jr. comenta sobre a publicação dessa crônica. Além disso, podemos dizer que os estudos linguísticos propostos por Mattoso Câmara Jr. foram afetados por essa relação, bem como os estudos linguísticos brasileiros de maneira geral tiveram essa influência de Jakobson pela relevância que o mesmo teve à época.

No que se refere à quarta crônica “A Teoria Sintagmática de Mikus”, ao contrário das outras, nesta há uma discussão mais teórica, voltada à problemática do sintagma, retomando, primeiramente, os pressupostos saussurianos, para, em seguida, trazer o estudo desenvolvido por Francis Mikus acerca dessa temática. Tal discussão torna-se relevante na medida em que traz esses aspectos sob o ponto de vista da linguística moderna, buscando marcar a contribuição desses preceitos na discussão sobre a língua, como é o caso do sintagma, saindo do paradigma gramatical e filológico, como era a tradição no contexto brasileiro.

Retomar tais aspectos, para nós que nos inserimos no campo da HIL, são fundamentais, pois todas as relações que vão se constituindo irão de-

---

<sup>6</sup> As correspondências a que nos referimos estão disponíveis na Biblioteca Mattoso Câmara, em Petrópolis, Rio de Janeiro.

terminar as condições de produção do conhecimento linguístico no Brasil. A produção do conhecimento configura-se enquanto uma prática social, sendo o contexto sócio-histórico e ideológico determinante para a sua produção, afetando as condições de produção do discurso. Pêcheux (2009 [1975]) destaca que a produção do conhecimento científico é resultante de um processo histórico determinado, enfatizando que as “ideias científicas” não se desvinculam da história, são afetadas historicamente e estão em relação à(s) ideologia(s) de certa conjuntura. Ao compreendermos as condições de produção do discurso, poderemos definir tanto o modo como se entende determinado domínio de saber quanto delimitar o que quer que se recorte, para ser colocado em circulação e divulgação.

Ou seja, compreender as filiações teóricas e de sentidos que se estabelecem quando refletimos sobre a produção do conhecimento é, conforme Chiss & Puech (1999),

proclamer des filiations ou des affiliations, c'est organiser un champ de savoir homogène par un certain agencement de la mémoire. Définir un objet propre dans ce champ homogène, c'est indexer, identifier, décrire les principaux domaines de la discipline où l'objet trouve sa place légitime. Fixer des tâches programmatiques, c'est compléter, par la dimension projective, la cohérence rétrospective et synchronique de la discipline. Le point de vue disciplinaire, par quelque côté qu'on l'envisage, nous confronte donc à la dimension temporelle (retrospection, délimitation synchronique, projection) d'une *représentation* du savoir (CHISS & PUECH, 1999, p. 16).

Assim, a produção do conhecimento não é indiferente à conjuntura em que se inscreve, é condicionada por uma série de fatores que a afetam e a configuram. As crônicas linguísticas da RBF, tal como observamos, nos permitem compreender que,

mesmo sendo uma revista científica dita especializada, em sua constituição, há a presença de outros domínios de saber, como é o caso da Linguística, contribuindo, portanto, para a circulação e, de certa forma, para a institucionalização desse domínio no contexto brasileiro (SCHNEIDERS, 2017, p. 2766).

## Considerações finais

Ao refletirmos sobre as filiações teóricas e de sentidos que se constituem no interior da RBF, por meio da publicação da seção ‘Crônica linguística’, todas de autoria de Mattoso Câmara Jr., compreendemos que tais filiações contribuem para explicitarmos o processo de legitimação da Linguística no Brasil. Por meio das crônicas, podemos dizer que há dois funcionamentos, um que se vincula à importância dos congressos para a legitimação dos saberes da Linguística, os quais, segundo Orlandi (2002, p. 62),

na representação que a ciência da linguagem dá de si, [...] são um lugar de traçar sua fisionomia. Mas como em todo processo de disciplinarização, não é só o que fica dentro desse contorno que define a sua história. O discurso do conhecimento, como qualquer outro, está em movimento e não se deixa enclausurar, desenhando seus meandros no fluxo do saber.

Já o outro funcionamento refere-se às relações teóricas estabelecidas, constituindo uma rede de filiações que representam o *air du temps*, determinando, de certo modo, os saberes que são postos em circulação, o que se publica e quem publica nesses espaços como é o das revistas científicas. Assim, consideramos que esses dois funcionamentos só podem ser observados por meio da relação entre a circulação e a legitimação do conhecimento, contribuindo para a institucionalização e disciplinarização dos saberes na Linguística no Brasil.



## Referências

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira**. Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem. 1998. 184f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

CHEVALIER, J.-C. Places des revues dans La constitution d'une discipline; La Linguistique Française (1945-1997). **Langue Française** 117. Paris: Larousse, p. 68-71, 1998.

CHISS, J.-L.; PUECH, C. **Le langage et ses disciplines** (XIX-XX siècles). Paris, Bruxelles: De Boeck & Larquier s.a, 1999.

ELIA, S. **Ensaio de filologia e lingüística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifos, 1975.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica**: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. A língua portuguesa no processo de institucionalização da lingüística. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das idéias lingüísticas. Campinas, Pontes, 2002. p.13-22.

\_\_\_\_\_. O político na Lingüística: Processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

ORLANDI, E. Ir ao congresso: fazer a história das idéias linguísticas? In: GUIMARÃES, E; ORLANDI, E. (orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das idéias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002. p. 41-62.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

PAIM, Z. V. O texto de *apresentação* nas revistas acadêmicas: da singularização a inscrição no lugar de uma falta. **Interfaces**, vol. 6, n. 3, dez., p. 88-100, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. brasileira. Trad. Eni Orlandi et al., SP: Campinas, Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PUECH, C. Antinomies (V. Henry) et Dichotomies (F. De Saussure) l'idée d'une – science double – dans la linguistique générale de la fin du XIX siècle. **Linguistique et partages disciplinaires à la charnière des XIX et XX siècles**: Victor Henry (1850-1907). Louvain, Paris: Editions Peeters, Bibliothèque de l'Information Grammaticale, n. 55, p. 125-150, 2004.

**Revista Brasileira de Filologia**, Vol. 1, Tomo I, junho, 1955.

**Revista Brasileira de Filologia**, Vol. 1, Tomo II, dezembro, 1955.

**Revista Brasileira de Filologia**, Vol. 2, Tomo I, junho, 1956.

**Revista Brasileira de Filologia**, Vol. 2, Tomo II, dezembro, 1956.

RODRIGUES, A. D. A Obra Científica de Mattoso Câmara Jr. **Estudos da Língua(gem)**. Mattoso Câmara e os Estudos Linguísticos no Brasil, Vitória da Conquista, vol. 2, n. 1, p. 11-28, dez., 2005.

SCHERER, A. E. Lingüística no sul: estudos das idéias e organização da memória. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas, Editora Pontes, p. 9-26, 2005.

\_\_\_\_\_. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. do R. (org.) **Análise do Discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Clara Luz, 2008. p.131-141.

\_\_\_\_\_; PETRI, V. Discours ou discourse: invention, configuration, transmission et disciplinarisation au Brésil. In: **Revista Letras**: Língua, Sujeito e História, nº 37, v. 18, n.2, jul./dez., p. 9-18, 2008.

SCHNEIDERS, C. M. **Serafim da Silva Neto**: entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico. 2014. 218f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria, RS, 2014.

\_\_\_\_\_. A circulação do conhecimento linguístico na *Revista Brasileira de Filologia*. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 4, out./dez., p. 2756-2770, 2017.

SÉRIOT, Patrick. **Structure et totalité**: les origines intellectuelles du structuralisme en Europe Centrale et Orientale. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

Recebido: 15/07/2018

Aceito: 01/12/2018

DOI: 10.5902/2179219436814

# A BRASILIANÍSTICA COMO UM CAMPO DE ESTUDOS ALEMÃO SOBRE O BRASIL E SUA LÍNGUA

## THE “BRASILIANÍSTICA” AS A GERMAN STUDY FIELD ABOUT BRAZIL AND ITS LANGUAGE

André Stefferson Martins Stahlhauer  
Institut für Romanistik – Friedrich Schiller Universität Jena  
Romanisches Seminar – Leibniz Universität Hannover

*Resumo:* Este trabalho consiste em uma observação do espaço de enunciação, conforme Eduardo Guimarães (2002), do português do Brasil na Alemanha. Sob a ótica dos estudos enunciativos sobre as Políticas de línguas, observamos como se constitui um espaço de enunciação para a língua, a cultura e as mídias do Brasil no modo de representar no exterior, como uma forma de distribuição política da língua que se dá pela inserção desses estudos no campo da Brazilianística, configurando simbolicamente um campo científico disciplinar sobre o Brasil no exterior.

*Palavras-chave:* Brazilianística; língua; Brasil; Alemanha; enunciação.

*Abstract:* This paper consists in a study about space of enunciation, in according to Eduardo Guimarães (2002), of the Portuguese from Brazil in Germany. From the point of view of the enunciative studies about Language Policies, we observe how were constituted an enunciation space that represents abroad, from the point of view of the foreigner about the Brazilian, the language, the culture and the medias from Brazil, as a form of political distribution of the language occurs by the insertion in the field of “Brazilianística”, thus symbolically configuring a disciplinary scientific field about Brazil abroad.

*Key words:* Brazilianística; language; Brazil; Germany; enunciation.

### **Um panorama do espaço enunciativo do ensino e pesquisa para a língua do Brasil na Alemanha: um espaço político de distribuição de línguas aos falantes**

Apresentamos neste texto uma parte da reflexão que viemos fazendo em uma pesquisa mais ampla sobre os diferentes modos de distribuição do Português<sup>1</sup> em espaços de enunciação a partir da produção de um saber

---

<sup>1</sup> Vou tomar aqui as designações de Português e Português brasileiro para observar o que se considera como a língua falada no Brasil. Vou tomá-las, então, como objeto do conhecimento linguístico do e no Brasil em sua diferença com outros objetos, tais como os designados como

sobre a língua e seus entornos na Alemanha (STAHLHAUER, 2016). Traçamos aqui, então, uma análise enunciativa em política de línguas, com base em Eduardo Guimarães (2002; 2003), que visa a observar a configuração da *Brasilianistik* como um campo científico de estudos sobre a cultura, a mídia, a história e a língua do Brasil, na Alemanha<sup>2</sup>. Ao observarmos que o funcionamento das línguas se dá historicamente pelo modo como elas são distribuídas em espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2003), na relação de umas com as outras, é preciso salientar que, apesar de parecer uma obviedade, o português na Alemanha é distribuído como uma língua estrangeira, pois a produção do saber sobre a língua não se dá institucionalmente no interior dos estudos de uma língua oficial ou materna. Nesse sentido, é preciso considerar que os estudos sobre a língua do Brasil, que configuram o campo do saber da *Brasilianistik* (doravante, *Brasilianística*), constituem-se já afetados por uma política sobre a língua e sobre o conhecimento sobre ela, que imbricam uma história marcada por práticas alemãs de estudos sobre o Brasil, sobre o português e o português brasileiro, e uma divisão posta pela consideração de que o português, língua oficial e nacional do Brasil (GUIMARÃES, 2005; ORLANDI, 2005), não é o mesmo de Portugal, da Europa, nem tampouco o da África.

Propomos essa discussão, levando em conta que, enunciativamente, a partir da distribuição política da língua aos falantes, se dá uma produção do saber acadêmico/científico sobre o Brasil e seus aspectos socioculturais na Alemanha, processo que delimita e define esse campo de estudos como uma “subdisciplina”<sup>3</sup> da *Lusitanistik*, a *Lusitanística*, e da *Romanistik*, a *Romanística*, em países cuja língua oficial, “de expressão”, é a alemã, sendo eles: Alemanha, Áustria e Suíça. Consideraremos, portanto, a constituição desse campo do saber no modo como, em enunciados de textos de um institucional, se dá a inserção do campo de estudos em universidades, na página do site da Associação alemã dos Lusitanistas, a *Lusitanistenverband e.V.*, no institucional que narra a criação do Instituto Luso-brasileiro da Universidade de Colônia e em um ensaio intitulado *Brasilianistik in Deutschland*, Bra-

---

Português europeu, de Portugal, Português africano, ou da África, etc.

<sup>2</sup> Vale dizer que essa pesquisa é o desenvolvimento de um projeto que formulei em 2016, quando atuei como professor na UFSCar e contou com o diálogo com Soeli M. Schreiber da Silva e Nelson Viana. Em 2018, parte dessas análises foram realizadas, durante um estágio de Pós-Doutorado, que desenvolvi com a interlocução de Lidia Becker, Professora do Seminários Românicos, (*Romanisches Seminars*) da Universidade Leibniz de Hannover, na Alemanha.

<sup>3</sup> In: *Deutscherlusitanistenverband e.V.* Disponível em: <http://lusitanistenverband.de/pt/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

silinística na Alemanha, de autoria de Claudius Amrbruster. Nesse sentido, observamos que se configura enunciativamente um modo de distribuir, no dizer, os objetos científicos determinados pela língua em que se escreve os textos, como modo de definir e delimitar “aquele que fala e para quem se fala” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), instanciando no presente do acontecimento, falantes e línguas, autores e leitores, e seus lugares sociais de fala e leitura.

O campo da Brazilianística desenvolveu-se na Alemanha no século XX, em condições de produção diversas, que determinaram a formulação e a circulação dos sentidos (ORLANDI, 2012), de um discurso sobre o Brasil, sua língua, sua cultura, literatura, povo e nação. Sabe-se, ademais, que os estudos sobre o Brasil feitos por brasilianistas – e não no interior do campo da Brazilianística, como na Alemanha, também é uma tradição nos Estados Unidos e na Inglaterra, conforme Marcio Ferrari (2016). Além disso, desde a fundação da Associação dos Brazilianistas da Europa, sediada atualmente em Copenhague, na Dinamarca, e que é composta por pesquisadores de diversas áreas e nacionalidades, vem-se produzindo interessantes materiais que fazem, do nosso ponto de vista, formular, circular e divulgar um discurso científico sobre o Brasil na Europa e com ainda pouca interlocução com instituições e pesquisadores brasileiros.

Se se pode fazer um breve panorama mais geral de instituições que se dedicam aos estudos, ao ensino e à pesquisa sobre o Brasil, cabe mostrar que existem inúmeros centros que instituem diferentes modos de distribuir e representar a língua do Brasil<sup>4</sup>, que é designada ora como Português ora como *Brasilianisches Portugiesisch*, Português Brasileiro, em espaços acadêmicos, em que, pode-se afirmar, formulam-se e circulam os discursos científicos sobre a língua, tal como o Instituto luso-brasileiro que foi criado em 1932, na Universidade de Colônia, e é um dos primeiros institutos de ensino e pesquisa de português na Alemanha. Além disso, o Instituto de Romanística da Universidade de Jena sedia o posto aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, o CELPE-Bras, o único exame de certificação de português oferecido e reconhecido como oficial pelo Ministério da Educação brasileiro. Vale salientar que se oferece, nos Centros de Línguas de universidades, os *Sprachenzentren*, o ensino em

---

<sup>4</sup> Como já dito anteriormente, vou considerar para esta ocasião como a língua do Brasil que ora é designada como Português ora como Português brasileiro pode significar nos textos relativamente à formação do campo científico da Brazilianística. É preciso antecipar, no entanto, que este campo de estudos, segundo o que propõe ARMBRUSTER (2010), também abrange a literatura, a cultura e a mídia, além da língua.

duas modalidades, separadamente: *Brasilianisches Portugiesisch*, o Português brasileiro, e o *Europäisches Portugiesisch*, Português europeu, como línguas estrangeiras, juntamente com o ensino de outras línguas como inglês, turco, espanhol, alemão, entre outras. Há também os espaços não-acadêmicos: institutos de línguas, associações brasileiras<sup>5</sup> e luso-brasileiras, cuja prática por sobre a língua dá-se já instrumentalizada para o ensino, nas aulas, nos planos de ensino e nas representações em materiais de ensino<sup>6</sup> de Português (brasileiro) como Língua Estrangeira.

É nesse sentido que consideramos que há nessa distribuição uma prática política de sujeitos, falantes, já afetados por um saber sobre a língua que instrumentaliza o conhecimento linguístico nas diferentes práticas enunciativas sobre elas. Sendo assim, cabe uma análise do espaço enunciativo do português brasileiro que mostre o modo como se dá essa distribuição no e para o estrangeiro em relação ao brasileiro, na Alemanha. É preciso ressaltar aqui que consideramos “o estrangeiro” como um modo de alocutar o outro, como uma representação de um falante de outra nação, no dizer, na linguagem, ou seja, que, assim como o falante, esse modo de representação na língua é uma figura da enunciação, constituída no modo como a língua está dividida pelo falante<sup>7</sup>. Desse modo, tomamos a distribuição do português do Brasil no e para o estrangeiro, pois, na Alemanha, a constituição de um saber sobre o Português do Brasil dá-se por significar na ordem do outro (não-brasileiros), os alemães. O português do Brasil, nesse caso, não é uma língua oficial, tampouco nacional<sup>8</sup>, na Alemanha, e é distribuído como uma língua estrangeira e, este saber sobre a língua, o que se constitui no âmbito de estudos da Brasilianística, não se dá como uma prática científica brasileira, já que a sua produção e circulação dá-se eminentemente no espaço acadêmico alemão. Institui-se, portanto, um campo de estudos sobre a língua do Brasil, em que se representa a língua *do e no* Brasil, **por** alemães.

Consideramos esses aspectos da linguagem sob a ordem do simbólico.

---

<sup>5</sup> Conforme indica o site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/associacoes-brasileiras-exterior/#ALEMANHA>. Acesso em: 30 mai. 2016.

<sup>6</sup> Há diferentes materiais de ensino produzidos por editoras alemãs, apenas para citar alguns exemplos: o “Oi, Brasil!”, da editora *Hueber*, e o *Beleza!*, da editora *Klett*, para a modalidade brasileira e o *Olá, Portugal!*, para a modalidade europeia, também da editora *Klett*.

<sup>7</sup> Conforme uma definição em Guimarães (2006, p. 14), Língua estrangeira é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência.

<sup>8</sup> A menos que se considere como falantes, os cidadãos brasileiros que vivem na Alemanha.

Nesse sentido, pretendemos mostrar os movimentos de sentidos que se dão nas enunciações sobre essa língua a partir de sua distribuição nesse campo de estudos, tendo em vista que essa prática também constitui a “produção de um saber metalinguístico” (AUROUX, 2001, p. 16), pois inscreve historicamente a produção do conhecimento sobre a língua, além de constituir um imaginário sobre a língua do Brasil e seus falantes na ordem do outro, do estrangeiro.

É importante salientar, também, que não há no Brasil estudos em *Brasilianística*. Esta é uma designação alemã para os estudos sobre determinadas áreas do conhecimento como a cultura, língua, arte e mídia do Brasil. Podem relacionar-se institucionalmente a esse campo a *Lusitanística* e a *Romanística*, bem como os estudos portugueses e os estudos latino-americanos. Estas práticas institucionais/acadêmicas desenvolveram no século XX, destacável produção científica sobre o Brasil no exterior. Segundo os pesquisadores dessa área na Alemanha<sup>9</sup>, a *Brasilianística* não se confunde com os *Brasilienstudien*, que se pode traduzir por estudos brasileiros. Esses estudos diferem-se na medida em que o primeiro se define no interior de outras subdivisões, tendo no português e no galego o ponto comum para a configuração do campo do saber. Já o segundo caracteriza-se por estudos mais gerais sobre o Brasil, como campo autônomo do conhecimento, que não é definido em função de outro subgrupo. Além disso, é preciso salientar, que ambos os estudos são realizados, salvo exceções<sup>10</sup>, por pesquisadores alemães e ainda que tenham sido feitos por meio de algumas parcerias com instituições brasileiras, sempre contam com a transferência de saber produzido fora do Brasil, por uma prática científica outra, com teorias e objetos, técnicas, metodologias e olhares outros que não o brasileiro.

Vale dizer, ainda que este não seja o foco deste texto, que as práticas enunciativas que configuram o saber e o conhecimento sobre o Brasil também determinam a produção de instrumentos linguísticos (AUROUX, 2001). Além das gramáticas e dicionários, pode-se considerar que os materiais de ensino de Português brasileiro instauram modos de instrumentalizar as línguas. Por meio da produção de um discurso sobre a língua do Brasil formulam-se as enunciações desses instrumentos linguísticos. Tais práticas configuram-se institucionalmente e produzem diferentes lugares sociais de enunciação seja na ordem do oral, do escrito, do formal e do informal. Des-

<sup>9</sup> Dietrich Briesemeister (sem data, disponível em: <http://www.brasilianistik.de/STUDIEN/studien.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018) e Claudius Armbruster (2010).

<sup>10</sup> É necessário mencionar o importante trabalho da Professora Ligia Chiappini, brasileira que foi professora da cadeira de *Brasilinística* na Universidade Livre de Berlim.



sa maneira, produzem-se enunciativamente os manuais (gramáticas e dicionários), planos de ensino, ementas, exames de proficiência, panfletos de propagandas de curso, entre outros materiais, configurando movimentações enunciativas que vão instituindo, do dizer à textualidade, modos de escrita nos textos de institucionais, e de materiais sobre a língua.

### **Alinhamentos teóricos: os espaços de enunciação e a produção de um saber metalinguístico**

Os trabalhos científicos no campo da História das Ideias Linguísticas (HIL) têm construído, tal como em Auroux (1988), a partir da convergência entre temas e perspectivas teóricas, uma gama de referências para a observação da construção de um “saber metalinguístico” e, com isso, têm formulado e fornecido conhecimento teórico para pensar a produção de um saber sobre a língua. A partir dos trabalhos em *Semântica do Acontecimento*, pela noção de espaço de enunciação em Eduardo Guimarães (2002), considerarei a distribuição do português do Brasil no quadro do que delimito como o espaço institucional do ensino e da pesquisa na Alemanha, levando em conta a especificidade do conceito para descrever e interpretar a “distribuição da língua aos seus falantes” (GUIMARÃES, 2002).

Quando se observa uma língua em um espaço de enunciação, tem-se como foco o funcionamento da divisão política das línguas: i) seja no movimento interior de unidade e diversidade, como quando consideramos o “uso de uma variedade” do português, português brasileiro e português europeu, e ainda como essa redivisão identifica o falante por falar determinado sotaque do português do Brasil, ou seja, o gaúcho, o caipira, e outros. Ou podemos considerar, ainda, ii) esse espaço pelo modo como significa e distribuem-se línguas diferentes, como quando se pode observar as relações entre o português e o francês na Suíça, conforme analisado em Stahlhauer e Schreiber da Silva (2016) e Stahlhauer (2018).

Em Guimarães (2002, p. 13), encontramos explicitada a noção de espaço de enunciação:

são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do

conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (...).

O espaço de enunciação, tal como é definido por Guimarães é um espaço político em que se articulam a política e o político. A primeira é a instância da normatividade e o segundo é a contradição dessa normatividade. O político define, então, a tensão que determina o que se diz e o modo como diz um Locutor. Ou seja, a língua na e pela qual se diz, funciona a partir dessas divisões que, enunciativamente, especificam suas formas, textualizam enunciados que, por suas vezes, configuram regularidades linguísticas.

Considerar a divisão da língua no espaço de enunciação é importante para pensar, por exemplo, como a língua é distribuída no ensino de línguas pelo modo como a enunciação da designação de uma língua é formulada na textualidade dos instrumentos linguísticos: nos institucionais dos cursos, nos planos de aula, nos materiais instrucionais (nos materiais de ensino, no modo de recortar os materiais autênticos, com a finalidade de instruir). Pode-se pensar, ainda, por meio dessa representação da língua nos materiais, o modo como as materialidades linguísticas são representadas e textualizam-se entre o formal, informal, oral e escrito, em que se delineiam um “contexto” de uso, o interacional, dessas formas.

A enunciação desses processos está agenciada pelo modo como a língua é distribuída nesse material e esse processo simboliza, escreve, os diferentes tipos de textos que fazem circular o discurso sobre a língua para ser repetido, reformulado, negligenciado ou silenciado. Retomando as questões sobre o acontecimento e espaço político, citamos Guimarães (2002, p. 18), para quem, considerar o político na enunciação é levar em conta:

a relação entre a língua e o falante, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica do tipo: em uma certa situação as pessoas falam na língua x, em outra, na língua y. Por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês, etc. Ou ainda, no Paraguai se fala espanhol e o Guaraní. Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos.

Os espaços de enunciação são caracterizados por seu caráter político-simbólico e têm a ver com a relação língua/falante, com o modo como a língua é dividida e distribuída (GUIMARÃES, 2002) nesse espaço. O espaço de enunciação não é um espaço geográfico que evocaria o “uso” da língua/dialeto/sotaque/variantes. O espaço enunciativo constitui-se necessariamente de um movimento de línguas no acontecimento. A noção de espaço de enunciação tem a ver com o enunciável e o político, com o agenciamento enunciativo: aquilo que se diz, o modo como se diz e quem diz em um espaço afetado por uma política por sobre a língua. Dessa maneira, quando observamos a formação de um campo de estudos sobre o Brasil e sua língua no interior dos estudos de *Brasilianística*, estamos considerando um espaço de enunciação institucional para o ensino e a pesquisa de português do Brasil na Alemanha.

Referimo-nos, assim, aos espaços de distribuição das línguas em que se formulam e distribuem, no campo científico, o saber e o conhecimento sobre a língua, seus falantes e seus entornos: sua literatura, a cultura, a mídia, etc. Nesse sentido, a enunciação nesse espaço significa por um modo de dizer esses objetos do conhecimento de um lugar agenciado de sentidos, por um modo de fazer ciência, que é já, historicamente, uma prática enunciativa, e portanto política, de dividir, no dizer, nas enunciações, os objetos científicos, que, nesse caso, são os estudos que se formulam nos textos de institucionais e nos instrumentos linguísticos, nos materiais de ensino de e sobre o português do Brasil, que são escritos de uma posição específica, já afetada por uma prática alemã de formular e fazer circular o saber sobre a língua para alemães.

Nessa perspectiva, no caso da configuração de um espaço para dizer institucionalmente e formular o saber acadêmico/científico e artístico sobre o Brasil e sua língua na Alemanha, identificamos, de início, ao menos três formas de distribuição:

- I - A criação dos institutos e associações de pesquisa e seus institucionais<sup>11</sup>;
- II - A inserção dos cursos de português brasileiro nos centros de línguas e institutos de idiomas, que se dá eminentemente através do campo do ensino de Português Língua Estrangeira, e o credenciamento da Alemanha na organização e realização o exame Celpe-Bras;
- III - A produção de materiais específicos para instrumentalização do Português brasileiro.

---

<sup>11</sup> Consideramos como um institucional o texto que apresenta, define, em suas formas de designar e representar, “expor objetos ao real” (GUIMARÃES, 2002), uma instituição.

Essas três formas distintas configuram simbolicamente discursos sobre a língua que instituem diferentes formas de distribuir o português do Brasil no espaço da pesquisa em textos de diferentes tipos, em institucionais, ensaios, artigos, textos de divulgação, etc. Além disso, elas instituem uma junção à leitura que projeta uma futuridade para esses textos. Eles são escritos somente em alemão ou também podem ser traduzidos para o português para serem lidos por pesquisadores, professores e estudantes, interessados no campo acadêmico, etc. Dito de outro modo, esses textos são escritos para fazer circular os sentidos ali formulados.

Dessa forma, há uma divisão que caracteriza a distribuição política dos sentidos das diferenças na(s) língua(s) – principalmente, porque essa distribuição dá-se por divisões em português, português brasileiro e português europeu. Essas diferenças aparecem nos textos na medida em que elas constituem modos de dizer sobre o português do e no Brasil e, sobretudo, sobre a divisão português e brasileiro, que identifica necessariamente os seus falantes<sup>12</sup>.

As análises sobre os períodos de distribuição do português, em Guimarães (2005), mostraram como a língua tornou-se oficial, nacional e materna no Brasil. Estas análises mostraram também que esse processo é o efeito de uma história e de uma política de distribuição de lugares e modos de enunciação de uma língua, que se institui por uma política sobre a língua. E inspirados por essas análises, tomamos esses processos na Alemanha. Olhar, assim, para a distribuição das línguas é, a nosso ver, verificar como aquilo que se diz sobre elas, é parte de uma história, um gesto interpretação, e também de leitura e escrita.

## **A gestão da leitura e as línguas na constituição dos leitores**

Os nossos dados se compoem de três recortes, sendo dois de textos em português e um em alemão. Salienta-se que a língua em que se enuncia e em que o texto é escrito inscreve uma alocução (GUIMARÃES, 2011) e projeta diretamente uma possibilidade de leitura e, por isso, a constituição

<sup>12</sup> Faz-se necessário considerar, ainda, as diferentes designações que revidem os modos de acesso e distribuição da língua: Português Língua de Herança, Português Segunda Língua, Português Língua Adicional, etc. A questão das variantes, e de outras divisões, como o português e o brasileiro ou o português do Brasil são designações que formulam posições distintas em relação à identificação do locutor-professor do português do Brasil ou do locutor-professor de português europeu, predicados no modo de significar a língua.

de um leitor para este texto. Se em alemão e traduzido para o português ou se somente em alemão, o autor do texto projeta um leitor (GUIMARÃES, 2011) para si e esse movimento, inclusive, determina o modo como e em que instâncias esses textos e esses discursos sobre a língua podem circular. Ou seja, é essa mesma movimentação enunciativa na escrita do texto em uma língua ou sua tradução ou em outra língua, que permite interpretar que falante escreve e para quem ele escreve e faz circular um saber sobre o Brasil, sua língua, cultura, literatura, etc. Esse modo de gestão da escrita do texto é, então, um modo de distribuir a língua e o saber sobre ela para o outro.

### **Brasilianística e a Lusitanística: a divisão científica em subdisciplinas**

Neste primeiro exemplo, no texto do site da Associação Alemã de Lusitanistas, a *Deutscher Lusitanistenverband e. V.*, observa-se o modo como a Brasilianística é definida como uma subdisciplina da Lusitanística, assim como a Portugalística, a Afrolusitanística.

Lusitanística em universidades de língua alemã – possibilidades de estudo

Objetivo do levantamento

*A Lusitanística abrange a investigação e o ensino sobre os países de expressão portuguesa. As subdisciplinas da Lusitanística são designadas segundo países, continentes ou variantes linguísticas (Portugalística, Brasilianística, Afrolusitanística e Creolística).*

**Tradicionalmente a Lusitanística é um ramo da Romanística; no entanto a Lusitanística é amiúde parte integrante de programas de estudo como Ciências Regionais, Ciências da Cultura e Estudos de Tradução.**

Nestas páginas poderá encontrar informações sobre as possibilidades de estudo de Lusitanística em universidades alemãs, austríacas e suíças, incluindo variantes disciplinares e tipos de diploma em oferta.

O levantamento foi levado a cabo por *Conrad Schwarzrock*, Trier.

O ponto fundamental que chama a atenção nesse recorte é o modo como se estabelece uma certa relação hierárquica entre disciplinas e subdisciplinas por uma determinação identitária de inclusão a determinado grupo de falantes. Ou seja, a divisão entre uma disciplina e uma parte dela, uma **subdisciplina**, dá-se justamente pela composição de um todo maior de estudos. A questão que deriva dessa divisão é justamente o modo como o entorno da língua, o modo de expressão, significa e distribui uma língua, o

português, e suas “*variantes linguísticas*”, nesse caso em relação a esse todo e não em relação à parte, processo em que se inscreve um imaginário de monolinguismo e homogeneidade: “*A Lusitanística abrange a investigação e o ensino sobre os países de expressão portuguesa*”. Nesse sentido, pode-se parafrasear, a *Brasilianística* é definida em relação à *Lusitanística* por um ponto comum. Ou seja, a designação do nome da disciplina dá-se na relação posta entre língua e país e oficialidade e, mais indiretamente, identifica esse agrupamento linguístico como povo em relação ao país. É preciso trazer à tona, também, o modo como essas disciplinas e subdisciplinas estabelecem ainda outra relação de partição. Em (...) **Tradicionalmente a Lusitanística é um ramo da Romanística** as disciplinas compõem o “ramo”, o braço, do que essa prática científica nomeia como Romanística. Dito de outro modo, pode-se interpretar que tanto as subdisciplinas como as disciplinas compõem o estudo da Romanística, ou estudo das línguas românicas.

A questão fundamental que emerge desse texto quando se interpreta em relação ao modo como se deu a constituição discursiva dos efeitos científicos nos estudos da linguagem no Brasil (FERREIRA, 2008; RODRIGUES, 2002), sobretudo na configuração científica e institucional dos campos das Letras, Linguística e Literatura, é a de que ele caracteriza-se justamente por uma aderência e a um simulacro da prática científica a uma cultura, que forja em ciência, a rememoração de um *Ethnos* (SÉRIOT, 1997), que se exacerba à língua do outro. Nesse sentido, a cultura que configura uma identidade alemã na prática científica dá-se justamente pela distribuição da língua em um grupo, uma família, no caso, o das línguas românicas.

### Português brasileiro e europeu

Por meio dessa análise do espaço de enunciação, podemos observar que a criação de instituições de pesquisa e ensino configura um modo de distribuir o português e redividir o seu funcionamento em outro institucional. Observemos como a partir do acontecimento da enunciação em que se narra a criação do Instituto luso-brasileiro em 1932 na Universidade de Colônia<sup>13</sup>, a língua é significada:

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://pbi.phil-fak.uni-koeln.de/3209.html?&L=5>. Acesso em: 27 mai. 2016.

### Sobre o Instituto Luso-Brasileiro

O *Instituto Luso-Brasileiro* (PBI) foi fundado, em 1932, pelo romanista Prof. Dr. Leo Spitzer e é dirigido, desde 1998, pelo Prof. Dr. Claudius Armbruster. Como um dos principais centros de estudo e pesquisa da Lusitanística/ Brazilianística (designação alemã para os Estudos Portugueses e Brasileiros) em universidades alemãs, o PBI conta, atualmente, com cerca de 1000 estudantes inscritos, oferecendo, como único instituto universitário na Alemanha, a possibilidade de optar pelo estudo tanto do Português Europeu quanto do Português Brasileiro. Este último assume grande importância principalmente no âmbito da graduação em Ciências e Estudos Regionais da América Latina, curso oferecido exclusivamente pela Universidade de Colônia (grifo nosso).

Essa institucionalização produz, de início, ao menos três modos de significar os processos sobre a língua do Brasil, significado como Português brasileiro:

I - No acontecimento da enunciação da designação de **Braslianística** e **lusitanística**, que instaura um modo de designar pautado na divisão entre os campos dos estudos brasileiros e portugueses;

II - A que privilegia a distribuição da língua brasileira, segundo o princípio da variação linguística pela diferenciação entre a modalidade **européia** e a **brasileira**;

III - A que privilegia o ensino de **português brasileiro** segundo um princípio geopolítico estratégico, “**no âmbito da graduação em Ciências e Estudos Regionais da América Latina**”.

O que se estabelece no modo de designar a língua nesse texto é como se instaura um modo de acesso à palavra (GUIMARÃES, 2002) ao português brasileiro, ao definir-se um campo de estudos sobre o Brasil, a Braslianística, a partir de sua diferença com a lusitanística, e incluir aí também, nesse âmbito de pesquisa, o estudo sobre o português brasileiro. Nota-se, ainda, que há uma hierarquização nessa distribuição, pois “privilegia-se” a variante brasileira à outra “variante”, a europeia. Outro ponto importante que se pode destacar desse recorte é o modo como o aspecto geopolítico funciona e determina a distribuição do português brasileiro como uma língua da “América Latina”. Ou seja, há aí uma divisão que recoloca a questão da língua do Brasil e dos espaços linguísticos de dois modos, a do português no quadro das línguas da América Latina e a de lusofonia. Há aí uma divisão do sentido da designação de português brasileiro, que é determinada pela divisão entre português (europeu) e brasileiro, não só por sua diferença da língua europeia, mas como uma língua da América Latina. Nesse sentido,

mesmo que, no dizer, se toma o objeto língua como transparente, como um objeto empírico, uma *variante*, podemos observar que há uma determinação do conhecimento linguístico por sobre o modo de significar a língua do Brasil, já atravessada pela instrumentalização e pelo conhecimento linguístico sobre a língua do Brasil, o português brasileiro. Pode-se dizer, então, que essa diferença configura ainda, uma especificidade, dando enfoque à Brazilianística e à língua do Brasil. Se observarmos como se dá esse processo relativamente à significação da Brazilianística na análise anterior, veremos ainda que há, neste caso, outro movimento de divisão entre esse campo de estudos e a Lusitanística. Nesse texto, não se evidencia a relação entre os dois campos como subdisciplinas, nem tampouco com o **ramo** da Romanística, o que acaba por produzir um efeito de destaque por sobre a Brazilianística como campo de estudos independente.

### Um ensaio sobre a Brazilianística: a metáfora do campo de orquídeas

O próximo recorte é retirado de um ensaio, intitulado *Brasilianistik in Deutschland*, Brazilianística na Alemanha (tradução nossa), que integra a obra *Deutsch-brasilianische: Kulturbeziehungen, Bestandsaufnahme, Herausforderungen, Perspektiven*<sup>14</sup>, Alemanha-Brasil: relações culturais, inventários, desafios, perspectivas (tradução nossa), cuja organização é de Bader Wolfgang. É preciso salientar que o texto apresenta uma única versão, escrita em alemão, assim como todos os outros textos da obra, que trata, entre outras coisas, das relações culturais entre o Brasil e Alemanha.

#### 5. Ist Brazilianistik ein *Orchideenfach*?

*Aus brasilianischer Sicht kann man sich wohl kaum vorstellen, dass ein so großes Land mit so vielen Kulturen als wissenschaftliches Objekt in Deutschland als sogenanntes „Kleines Fach“ gilt. Ist es, so ist weiter zu fragen, auch ein Orchideenfach? Dieser Begriff ist nicht unmittelbar ins Portugiesische zu übersetzen. Er meint ein kleines, aber feines Fach, in dem etwas erforscht wird, was keinen unmittelbaren Nutzwert hat und was auch in der Öffentlichkeit kaum bekannt ist. Dennoch ist Brazilianistik als Begriff eingängiger als Lusitanistik, weil sich immerhin einige unter Brasilien etwas vorstellen können, auch wenn die Bilder, die sie dabei abrufen, eher stereotyper Natur sind* (ARMBRUSTER, 2010, p. 252, grifos nossos)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://publications.iai.spk-berlin.de/receive/reposis-iai\\_mods\\_00000139](http://publications.iai.spk-berlin.de/receive/reposis-iai_mods_00000139). Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>15</sup> Tradução nossa:

“5. A Brazilianística é um **campo de orquídeas**?



Esse recorte caracteriza-se por qualificar a Brasilianística e considerá-la como um campo de estudos pequeno, exótico e sem “muitos préstimos” no sentido de que não traz muitos resultados (econômicos?) à Alemanha. Cabe aqui retomar um trecho de um texto de Chiappini (2010) que se vale de uma asserção de Dietrich Briesemeister sobre os estudos em Brasilianística:

Em palestra realizada no primeiro simpósio internacional promovido pela Brasilianística, “Brasil: país do passado?”, que se publicou posteriormente em livro com o mesmo título, Dietrich Briesemeister (2000) faz um balanço dessa luta, do início do século XIX ao final da década de 90 do século XX, que ajuda a entender a situação presente. Começa constatando nesse percurso um permanente desequilíbrio na visão do Brasil pelos estudiosos na Alemanha. Por um lado, seria esse País Tropical um paraíso para geólogos, botânicos, sociólogos, geógrafos, etnólogos, que sempre por ele se interessaram, sobre ele pesquisaram e escreveram. Por outro lado, e paralelamente, haveria um semidesconhecimento cultural e, mesmo, uma ignorância quanto à “participação individual do Brasil na cultura universal”, vigorando “enfoques valorativos eurocêtricos e critérios preconceituosos” (BRIESEMEISTER, 2000, p. 349 apud CHIAPPINI, 2010, p. 11).

Nesse sentido, em alinhamento com o que se afirma no trecho acima, a questão que nos interessa no recorte do texto de Armbruster (2010) é justamente o modo como o campo de estudos é designado por uma metáfora alemã<sup>16</sup> que significa um estudo raro, “para poucos”, e que fica restrito mais ao campo acadêmico e que tem pouca “aplicabilidade”. Tais afirmações significam uma naturalização em que se toma um objeto histórico, a cultura, a língua, como um organismo, uma planta. A metáfora, além de naturalizar objetos históricos e do conhecimento, naturaliza também as práticas científicas de distribuição e circulação do conhecimento, que são, necessariamente, um trabalho de sujeitos, um trabalho político-ideológico. Esse modo de

---

Do ponto de vista brasileiro, dificilmente se pode imaginar que um país tão grande com tantas culturas seja considerado um objeto científico na Alemanha como o chamado “**pequeno campo**”. Então, pergunta-se novamente, um campo de orquídea? Este termo não é diretamente traduzível para o português. Isso significa dizer um campo **pequeno**, mas um **campo fino**, no qual algo é pesquisado, que não **tem valor imediato e que também é pouco conhecido do público**. No entanto, é melhor o termo Brasilianística do que Lusitanística, porque pelo menos se pode imaginar algo sobre o Brasil, mesmo que as imagens que ela usa sejam, por natureza, estereotipadas” (ARMBRUSTER, 2010, p. 252, grifos nossos).

<sup>16</sup> Para explicações mais detalhadas, verificar: *DUDEN - Die deutsche Rechtschreibung* (disponível em: <<https://www.duden.de/>>. Acesso em: dez. 2018) e *Kleines Uni-ABC. Universität Bonn, Fachschaft Psychologie* (disponível em: <https://web.archive.org/web/20090926213724/http://www.fs-psycho-bonn.de/contrex/index.php?page=125>. Acesso em: dez. 2018).

designar a *Brasilianística* significa ainda que a prática de estudos sobre o Brasil, e sua língua, dá-se isoladamente no espaço científico alemão. Ou seja, os estudos em *Brasilianística* são uma prática que tem sido realizada com pouca interlocução com os estudos acadêmicos feitos no Brasil, a partir de métodos e técnicas brasileiras. O trecho acaba por significar, contudo, que a prática não vai muito além dos estereótipos. Nesse sentido, esse modo de significar, considera que o estudo sobre o Brasil, sua língua, sua cultura, na Alemanha é feito para alemães, uma espécie de autofilia e de narcisismo, nos quais perpetuam-se os equívocos e estereótipos sobre o Brasil, sem observá-lo para além do seu “exotismo”. A *Brasilianística* é, assim, nas palavras de Amrbruster, interpretamos, uma “criação” de orquídeas só para orquidófilos alemães.

### Considerações

Este texto apresenta uma pequena amostra de como se dá a distribuição da língua do Brasil e de seus entornos, na Alemanha, não pretendendo ser, portanto, um estudo exaustivo em que se exauriria os dados em números, estatísticas ou em um mapeamento de institutos de *Brasilianística*. Nesse sentido, a delimitação que se faz em relação à Alemanha não se dá relativamente à sua fronteira geográfica, mas, sobretudo, pelo modo como, simbolicamente, a prática científica por sobre a língua do Brasil constitui uma particularidade, uma identidade científica, inclusive, em detrimento da identidade científica brasileira, pois ainda há pouca interlocução com instituições e pesquisadores brasileiros.

Tratamos, aqui, da análise de recortes que configuram uma pequena amostra do modo como se constitui uma imagem, uma identidade da língua do Brasil, tomada como conhecimento por outra identidade, a alemã, que forja, ainda, uma identidade científica configurada pelo modo como se distribui, inclusive no campo dos estudos linguísticos, em “**subdisciplinas**”, em “**ramos**”, o que acaba, também, por produzir uma outra relação de divisão com o científico ao considerar que o estudo que se faz **sobre** o Brasil, sua língua, sua literatura e cultura tem de ser produzido no campo da *Brasilianística* e não no da *Lusitanística*. Percorre-se, então, de recorte em recorte, as práticas enunciativas, que distribuem a língua em um movimento de autoria e leitura estabelecido na escrita de textos em português e alemão em que se representa o português brasileiro nas duas línguas, um movimento na e pela língua que distribui o objeto do saber, a língua e seus entornos, sobre o Brasil em um campo, de diferentes modos, atribuindo

diferentes sentidos aos objetos e a esse campo científico. Sendo assim, essas textualidades e discursividades em um texto de institucional de uma associação de pesquisadores, em outro institucional de divulgação de um Instituto de ensino e pesquisa e em um ensaio em que se condensa períodos, estilos e tipos de estudo, distribui-se a língua e o conhecimento produzido sobre o Brasil por uma identidade outra, de fora, que não a brasileira.

Desse modo, esta análise da distribuição da língua do Brasil, na Alemanha, mostra que há modos de distribuição do português, de suas variantes e do português brasileiro, além de mostrar a representação da relação entre línguas por meio da divisão brasileiro e português que, para além do paradigma variacional, mostra, também, por deriva, uma política por sobre a língua que é instrumentalizada pelas instituições alemãs no campo da Brazilianística, campo de estudos que não existe no Brasil. As áreas que configuram o campo de estudos sobre a língua no Brasil constituem-se, grosso modo, pelo nome do campo científico-acadêmico: Letras, Linguística (e Língua portuguesa), literaturas (em língua portuguesa), literatura brasileira e portuguesa (FERREIRA, 2008). Esse saber sobre a língua, o que se institui no campo da Brazilianística, não é produzido **no** Brasil, nem **para** brasileiros. Institui-se, portanto, um campo de estudos sobre a língua do Brasil, em que se representa a língua do Brasil apenas para alemães. Sendo assim, sob a ótica dos estudos enunciativos sobre as Políticas de Línguas, observamos como se constitui um espaço de enunciação para a língua, a cultura e as mídias do Brasil no modo de representá-la no exterior, pelo estrangeiro em relação aos brasileiros na Alemanha, como uma forma de distribuição política da língua que se dá pela inserção desses estudos no campo da Brazilianística, configurando simbolicamente, assim, um campo científico disciplinar sobre o Brasil no exterior.

## Referências

AMBRUSTER, C. Brazilianistik in Deutschland. In.: Wolfgang Bader (Hrsg.) *deutsch-brasilianische Kulturbeziehungen - Bestandsaufnahme, Herausforderungen, Perspektiven*. Vervuert Verlag. Elisabethenstr. 3-9 D-60594 Frankfurt am Main. 2010.

AUROUX, S. Pour une Histoire des idées linguistiques. **Revue de synthése**: 1V' S. NO' 3-4, p. 429-441, juil./dbc. 1988.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 2001.

CHIAPPINI, L. Os estudos de língua e literatura brasileiras no contexto dos estudos portugueses e latino americanos na Alemanha. **Revista da ABRALIC**. v. 11, n. 15, p. 9-24, 2009.

FERRARI, M. O Brazilianista por referência. Obituário. **Revista FAPESP**, n. 245, p. 85, 2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/07/14/o-brasilianista-por-excelencia/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FERREIRA, A. C. F. Efeitos do científico na constituição da Linguística e da teoria literária na Unicamp. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, Capes-Procad-Unicamp, n. 22, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Enunciação e Política de línguas. **Letras – Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSM**, Santa Maria, n. 27, p. 47-53, 2003.

\_\_\_\_\_. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**. vol.57. no.2 São Paulo. Apr/June. 2005

\_\_\_\_\_. **Análise de Texto**: Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas: RG, 2011.

RODRIGUES, Suzy Lagazzi. A língua portuguesa no processo de institucionalização da linguística. In. GUIMARÃES, E.; ORLANDI, Eni P. (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**. A disciplinarização das idéias lingüísticas. Campinas: Pontes, 2002. p. 13-22.

ORLANDI, E. A língua brasileira. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57. n. 2, p. 1-4, abr./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012.

SÉRIOT, P. Ethnos et Demos: la construction discursive de l'identité collective. **Langages et Société**, Paris, MSH, n. 79, p. 39-52, 1997.

STAHLHAUER A. S. M.; SCHREIBER DA SILVA, S. As migrações e as línguas, as relações entre o português e o francês na Suíça: um estudo sobre o espaço de enunciação. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 36, v. 1, p. 245-265, 2016.

STAHLHAUER, A. S. M. Uma reflexão sobre o ensino de Português brasileiro na Alemanha. Os espaços de enunciação e divisão português e brasileiro. ALED Brasil, 2016, São Carlos. **Trabalhos completos ALED-Brasil**, São Carlos, p. 1-12, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/view/130/124>>. Acesso em: 29/01/2019.

STAHLHAUER, A. S. M. A divisão e a distribuição do Português na Suíça: língua de imigração e de trabalhadores. In: **Os sentidos da escravidão e outros temas: análises em Semântica do Acontecimento**. SCHREIBER DA SILVA, S. M.; MACHADO, C. P. (Orgs.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 39-55.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 89-119, set./dez. 2008.

UNIVERSITÄT ZU KOHN. **Portugiesisch/Brasilianisches Institut**. Sobre o Instituto Luso-Brasileiro. 2009 Disponível em: <<http://www.pbi.phil-fak.uni-koeln.de/3209.html?&L=5>>. Acesso em: 30 set. 2016.

Recebido: 15/07/2018

Aceito: 01/12/2018

DOI: 10.5902/2179219433667

## JÚLIO RIBEIRO, AUTOR FUNDADOR?

## JÚLIO RIBEIRO, FOUNDING AUTHOR?

José Edicarlo de Aquino

Universidade Federal do Tocantins, UFT, Porto Nacional, TO, Brasil

*Resumo:* O presente trabalho procura compreender como se constrói a imagem de Júlio Ribeiro como um autor fundador na história dos estudos sobre a linguagem no Brasil, bem como autoprojeção de um lugar de destaque nos estudos gramaticais e linguísticos feita por ele próprio na sua obra. O objetivo é mostrar como se assenta, pela repetição de certos dizeres, a ideia de Júlio Ribeiro como uma figura desbravadora na gramatização brasileira do português no século XIX, discutindo os critérios que são empregados para colocá-lo na posição de marco e ponto de origem na história das ideias linguísticas no Brasil.

*Palavras-chave:* Júlio Ribeiro; autor fundador; gramatização brasileira.

*Abstract:* The present work tries to understand how the image of Júlio Ribeiro is constructed as a founding author in the history of the studies on the language in Brazil, as well as selfprojection of a place of prominence in the grammar and linguistic studies made by Júlio Ribeiro in his own work. The objective is to show how the idea of Júlio Ribeiro as a pioneering figure in the Brazilian grammatization of Portuguese in the 19th century is constructed by repeating certain words, discussing the criteria that are used to place it in the position of landmark and point of origin in the history of linguistic ideas in Brazil.

*Keywords:* Julio Ribeiro; founding author; Brazilian grammatization.

### Apresentação

Para o grande público, Júlio Ribeiro é o autor do romance *A Carne*, um dos livros mais populares no Brasil desde a sua publicação em 1888. No mundo das letras, ele é também o autor da *Grammatica Portuguesa* (1881). Nas pesquisas realizadas no eixo do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, especificamente, é consenso tomá-lo como o discurso fundador da gramática no país, como a referência primeira na gramatização brasileira do português na segunda metade do século XIX.

O propósito deste estudo é justamente mostrar como se constrói, pela repetição de certos dizeres, a ideia de Júlio Ribeiro como um autor fundador na história da gramatização brasileira. Dessa forma, analisando as pesquisas realizadas no eixo do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil e

nas dissertações e teses que nos últimos anos, a partir dessas pesquisas, têm tomado o autor como objeto de estudo, procuramos compreender o lugar de destaque atribuído a Júlio Ribeiro na história que se conta sobre as ideias linguísticas no Brasil. Olhando para a própria obra de Júlio Ribeiro, procuramos reconstituir também a maneira como ele se autorrepresenta como um autor fundador numa história brasileira de reflexão sobre a linguagem.

### **Reconhecimento de Júlio Ribeiro como um autor fundador na gramatização brasileira pelo programa da História das Ideias Linguísticas no Brasil**

A tomada de Júlio Ribeiro como o “primeiro gramático” do processo da gramatização brasileira se dá no reconhecimento de que existe um papel fundador na construção de um lugar brasileiro de dizer sobre a língua atribuído a ele por nomes decisivos na história da gramática do Brasil. Desse modo, Orlandi (2002, p. 131) defende que Júlio Ribeiro “se qualifica, na história da gramatização, como um lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira”, acrescentando que “não é o uso de fato de sua gramática (na escola, por exemplo) que dá sua importância, mas o mecanismo de citação que faz dele a referência primeira”. Essas afirmações sintetizam um olhar sobre Júlio Ribeiro que se firma no programa da História das Ideias Linguísticas no Brasil, no qual então ele é significado, para aproveitar outra formulação de Orlandi (2002, p. 131-132), como “uma figura emblemática do processo de gramatização brasileira da língua nacional”, que “realiza de modo exemplar a relação Estado/Língua/Conhecimento Linguístico como autor nacional”, de forma que, com ele, “passamos a ter uma gramática brasileira para nossa língua”.

Quando estabelece uma periodização para os estudos do português no Brasil, Guimarães (1994) situa Júlio Ribeiro, por via de sua gramática, no início do período correspondente à realização da gramatização do português no Brasil:

O primeiro período iria da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. Deste momento é a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas; ou a polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco.



O segundo período iria da segunda metade do século XIX, iniciada pelos debates referidos no parágrafo anterior pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, pela fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897), até fins dos anos 30, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil. Tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).

O terceiro período iria do final dos anos 30 até meados da década de 60, quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras.

O quarto período iria de meados dos anos 60 até hoje. Período em que a linguística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de Pós-graduação em Linguística em alguns centros universitários brasileiros (GUIMARÃES, 1994).

É assim, dentro de uma reflexão sobre a história da gramatização brasileira, que Júlio Ribeiro entra no mapa dos estudos do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil. Orlandi e Guimarães (2001) ensinam que a gramatização brasileira é marcada pelo fato de a gramática no Brasil se distanciar da tradição da gramática portuguesa, particularmente do modelo da gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa. É nesse ponto que Júlio Ribeiro, posicionado como “um dos iniciadores da gramatização brasileira do português” (2001, p. 27), ganha toda sua importância. A partir das considerações de Orlandi e Guimarães (2001), quanto à recusa de Júlio Ribeiro da tradição estabelecida por Barbosa, pela definição da gramática como exposição metódica dos fatos da linguagem, que Orlandi (2009, p. 54) vai enxergar “um gesto fundador que constrói uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência sistemática”, gesto por meio do qual “Júlio Ribeiro está afirmando uma nossa origem, a que resulta de uma ruptura no processo de colonização”.

De acordo com Orlandi (2009, p. 175), Júlio Ribeiro “toma a palavra do gramático para constituir-se emblematicamente no primeiro autor de gramática no Brasil”, pelo fato de ele “inaugurar uma discursividade e uma posição crítica face aos gramáticos portugueses na produção que faz do processo colonizador, agora não mais sob o governo português”, no que se ressalta que, empiricamente, outros gramáticos poderiam ocupar esse lugar. Afirma Orlandi:

Júlio Ribeiro, ao recusar a tradição estabelecida por J. S. Barbosa e ao definir a gramática como “exposição metódica dos fatos da linguagem” estabelece a

ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira (ORLANDI, 2002, p. 131).

E ainda:

É preciso compreender que a forma da gramática traz em si o efeito-leitor de que deriva (ou determina) seu uso. Júlio Ribeiro é um parâmetro da ruptura com a tradição gramatical portuguesa, parâmetro de citação do novo que irrompe no Brasil do século XIX (com sua independência, e a República) (ORLANDI, 2002, p. 149).

Nesse ponto, Guimarães (2004) destaca a importância da acusação de Júlio Ribeiro de que as antigas gramáticas portuguesas foram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua, reação interpretada como um distanciamento da influência direta de Portugal e busca de uma outra orientação teórica.

O nome de Júlio Ribeiro é frequentemente retomado nos estudos do projeto História das Ideias Linguísticas, inserindo-se, assim, sua presença de forma regular na história de estudos sobre o português do Brasil. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, ampliou-se o conjunto de referências bibliográficas relativas a Júlio Ribeiro com o surgimento de artigos, dissertações e teses que o tomam como objeto de análise.

### **Crítérios para a reiteração de um lugar fundador para Júlio Ribeiro na história que se conta sobre as ideias linguísticas no Brasil**

Baseando-se frequentemente nas pesquisas da História das Ideias Linguísticas no Brasil, várias dissertações e teses têm estudado a obra de Júlio Ribeiro nos últimos anos, desenhando uma imagem do autor como a referência primeira na construção de um modo brasileiro de fazer gramática no Brasil a partir do século XIX. Em suma, Júlio Ribeiro é tomado como um autor inovador, e mesmo fundador, por instalar algo novo no cenário de estudos linguísticos no país. O lugar de destaque reservado a Júlio Ribeiro na história que se conta sobre as ideias linguísticas no Brasil é fundamentado na defesa do seu protagonismo em pelo menos três pontos: 1. ter iniciado a gramática científica no Brasil, rompendo com os modelos anteriores da gramática geral e trabalhando com a gramática histórico-comparativa; 2. ter sido o primeiro a explicitar as marcas próprias do português do Brasil; 3. ter

sido a referência primeira dos outros gramáticos brasileiros.

Quando explicitamos a argumentação que constrói o fato de Júlio Ribeiro como o gramático responsável por introduzir a gramática histórico-comparativa no Brasil, vemos que essa introdução significa como a própria iniciação da gramática científica pelo rompimento com gramática geral, mas com a ressalva de que ele não se desvinculou completamente da tradição filosófica que dizia rejeitar, sendo Júlio Ribeiro reputado recorrentemente como um naturalista.

Vidal Neto (2010) afirma que “o papel de Ribeiro transcende ao ato de desbravar, pois foi o gramático que efetivamente instituiu novas teorias no cenário gramatical brasileiro, iniciando assim o chamado período científico” (VIDAL NETO, 2010, p. 24) e que Júlio Ribeiro “foi o responsável pela introdução, na rotina da gramática brasileira, dos métodos daqueles que adaptaram à análise da linguagem a doutrina positivista, de Augusto Comte” (VIDAL NETO, 2010, p. 25) e, portanto, “merece, de fato, o título de pioneiro e renovador de rotinas” (VIDAL NETO, 2010, p. 26).

Para Parreira (2011, p. 38), a *Grammatica Portuguesa* “se constituye en la primera de su tradición que supone el fin del racionalismo para dar paso a un modelo gramatical basado en el concepto de codificación normativa, con cierto trasfondo de los supuestos positivistas e historicistas”, acrescentando que ela “amplia las fuentes histórico-comparadas, al mismo tiempo que adopta nuevas teorías positivistas a partir de los autores portugueses y de los neogramáticos” (PARREIRA, 2011, p. 95). Parreira (2011, p. 175) defende ainda que Júlio Ribeiro “aplica al estudio del portugués los conocimientos más avanzados de su época”, particularmente “las investigaciones darwinistas sobre el origen y evolución de las especies”, ressaltando, por fim, que “el pensamiento gramatical que aflora en Europa en este momento llega a Brasil a través de la *Grammatica Portuguesa* y, como consecuencia de ello, desencadena una renovación y, por qué no decir, una revolución lingüística y gramatical” (PARREIRA, 2011, p. 186).

Retomando diretamente as afirmações de Orlandi, Santos (2013, p. 66-67) vai enxergar na *Grammatica Portuguesa* “um gesto de autoria em que o gramático anuncia um deslocamento da filiação filosófica portuguesa citando autores de outra perspectiva teórica, naturalista”, ajuntando que a “gramática de Julio Ribeiro dá início à gramatização brasileira justamente por procurar romper com a tradição europeia da gramática filosófica e se filiar aos estudos histórico-comparativos”, mas ressaltando haver “em sua gramática elementos dessa tradição filosófica que o autor rejeita”. De qualquer

forma, Santos (2013, p. 43) trata a obra de Júlio Ribeiro como “a primeira gramática no Brasil que busca romper com a tradição de Portugal”.

Retomando também as afirmações de Orlandi e Guimarães (2001), Emídio (2013, p. 9) toma a *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro como uma obra que “anunciava um novo posicionamento em relação aos estudos sobre a língua no Brasil, que se distanciavam da tradição e buscavam novas influências”. Ela defende ainda que as definições que Júlio Ribeiro dá de gramática “legitimam o lugar de locutor-professor-brasileiro que é autorizado a definir e ressignificar o que seja a gramática, no Brasil, a partir da filiação a novas tendências, como é o método histórico-comparativo” (EMÍDIO, 2013, p. 122), concluindo que é na “ruptura com a gramática filosófica e com as tendências portuguesas gramaticais que reside o espaço de diferença proposto por Ribeiro” (EMÍDIO, 2013, p. 124).

Polachini (2013, p. 57) defende que Júlio Ribeiro é “o gramático que será responsável ao menos por reivindicar um novo posicionamento da gramatografia brasileira”, afirmando que nas últimas duas décadas do século XIX “haveria rupturas” em relação ao modelo da gramática geral francesa, “a primeira, permeada por uma forte retórica revolucionária, seria a de Ribeiro (1881), que seria seguida, posteriormente, pela de Maciel (1902 [1894])” (POLACHINI, 2013, p. 205).

A questão que aparece como principal quando Júlio Ribeiro é apontado como um autor fundador por ser considerado o primeiro a explicitar as marcas próprias do português do Brasil é a da legitimação da língua falada no Brasil com a marcação das diferenças em relação ao português falado em Portugal. Em alguns casos, a própria questão da normatividade é tomada como uma contribuição inédita de Júlio Ribeiro para a gramática no Brasil.

Vidal Neto (2010, p. 14) afirma que “Ribeiro foi o primeiro autor responsável por gramatizar o Português do Brasil”, primazia que significaria o “pioneirismo deste gramático em registrar a hiperlíngua brasileira”, falando de um “olhar sociolinguístico” de Júlio Ribeiro, como se existisse uma antecipação dos estudos de sociolinguística no seu trabalho de registrar marcas linguísticas de sua época. Para Vidal Neto (2010, p. 110), por “fazer menção a usos típicos de nossa variante do Português, Ribeiro abre espaço para o início de uma longa discussão sobre a nacionalidade lingüística brasileira, levada a cabo intensamente, em território nacional, na primeira metade do século XX”.

Parreira (2011, p. 18) afirma que a gramática de Júlio Ribeiro “reúne los fundamentos de la tradición anterior, proporciona un modelo descrip-

tivo del idioma contemporáneo y aporta conocimientos históricos y contrastivos del portugués en sus diferentes variedades”, de forma que “esta obra constituye la primera propuesta cabal de una gramática normativa del portugués”. Parreira (2011, p. 171) não deixa de reconhecer, assim, da parte de Júlio Ribeiro, “nuevas atribuciones a la gramática que aún no habían sido consideradas en esta tradición”, explicando que “Ribeiro pone de relieve la función comunicativa y, especialmente, social de la lengua”. Por fim, Parreira (2011, p. 387) marca também uma importância da *Grammatica Portuguesa* na tradição gramatical brasileira pelo recurso a outras línguas românicas e ao próprio latim para a descrição do português, ressaltando que “esta es la primera vez en la tradición brasileña que se explican usos sintácticos del portugués por medio de la comparación entre las lenguas modernas, pero sin tomar en consideración preferente las diferencias con el latín y el francés”.

Sempre retomando as afirmações de Orlandi, Santos (2013, p. 67) considera “a importância dos estudos de Julio Ribeiro para a legitimidade do falante do português do Brasil”, argumentando que ele “vai instituindo a norma de uma língua falada no Brasil, que se marca diferente da língua imposta pelos portugueses” (SANTOS, 2013, p. 83). “Tendo como projeto deslocar o saber metalinguístico de Portugal para o Brasil, deu visibilidade a um saber legítimo pertencente à sociedade brasileira como um todo”, resume Santos (2013, p. 129) sobre a contribuição “fundadora e continuadora” de Júlio Ribeiro na “construção do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional” no Brasil.

Polachini (2013, p. 88) marca que Júlio Ribeiro “é certamente o autor, dentre os seis analisados, que cita elementos declarados específicos do português brasileiro com mais frequência”. Ela refere-se a Moraes Silva, Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel. Polachini (2013, p. 200) afirma que haveria a partir da gramática de Júlio Ribeiro “um encaminhamento para o Programa Descritivista, visto que tanto Maciel quanto Ribeiro buscam os fatos e normas da língua, e já não analisam a expressão do pensamento, além de suas análises focarem-se frequentemente na comparação entre línguas”.

Os argumentos que tomam Júlio Ribeiro como o grande nome do processo de gramatização brasileira o descrevem como um gramático que abriu um novo caminho nos estudos sobre a língua no Brasil. Em suma, Júlio Ribeiro é exposto como um marco, uma referência sistemática, um autor que conquistou seguidores, que deixou um legado. Esses gestos de interpretação são produzidos quase exclusivamente sobre a gramática de 1881,

de modo que, se Júlio Ribeiro é tomado como um autor fundador por ser a referência primeira na gramatização brasileira, ele o é enquanto autor da *Grammatica Portugueza*.

Novamente retomando as afirmações de Orlandi, Santos (2013, p. 34) afirma que Júlio Ribeiro “ocupa o lugar fundador da gramática no Brasil”. A *Grammatica Portugueza* e os dicionários do português do Brasil publicados na segunda metade do século XIX são tomados como “publicações pioneiras” que “fundam no país uma memória do conhecimento científico sobre a língua que se falava no Brasil, como forma de legitimá-la e de reafirmá-la como unidade de um Estado nacional independente de Portugal” (SANTOS, 2013, p. 31). A ideia de Júlio Ribeiro como um marco na história da gramatização brasileira pode ser percebida claramente quando Santos (2013, p. 34) narra que “ao longo do século XIX, trabalhos importantes para o processo de gramatização, anteriores e posteriores à gramática de Júlio Ribeiro, foram publicados no Brasil”. Na mesma linha, a partir das mesmas referências, Emídio (2013, p. 15) define a gramática de Júlio Ribeiro como “um instrumento linguístico extremamente relevante para o acontecimento da gramatização brasileira”, ressaltando que ela foi “aclamada pela sociedade letrada da época”.

Gurgel (2008, p. 53) considera que

as gramáticas originalmente brasileiras surgiram a partir do ano de 1880 porque foi somente nesse momento que um ‘exemplar’ brasileiro surgiu para orientar o grupo de profissionais ligados aos estudos da linguagem naquele período: a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro.

Nesse sentido, a autora fala em “liderança intelectual de Júlio Ribeiro”, argumentando que a retórica de ruptura teórica com a tradição filológica encontrada nas introduções dos textos gramaticais do período comprova que “o esforço que Júlio Ribeiro fez em promover uma nova visão aos estudos da linguagem surtiu efeito” (GURGEL, 2008, p. 55). Gurgel (2008, p. 58-59) chega ao ponto de defender que a “obra de Júlio Ribeiro não foi, certamente, a única fonte a ser seguida pela geração mas, sem dúvida, foi o modelo de descrição de língua que inspirou também a elaboração dos programas de Fausto Barreto”, sendo esses dois elementos entendidos como “duas das principais causas da gramaticização brasileira” (GURGEL, 2008, p. 62).

Vidal Neto (2010, p. 28) reforça que Júlio Ribeiro é “um gramático

que rompeu modelos”, destacando “o quanto Ribeiro foi representativo no cenário gramatical brasileiro, pois mesmo para os que não o seguiram totalmente, ele serviu de referência”. Por essa razão, Vidal Neto (2010, p. 53) contempla a “gramatização do Português do Brasil” como um “processo que teve início apenas com a Gramática Histórico Comparada, com a publicação da *Grammatica*, de Ribeiro, em 1881”.

Polachini (2013) posiciona Júlio Ribeiro num movimento de rupturas e continuidades em relação a Moraes Silva, Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel, decretando não haver algo que determine uma ruptura total ou uma continuidade absoluta no tratamento de certas questões da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX (sentença, concordância, regência, sintaxe figurada e vícios), mas explicando que uma:

ruptura maior, entretanto, teria ocorrido entre Ribeiro e todos os gramáticos anteriores, porque mesmo temas que ganhavam continuidade, como a noção de “sentença” e a noção de “complemento” foram subvertidos em Ribeiro, entretanto, existe ainda a continuidade, como a concepção de “verbo substantivo” que resulta na “cópula”. (POLACHINI, 2013, p. 203).

É também num movimento de rupturas e continuidades que Parreira (2011) posiciona Júlio Ribeiro no estudo que faz do tratamento das partes da gramática, das classes de palavras, da sintaxe e da semiologia em gramáticas brasileiras no século XIX. Essas análises específicas parecem jogar contra o absolutismo da posição de que Júlio Ribeiro é uma referência incontornável na gramatização brasileira, no entanto, mesmo esses trabalhos não deixam de destacar uma importância central da obra de Júlio Ribeiro na gramatização brasileira.

### **Autoprojeção de Júlio Ribeiro numa posição desbravadora nos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil e no cenário internacional**

Júlio Ribeiro se põe frequentemente em primeiro plano nos seus textos, realizando assim de modo muito personalista aquela estratégia de qualquer autor em criar para si mesmo um espaço de representação em sua obra. Sem escapar ao procedimento de dizer de si através do outro, para parafrasear a expressão de Medeiros (2003), é com apontamento do outro que Júlio Ribeiro marca frequentemente um espaço da falta no cenário de reflexão sobre a linguagem no Brasil, retornando sobre si mesmo para descrever a su-

peração dessa falta, assumindo voluntariamente uma posição desbravadora no debate linguístico no Brasil.

Vejamos o jogo de representação de Júlio Ribeiro inicialmente na polémica com o gramático maranhense Augusto Freire da Silva. A preferência de Júlio Ribeiro (1887, p. 23) pelo termo *sentença* em detrimento do termo *período* é tomada pelo próprio autor como uma inovação, marcando, portanto, uma contribuição sua no cenário dos estudos gramaticais no Brasil: “Em meu ultimo artigo usei do termo *sentença* em vez do termo *periodo*. Foi uma *innovação*”. No caso específico do uso do termo *sentença*, a justificativa se dá pelo seguimento das gramáticas inglesas, como se houvesse aí, portanto, uma outra inovação da sua parte, a observação dos estudos gramaticais ingleses, a disponibilização de novas referências teóricas:

Ora *innovações* desnecessarias revelam apenas *toleima* por parte de quem as faz. Preciso é, pois, justificar-me. As *grammaticas* inglezas dão o nome de *sentença* á coordenação de palavras, formando sentido completo: só fallam de *periodo* como ponto final. Que temos nós com as *grammáticas* inglezas? Temos muito, temos tudo, respondo. Os inglezes sabem fazer as cousas, pensam, meditam, têm bom senso. E de bom senso é que nós precisamos. Tomel-os, quanto possivel, dos mestres inglezas (RIBEIRO, 1887, p. 23-24).

Fica claro que, ligando-se às gramáticas inglesas, a inovação de que se autoproclama Júlio Ribeiro é em relação ao conjunto global dos estudos do português. Júlio Ribeiro apresenta-se como um expositor fiel da linguística:

Poderia eu ainda citar por edições, por paginas, por linhas, a Bréal, a Max Muller, a Whitney, a Hovelacque, a Bopp, a Bastin, a Diez, a Pacheco Junior, a muitos outros; porém não o faço: creio estar provado que o sr. dr. Augusto Freire da Silva não me atacou a mim, espositor indouto mais fiel, porém sim que, em nome da rotina e do passado, atacou a sciencia e o presente” (RIBEIRO, 1887, p. 81).

Temos aí, portanto, uma série de nomes de autores significados enquanto nomes de linguistas, e como tais, associados à ciência e ao presente, em oposição à rotina e ao passado, elementos tidos como próprios dos gramáticos metafísicos. Nesse esquema, Júlio Ribeiro retrata-se como um expositor atualizado da ciência linguística.

Na avaliação de Júlio Ribeiro (1887, p. 85), tudo o que ele vem apresentando sobre a etimologia e a morfologia são teorias seguidas por todos os



linguistas modernos: “Estas theorias são maes ou menos as seguidas por Max Müller, por Whitney, por Coelho, por Guardia e Wierzeyski, por Bréal, por Pacheco Junior, por todos os linguistas modernos”. Em mais uma ocasião, Júlio Ribeiro apresenta-se como seguidor e divulgador de teorias linguísticas modernas, teorias científicas que encontrariam consenso entre nomes como Max Müller, Whitney, Coelho, Guardia e Wierzeyski, Bréal e Pacheco Junior.

Na polêmica com Augusto Freire da Silva, é falando justamente em consenso que Júlio Ribeiro (1887, p. 85) afirma que “o que impede o vocabulo Etymologia de desaparecer da Linguistica, é o ter elle em seu favor o consenso universal deste século”, emendando que “Lexeologia seria termo muito mais proprio”. Assim, Júlio Ribeiro coloca-se como aquele que não partilha o consenso universal do seu século em torno do emprego de um termo gramatical, a etimologia, o que sugere que ele estaria, portanto, à frente do seu tempo, do seu século, livre dos consensos universais.

Se em certos momentos Júlio Ribeiro (1887, p. 86) põe-se na contracorrente dos consensos universais, ele mostra-se, em outros, como um autor que anda com a moda, como alguém que acompanhou a tendência da terminologia da ciência moderna, colocando-se ao lado de figuras como Hæckel: “S. s. sabe que a terminologia scientifica hodierna é toda tirada do Grego: eu andei com a moda, fiz como Hæckel, pilhei da cozinha grega os meus adubos”.

Quando nega a possibilidade de falar em princípio particular e a confusão entre princípio e fato, Júlio Ribeiro, mais uma vez, coloca-se na posição de quem adere e defende os ensinamentos da ciência moderna, reservando para seu adversário o tempo do passado e o lugar da não ciência, representados pelas teorias escolástico-metafísicas:

Em abono dos rudimentos da sciencia hodierna, que o sr. dr. Augusto Freire da Silva innocentemente ignora, poderia eu fazer mostra de erudição, citando trechos e trechos de J. Muller, de Max Muller, de Burgraff, de Whitney, de Hovelacque, de Broca, de Letourneau, de Bréal, de Topinard, de Hæckel, de Darwin, de Tylor, de Lubbock, de Gama Rosa, de muitos outros.

E não citaria de outiva.

Relembraria apenas as continuas leituras, a que me impelle o desejo ardente que tenho de diminuir o mais possivel a minha profunda ignorancia.

Meu fim, porém, não é provar que tenho lido muito: com tal prova em eu lucraria, nem lucraria a humanidade.

Meu fim é mostrar que o ensino official, cathedratico, privilegiado já não

póde mais, sem estribar-se na sciencia, oppôr-se ao tentamen dos que acompanham o século, dos que querem ser úteis á causa do progresso, que é a causa da humanidade.

Ataquei theorias escolastico-metaphysicas, theorias adoptadas e peioradas por Sotero dos Reis, e sahiu-me pela frente o sr. dr. Augusto Freire da Silva, Professor Cathedratico de Portuguez na Faculdade de S. Paulo (RIBEIRO, 1887, p. 91-92).

Uma vez mais, vemos aproximadamente os mesmos nomes significados enquanto cientistas modernos. Uma vez mais, Júlio Ribeiro coloca-se em companhia desses cientistas modernos. Uma vez mais, a linguística enquanto uma ciência moderna é colocada em oposição a teorias metafísicas.

No início de seus *Traços Geraes de Linguistica*, no aviso ao leitor, Júlio Ribeiro apresenta-se como um autor de linguística que segue e reproduz investigações de uma série de outros autores, em sua ampla maioria estrangeiros, significados eles mesmos enquanto autores de linguística. No espaço do Brasil, Júlio Ribeiro assumiria então a importância de introduzir conhecimentos linguísticos de fora do país. No entanto, ele apresenta-se também como um autor que faz novas investigações. Assim, por trazer contribuições para a reflexão linguística em geral, Júlio Ribeiro teria uma importância mundial nos estudos linguísticos:

Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o meu nome na frente deste livrinho. Verdade é que são minhas algumas das investigações nelle exaradas, que é minha a exposição ; a maior e melhor parte, porém, não me pertence; pertence aos mestres cujos ensinamentos repeti, cujas palavras por vezes trasladei literalmente. Também o unico fim que tenho em vista com esta publicação é despertar no publico estudioso uma curiosidade salutar, que póde ser amplamente satisfeita em Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Hæckel, Broca, Letourneau, Topinard, Luys, Ferrière, Zaborowski, Bopp, Schleicher, Grimm, Max Müller, Whitney, Renan, Diez, Brachet, Bréal, Lefèvre, Theophito Braga, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, e em cem outros mestres de Linguistica e das sciencias que lhe são correlatas. Que o livrinho vem encher uma lacuna, não Ha negá-lo: entre nós ainda ha muita gente de bom saber a acreditar piamente que em materias de philologia e de linguística disse Sotero dos Reis a ultima palavra (RIBEIRO, 1880, p. 10).

Com o objetivo manifesto de preencher uma lacuna na área de publicações sobre linguística no Brasil e criticando fortemente o trabalho do gramático brasileiro Francisco Sotero dos Reis por estar ligado à tradição da

gramática geral e filosófica, o livro de Júlio Ribeiro procura filiar-se aos estudos de figuras já várias vezes significadas em sua obra como autoridades no fazer científico sobre a linguagem e as línguas. É Júlio Ribeiro, segundo sua própria avaliação, quem vai, portanto, preencher um lugar vazio na reflexão sobre a linguagem no Brasil, pela publicação de um livro de linguística, e quem vai aportar novas investigações para a pesquisa linguística no mundo.

Na sua *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro continua afirmando-se como um autor que segue os passos da linguística, como um gramático que segue o estudo da gramática histórico-comparativa:

Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua. As explicações metaphysicas, mais ou menos subteis, mais ou menos engenhosas, nunca satisfazem. Os meios que emprega o Latim, que empregam as linguas românicas para indicar de modo abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo, têm servido do thema a milhares de divagações tão prolixas quanto abstrusas, tão requintadas quanto estereis. Analysar esses meios á luz do estudo historico comparativo das grammaticas romanicas e da latina, eis o fim que levo em vista. E não me apresento como exhibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguistica (RIBEIRO, 1881, p. 286).

Uma frase de Duarte Nunes de Leão utilizada por Júlio Ribeiro como epígrafe em sua gramática não é menos esclarecedora sobre a posição de inovação em que se ele coloca muitas vezes: “Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude aprender”. Dessa forma, se Júlio Ribeiro diz seguir os mestres de filologia e de linguística, esse seguimento funcionaria como uma inovação dentro do cenário de reflexão sobre a linguagem no Brasil, pela introdução de estudos que não teriam sido realizados até então no país e que só teriam passado a ser realizados por obra do próprio Júlio Ribeiro, um modo de dizer que marca um antes e um depois de sua atuação no trabalho linguístico no país. Assim, a repetição do que se dizia sobre linguagem fora do Brasil é, dentro do país, uma inovação, operada, sempre segundo Júlio Ribeiro, por ele próprio. No cenário internacional, como já vimos, a contribuição de que fala Júlio Ribeiro estaria em trazer novas investigações à pesquisa linguística. Na gramática sobretudo, é na oposição às antigas gramáticas portuguesas que Júlio Ribeiro apresenta o valor de seu próprio trabalho:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica

do que exposições dos usos da lingua.

Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos (RIBEIRO, 1911, p. I).

Colocando-se no caminho oposto ao da metafísica, que caracterizaria as antigas gramáticas portuguesas, Júlio Ribeiro apresenta seu trabalho de análise como a exposição de fatos deduzidos do falar vernáculo. Os nomes que aparecem como guia desse trabalho são os de Whitney, Becker, Mason, Bain, Holmes, Adolfo Coelho e Teófilo Braga:

Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas e mais claras. O systema de syntaxe é o systema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as summidades da grammaticographia saxonica.

O meu modo de expôr, a ordem que segui em distribuir as materias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar á luz em 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não tinha visto a « A Higher English Grammar ».

Folgo de que, sem prévio accordo, eu tenha no campo do pensamento caminhando a par de espirito tão elevado. Que se concluirá de ter a minha obscuridade achado sem guia o mesmo caminho seguido pelo eminente logico inglez?

E' que, sendo identico os processos que empregamos na distribuição dos factos glotticos e na maneira de encaral-os, identico foi o resultado

[...]

Ocioso seria confessar que muito devo a Paulino de Souza, a Theophilo Braga e a outros grammaticographos portuguezes. Quem for versado em estudos de lingua vernacula, facilmente verá de quanto me valeram esses mestres.

Pelo que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza, sem tomar-o por guia, sem se ver forçado a copial-o a cada passo? (RIBEIRO, 1911, p. II-III)

Júlio Ribeiro coloca-se em proeminência em relação ao Programa de Português para os Exames Preparatórios, cuja elaboração, como mostram Orlandi e Guimarães (2001), representou um acontecimento determinante na gramatização brasileira. Como mostra Guimarães (2014), o estabelecimento do Programa de Português é catalizador da gramatização brasileira, mudando, na medida em que abriu a porta para o aparecimento de novas gramáticas, o ensino da língua e criando uma pressão sobre o conjunto de estabelecimentos de ensino da época, o que nos permite argumentar contra

a ideia de que um único teria sido o primeiro a iniciar esse processo de produção de instrumentos linguísticos no Brasil. Júlio Ribeiro, no entanto, coloca-se em anterioridade aos Exames, argumentando que sua *Grammatica Portugueza* já havia realizado tudo aquilo previsto pelo Programa bem antes de ele ser elaborado por Fausto Barreto.

De acordo com a avaliação que Júlio Ribeiro ([1887] 2007, p. 93) faz do Programa num artigo publicado em 1887 no seu próprio jornal *A Procellaria*, ele seria “organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem”, sem “nada de superfetações escolasticas, nada de metaphysica medieval”, enaltecendo as divisões da gramática em lexeologia e sintaxe e estimando, num elogio da completude, que ele não deixaria de fora nenhum ponto gramatical, pois “nada se olvida no programma, de tudo se trata”.

No fim das contas, a valorização que Júlio Ribeiro faz do Programa de Português é uma valorização do seu próprio trabalho, pois ele se representa como antecessor do Exame e também como o autor da única gramática que reúne as condições de preparar um aluno não apenas para a prova de português, mas de todas as línguas ensinadas oficialmente no Brasil:

Si formos vaidoso, era esta a hora de rejubilar: o programma de Portuguez, bem como os de todas as outras linguas que se ensinam oficialmente no Brasil, está de accordo exacto, perfeito com os principios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojear á publicidade.

Hoje abundam em Portuguez monographias linguisticas valiosissimas; temos a primeira parte da monumental grammatica historica de Pacheco Junior; Adolpho Coelho, Leite de Vasconcellos, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lamieira de Andrade brilham como astros de primeira grandeza no céu da nossa philologia: mas, ainda assim, é a nossa Grammatica a unica grammatica por onde se possa preparar um alumno para enfrentar com o actual programma de exames (RIBEIRO, [1887] 2007, p. 93-94).

Na verdade, para Júlio Ribeiro, não é a *Grammatica Portugueza* que está de acordo com o Programa de Português, mas o Programa de Português que está de acordo com a *Grammatica Portugueza*. Assim, se o Programa é elogiado por Júlio Ribeiro por estar organizado cientificamente sobre as bases da ciência da linguagem, isso se daria pelo fato de ele estar de acordo com os princípios de sua própria gramática, uma gramática científica segundo sua descrição. Seguindo esse modo de pensar, se o Programa de Português é louvado por dividir a gramática em lexeologia em sintaxe, por superar a

escolástica e a metafísica e por abordar todas as questões sobre a linguagem, é a própria gramática de Júlio Ribeiro quem é engrandecida por essas realizações na medida em que ela é colocada como guia do Programa de Português.

Em suma, Júlio Ribeiro expõe sua gramática como uma categoria à parte em sua época, mesmo como um divisor de águas. De um lado, as gramáticas de Pacheco Junior, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, João Ribeiro, Fausto Barreto, Lameira de Andrade, valiosíssimas monografias linguísticas em português. Do outro, isoladamente, a *Grammatica Portuguesa*, uma gramática científica, única capaz de preparar os alunos para as provas de português e de todas as outras línguas ensinadas oficialmente no Brasil. Os nomes dos portugueses Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos mostram que essa singularidade reivindicada por Júlio Ribeiro não se dá apenas em relação aos trabalhos dos brasileiros, mas em relação ao conjunto geral de estudos sobre o português, em relação a brasileiros e portugueses.

No seu romance *A Carne*, num apurado jogo de projeções, no qual personagens criados segundo um modelo de excelência do conhecimento científico falam positivamente do seu próprio criador, Júlio Ribeiro apresenta-se como separado da figura tradicional do gramático. É no trecho de um fragmento de carta trocada pelo casal de amantes do romance que Júlio Ribeiro projeta uma imagem de si:

Encomenda de Júlio Ribeiro, um gramático que se pode parecer com tudo menos um gramático: não usa simonte, nem lenço de Alcobaça, nem pince-nez, nem sequer cartola. Gosta de porcelanas, de marfins, de bronzes artísticos, de moedas antigas. Tem, ao que me dizem, uma qualidade adorável, um verdadeiro título de benemerência – nunca fala, nunca disserta sobre coisas de gramático (RIBEIRO, [1888] 2002, p. 270).

Lenita, a remetente, é descrita como uma moça que teve “ótimos professores de línguas e de ciências; estudou o italiano, o alemão, o inglês, o latim, o grego; fez cursos muito completos de matemáticas, de ciências físicas, e não se conservou estranha às mais complexas ciências sociológicas”. O destinatário, Barbosa, é apresentado como alguém que “fizera centenas de dissecações anatômicas” e “aprofundara estudos de embriogenia”, enfim, um “homem muito instruído”, que “fala umas poucas línguas, e conhece bastantes ciências”.

Entre passeios campestres e atos carnavais, Lenita e Barbosa trocam lições sobre ornitologia, botânica, climatologia, geologia, indústria, agricultura, física, química, fisiologia, glótica e teorias transformistas, citando nomes

como Van Helmont, Martius, Darwin e Haeckel. São personagens com essa formação que falam positivamente de Júlio Ribeiro como um autor desatado, de “qualidade adorável”. Nesse esquema de representação, é como se Júlio Ribeiro realizasse, pelo menos que corresponde ao conhecimento linguístico, o nível de preparo científico que ele elabora e exige das mais diferentes instâncias da sociedade brasileira.

Júlio Ribeiro posiciona-se numa posição proeminente na história dos estudos linguísticos, brasileiros e mundiais, por ações como a preferência e introdução de termos gramaticais, a disponibilização de novas referências teóricas e superação da escolástica e da metafísica, a publicação de uma obra de linguística e a escrita de uma gramática científica. Em suma, Júlio Ribeiro coloca-se na posição de fazer o que ainda não teria sido feito e de atualizar aquilo que estaria ainda parado no passado. Assim, Júlio Ribeiro não se representa apenas como seguidor e divulgador de teorias linguísticas modernas, afirmando-se como um autor que segue os passos da linguística e como um gramático que segue o estudo da gramática histórico-comparativa, com suas escolhas sendo justificadas como orientadas por critérios científicos, mas também como um portador de novas investigações para a pesquisa linguística no mundo e como alguém que estaria à frente do seu tempo.

### **Júlio Ribeiro, autor fundador?**

Se um dos critérios para considerar Júlio Ribeiro como um autor fundador é ter iniciado a gramática científica no Brasil pela introdução da gramática histórico-comparativa no país, rompendo com os modelos anteriores da gramática geral, é preciso argumentar que, antes de assumir a defesa da cientificidade dos estudos histórico-comparativos, é justamente o caráter do que é científico que está em jogo na produção de gramáticas brasileiras na virada do século XIX para o XX, pois, como mostramos em outro trabalho (AQUINO, 2016, 2017), há autores da época que reclamam a cientificidade da gramática geral. Por outro lado, a relação de Júlio Ribeiro com a gramática histórica e comparada não se dá sem tensões, sem interpretações particulares. Ele apresenta uma explicação não ortodoxa de alguns elementos centrais do comparativismo, estabelecendo como critérios para a mudança linguística “os costumes”, “as relações exteriores”, “as ciências”, “a indústria”, “o gênio literário”, “a instrução pública” e “o trabalho intelectual”, critérios que ressignificam, portanto, a gramática histórica e comparada, que, principalmente na versão mais extrema dos neogramáticos, desconsidera qualquer

elemento extralinguístico e toma unicamente as leis fonéticas como causas da mudança linguística (AQUINO, 2012, 2016, 2018). Assim, se é verdade, com se marca frequentemente, que Júlio Ribeiro é afetado pela mesma tradição que ele procura negar, é igualmente verdade que ele ressignifica a tradição que ele diz reivindicar, a da gramática histórico-comparativa, tomando em conta fatores de ordem social, econômica, política e cultural.

São várias as descrições do português falado no Brasil feitas pelos gramáticos brasileiros na virada para o século XX, autores que levantam frequentemente os mesmos fenômenos descritos por Júlio Ribeiro. Antes de colocar a questão de saber se o início dessas descrições se fez a partir e através de Júlio Ribeiro, nos parece mais coerente pensar que são fenômenos observados na medida em que estão amplamente em voga na época, a ponto de serem percebidos como diferenças em relação ao português europeu. Os gramáticos brasileiros não são surdos a formas e construções que, como mostra o trabalho de Tarallo (1996), são sintomáticas das mudanças em curso do português no Brasil, mesmo que muitas vezes tomadas como erro. Em suma, se o critério para tomar Júlio Ribeiro como um autor fundador no processo de gramatização brasileira é o fato de ter sido o primeiro a registrar as marcas próprias do português do Brasil, cabe dizer que Pinto (1978) demonstra que já na década de 1820 é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil, quando o Visconde de Pedra Branca faz menção ao “idioma brasileiro” e aponta diferenças lexicais de sentido entre o português do Brasil e o português de Portugal. Nesse sentido, Orlandi e Guimarães (2001, p. 30) afirmam que a “caracterização do português do Brasil pelo léxico já é perceptível desde a primeira metade do século XIX”.

Se outro critério para considerar Júlio Ribeiro como um autor fundador no processo de gramatização brasileira é o fato de ele ter assumido a posição de referência incontornável para falar sobre a língua no Brasil, salientamos que seu nome é relativamente pouco mencionado no horizonte de retrospectiva da gramatização brasileira. Na verdade, como demonstramos em outros trabalhos (AQUINO, 2016, 2017), quando analisamos o lugar de Júlio Ribeiro no conjunto dos trabalhos brasileiros publicados desde o aparecimento de sua *Grammatica Portugueza*, em 1881, até a instituição da Norma Gramatical Brasileira em 1959, percebemos, primeiro, que não havia consenso quanto ao seu peso, e, segundo, que a maior parte da sua produção foi completamente apagada. No entanto, seu nome sempre está presente quando se faz uma periodização ou história dos estudos da gramática e do português no Brasil, sendo colocado na posição de marco pelos



autores Ernesto Carneiro Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, Antenor Nascentes, José Rizzo e Francisco da Silveira Bueno. Por essa razão, relevando como são controversos os discursos de fundação, podemos afirmar uma contradição entre um apagamento de Júlio Ribeiro como referência para a realização de análises gramaticais e linguísticas e um discurso historiográfico que o coloca a cada instante em primeiro lugar na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil, um discurso que parece migrar de autor para autor, às vezes de forma direta, sob forma de citação, e que, muitas vezes, parte dos dizeres do próprio Júlio Ribeiro, como se houvesse uma adesão ao seu próprio discurso de autorreconhecimento como alguém que introduz o novo numa história dos estudos linguísticos no Brasil (AQUINO, 2016, 2017).

Em síntese, os critérios para tomar Júlio Ribeiro como autor fundador da gramatização brasileira do português não resistam à prova dos fatos, por assim dizer, pois ele nunca foi a referência primeira, sistemática ou incontornável de todos os outros gramáticos brasileiros, sejam eles contemporâneos ou posteriores a ele, tampouco o primeiro a apontar as marcas características do português do Brasil, muito menos o primeiro a levantar o estandarte da cientificidade do trabalho gramatical, sendo, finalmente, uma simplificação afirmar que ele iniciou a gramática científica no Brasil, rompendo com os modelos da gramática geral e aderindo completamente à gramática histórico-comparativa, uma vez que a relação do autor com essas teorias se estabelece com conflitos e ressignificações. No entanto, a imagem que fica de Júlio Ribeiro, pela repetição de certos dizeres e na esteira das palavras do próprio autor sobre si, é a de um marco inaugural na história das ideias linguísticas no Brasil. Assim, é pela repetição e não pela validade dos argumentos que tem sido continuamente reafirmado, como mito de origem, o lugar fundador de Julio Ribeiro na história dos estudos gramaticais e linguísticos no Brasil. Uma “linha de demarcação”, sem dúvida, para usar a expressão de Pêcheux e Balibar (1969)! Um “ponto de não-retorno”?

## Referências

AQUINO, J. E. Os nomes da língua na Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 71-99, 2012.

\_\_\_\_\_. **Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil**. 2016. 354 p. Tese (doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Université Sorbonne Nouvelle - Paris III, Paris, 2016.

\_\_\_\_\_. Júlio Ribeiro no horizonte de retrospecto da gramatização brasileira. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 147-179, 2017.

\_\_\_\_\_. A primeira obra de linguística produzida no Brasil: Traços Geraes de Linguística (1880) de Júlio Ribeiro. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, n. 12, p. 218-254, 2018.

EMÍDIO, C. L. **Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional**. 2013. 166 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)–Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2013.

GUIMARÃES, E. Instruments linguistiques et la langue nationale : un événement au Brésil au XIXe siècle. In: ARCHAIMBAULT, S.; FOURNIER, J.-M.; RABY, V. (Éds.). **Penser l'histoire des savoirs linguistiques** : hommage à Sylvain Auroux. Lyon : ENS Éditions, 2014. p. 465-477.

\_\_\_\_\_. **História da semântica: sujeito**, sentido e gramática no Brasil. São Paulo: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Sinopses dos estudos do português no Brasil. **Relatos**, Campinas, n. 1, 1994. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_01.html#sinopse](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html#sinopse)>. Acesso em: 24 out. 2016.

GURGEL, S. **O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 2008, 144 p. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

MEDEIROS, V. **Dizer a si através do outro**: do heterogêneo no identitário brasileiro. 2003. 275 p. Tese (Doutorado em Linguística)- Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2003.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias linguísticas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, E. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. In: Orlandi, E. P. (Org.) **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 21-38.

PARREIRA, A. D. **Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX**. 2011. 477 p. Tese (Doutorado em Filologia)- Faculdade de Filología, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.

PÊCHEUX, M.; BALIBAR, E. Definições. In: PÊCHEUX, M.; FICHANT, M. **Sobre a história das ciências**. São Paulo: Mandacaru, 1969. p. 11-16.

POLACHINI, B. S. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiros do século XIX**: estudo historiográfico. 2013. 221 p. Dissertação (Mestrado em Linguística)- FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

RIBEIRO, J. **Traços geraes de linguistica**. São Paulo: Livraria Popular de Abílio A.S. Marques, 1880.

\_\_\_\_\_. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

\_\_\_\_\_. **Grammatica Portugueza**. 10. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1911.

- \_\_\_\_\_. **Questão grammatical.** São Paulo: J. Lousada & Comp., 1887.
- \_\_\_\_\_. **Cartas sertanejas.** Procellarias. São Paulo, SP: Imprensa Oficial: FUNDAP, [1887] 2007.
- \_\_\_\_\_. **A carne.** São Paulo: Ateliê Editorial, [1888] 2002.

SANTOS, G. A. **Os efeitos de sentidos da formulação das regras e os acréscimos nas gramáticas de Julio Ribeiro, Said Ali e Evanildo Bechara.** 2013. 140 p. Tese (Doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). **Língua e cidadania:** o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 54-84.

VIDAL NETO, J. B. C. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro:** um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. 2010. 141 p. Dissertação (Mestrado em Letras)- FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

Recebido: 03/10/2018

Aceito: 27/11/2018

DOI: 10.5902/2179219435032

# NOSSAS LÍNGUAS SÃO *CRIOULAS* OU “A” LÍNGUA NÃO HÁ: MITO? VERDADE? OU INTERPRETAÇÃO?

## OUR LANGUAGES ARE *CREOLES* OR THERE IS NOT “THE” LANGUAGE: MYTH? TRUTH? OR INTERPRETATION?

Luiza Katia Castello Branco  
Universidade do Vale do Sapucaí, Univás, Pouso Alegre, MG, Brasil

*Resumo:* Compreendemos mito e verdade como interpretação, isto é, discurso, aqui definido como efeito de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 1997). A partir do tema proposto neste número, refletimos discursivamente sobre o conceito de *língua crioula* pelas relações entre línguas no espaço simbólico de Cabo Verde, país membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Questionamos o modo como a sociolinguística, ao conceituar *língua crioula*, atualiza a memória do mito da língua de origem, pura, e significa como variação linguística as diferentes materialidades das línguas cabo-verdiana e portuguesa, silenciando, neste espaço, o político constitutivo da tensa e incontornável relação unidade/diversidade.

*Palavras-chave:* Análise de Discurso; língua crioula; sociolinguística; espaço; sentido.

*Abstract:* We understand myth and truth as interpretation, that is, discourse, defined here as an effect of meaning between interlocutors (PÊCHEUX, 1997). Based on the theme proposed in this issue, we reflect discursively on the concept of *creole* by the relations between languages in the symbolic space of Cape Verde, a member country of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). We question the way in which sociolinguistics, in conceptualizing the *creole language*, updates the memory of the myth of the origin language, pure, and means as linguistic variation the different materialities of the Cape Verdean and Portuguese languages, silencing, in this space, the political constitutive of the tense and inescapable relationship unity/diversity.

*Keywords:* Discourse Analysis; creole language; sociolinguistics; space; meaning.

Somos nós que pensamos os mitos ou  
são os mitos que nos pensam?

(C. GINZBURG, *Mitos, emblemas e  
sinais*)

Os senhores descobririam então que  
nem tudo aquilo que foi relatado  
sobre Alexandre merece crédito ou  
pode ser confirmado em seus detalhes;  
não obstante, não posso supor que  
os senhores viessem a deixar a sala  
de conferência com dúvidas sobre  
a realidade de Alexandre Magno. A  
decisão dos senhores seria determina-  
da, essencialmente, por duas conside-  
rações: primeiro, que o conferencista  
não tem qualquer motivo imaginável  
para garantir-lhes a realidade de algo  
que ele próprio não julga ser real, e,  
em segundo lugar, que todos os livros  
de história disponíveis descrevem os  
acontecimentos em termos aproxi-  
madamente semelhantes. Se continu-  
assem a examinar as fontes antigas,  
teriam em conta os mesmos fatores  
- os possíveis motivos dos informantes  
e a conformidade das testemunhas  
entre si. O resultado da pesquisa sem  
dúvida lhes traria uma confirmação,  
no caso de Alexandre; no entanto,  
provavelmente seria diferente quando  
se tratasse de personagens como Moi-  
sés ou Nemrod.

(FREUD, *Parte I - Parapraxias*)

## A questão/As questões

Neste texto, procuramos discutir discursivamente a afirmação que trazemos como título: nossas línguas são *crioulas*, e sua paráfrase: “a” língua não há: verdade? Mito? Ou interpretação? Esclarecemos que o “nossas” remete aos países de língua oficial portuguesa colonizados por portugueses e atuais membros fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – a CPLP<sup>1</sup>; o “crioulas” aponta para a falta de pureza, para a mistura constitutiva de nossas línguas. E a paráfrase dá visibilidade à contradição de que não há uma língua portuguesa apenas, mas várias e impuras, e que as línguas significadas como variantes da língua portuguesa, não o são. Buscar descobrir de que mistura se trata leva a determinar uma delas como origem, já que o discurso científico linguístico se ocupa em classificar, hierarquizar, institucionalizar e disciplinar sentidos para as línguas.

Isso posto, trazemos para a discussão três questões básicas que se imbricam. Uma primeira, sobre o sentido de verdade e mito, que exploramos pela dimensão da Análise de Discurso e pela da Psicanálise para compreendermos os efeitos de sentido de verdade científica e de sujeito da ciência linguística. Uma segunda que diz respeito às fronteiras epistemológicas entre a Sociolinguística e a Análise de Discurso para nos situarmos teoricamente em relação ao conceito de “língua crioula”. E uma terceira que coloca em movimento as outras duas, questionando o discurso científico linguístico sobre o modo como conceitua “língua crioula”, e, ao fazê-lo, interdita às línguas cabo-verdianas – nosso objeto de estudo – um lugar sempre já reservado às línguas europeias (“aparelho de línguas”) (BALIBAR, 1985).

---

<sup>1</sup> A CPLP foi fundada a partir de um imaginário de homogeneidade linguística, que produz a evidência de que há “uma” e a mesma língua portuguesa falada nos seus oito países membros e de que todos os seus cidadãos falam essa mesma língua. Compreendemos que o gesto de formação de uma comunidade como a CPLP, tal como está concebida, faz silenciar sentidos como o da heterogeneidade própria à língua portuguesa, o da sua relação assimétrica com as outras línguas faladas nesses países, e o das diferentes historicidades determinantes da e determinadas pela relação sempre política entre sujeitos, línguas e espaços na disputa por significar (BRANCO, 2013).

## O espaço cabo-verdiano constituído por seus sujeitos e línguas

A partir da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas em sua especificidade brasileira – um campo de saber que alia “a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, visando trazer contribuição ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países de colonização” (ORLANDI, 2001, p. 7) –, propomos a discussão sobre as línguas em espaço<sup>2</sup> cabo-verdiano dando visibilidade ao funcionamento da palavra “crioulo” nos discursos sobre a(s) língua(s) de Cabo Verde, mais especificamente ao discurso científico da sociolinguística.

Interessou-nos, nessa pesquisa<sup>3</sup>, o discurso sobre a língua por ser o lugar em que se dá o encontro entre a(s) memória(s) da(s) língua(s) e a história que a(s) constituiu. Para compreender a historicidade da(s) língua(s) em espaço cabo-verdiano, tomamos o discurso sociolinguístico sobre os termos “crioulo/língua crioula”, considerando que a questão da produção de sentido é um processo histórico-discursivo imbricado ao processo de constituição do sujeito (ORLANDI, 2001), sob condições de produção materiais específicas. Em nossas análises, chegamos a uma rede de discursividades que deram visibilidade à contradição no modo como as línguas funcionam em espaço cabo-verdiano. Pelas relações de sentidos que as definições dos termos

---

<sup>2</sup> Essa expressão “em espaço” surgiu-nos por não saber denominar essa língua portuguesa que já não é a mesma língua portuguesa que vem com o processo de colonização. Essa ideia veio a partir da expressão “em solo”, cunhada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanise Gomes de Medeiros, em um artigo seu, “A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK” (2008), para discutir sobre a especificidade da língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK” (2008), para discutir sobre a especificidade da língua portuguesa em solo brasileiro que comparece nos artigos do periódico *Revista Brasileira nos anos JK*. Assim, a expressão “em espaço” diz de uma língua portuguesa oficial, que, a nosso ver, acaba se significando e sendo significada como outras línguas também chamadas de portuguesas, pois se singularizam em espaço: brasileiro, moçambicano, cabo-verdiano, guineense, santomense, angolano, e, inclusive, português. Essas línguas não são a língua portuguesa imaginária nem a língua portuguesa fluida de Portugal (ORLANDI, 2009, 1988); são outras línguas portuguesas (cada uma delas com um funcionamento imaginário e outro fluido), com suas especificidades, memórias e historicidades que, discursivamente, não garantem nem a desejada unidade nacional instituída pelo Estado, nem a unidade linguística “timbrada” e tão decantada pela CPLP, motivo precípua para organização de uma comunidade como esta. Nesse gesto de precisar dizer dessas línguas portuguesas como outras, pensamos sujeito/espaco como formas históricas de existência, que constituem sentidos e são por eles constituídos.

<sup>3</sup> Pesquisa realizada durante o mestrado defendido em 2007, IL/UFF, Niterói/ RJ, e que motivou o doutorado defendido em 2013, IEL/Unicamp.



“crioulo/língua crioula” estabelecem com as noções de “língua materna”, “língua oficial” e “língua nacional”, observamos que não há recobrimento, tendo em vista que, em Cabo Verde, a *língua crioula* também chamada de *língua materna* não é a oficial, mas é uma língua diferente da portuguesa, e é considerada como *língua nacional*. Esse não recobrimento, em nossa pesquisa, pôde ser compreendido como uma falha, aquilo que não comparece no dizer da sociolinguística sobre a língua cabo-verdiana, ou porque escapa, ou porque se apaga. Esses dizeres que não se inscrevem permanecem, e seguem produzindo efeitos de sentido atualizados por uma memória hegemônica desde sempre narrativizada a partir das políticas colonizadoras linguísticas europeias; uma memória do dizer que organiza os sentidos de modo a tornar homogêneas as línguas (a língua cabo-verdiana como se fosse variante da língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa como se fosse única e mesma) e seus falantes (como se fossem povos irmãos e nunca tivessem sido colonizados/escravizados). Assim, apesar de filiadas a discursividades distintas e a memórias heterogêneas, essas línguas e esses sujeitos são determinados discursivamente pela memória da colonização. De um lado, pela linha da variação linguística, o discurso científico busca, na materialidade das línguas cabo-verdiana e portuguesa, pontos de semelhança entre elas, para filiar a primeira como “derivada” ou “variante” da segunda – apesar de as diferenças fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais serem muitas e inscreverem-se na forma material das línguas deixando marcas que problematizam a ideia de variação; e, de outro lado, pela linha de uma “história comum”, esse mesmo discurso busca filiar o imaginário cabo-verdiano de nação como sendo Cabo Verde ainda “extensão” de Portugal: povo “irmão” que fala a “mesma” língua, “o” português levado por/“herdado” de Portugal. Dessa forma, apagam-se da relação entre nações o conflito, os sentidos do diferente, as contradições; e, pela via da “fraternidade”, faz perderem-se, nessa relação, o caráter político, a historicidade dos sujeitos/línguas/espacos em suas singularidades.

As línguas em Cabo Verde, nesses mais de 500 anos desde o achamento do arquipélago, trazem em sua historicidade uma diversidade de línguas africanas que, no convívio com a(s) língua(s) portuguesa(s)<sup>4</sup>, juntaram-se e

<sup>4</sup> Tendo em vista a distinção entre língua fluida e língua imaginária proposta por Orlandi (2009), falamos no plural, pois “o” português que entra nas colônias portuguesas não é a língua imaginária oficial do Estado português, aquela representada como homogênea no imaginário dos sujeitos das colônias. É a língua fluida já em espaços-tempos diferenciados, posta em contato com inúmeras outras línguas africanas na costa ocidental e oriental da África e línguas indígenas no Brasil. É a língua fluida trazida por falantes pertencentes: à nobreza do Reino de Portugal, donatários das capitânias, seus servos, os degredados, os traficantes de escravos, os

produziram línguas outras em toda a força de suas singularidades/multiplicidades, há muito existentes nas ilhas e significadas como língua materna e como língua nacional vivendo as variações e mudanças que constituem todas as línguas. Apesar de haver na constituição uma única língua oficial, “a” língua portuguesa, a relação dos sujeitos cabo-verdianos com as línguas em espaço cabo-verdiano não é de unidade, antes de diversidade. Significar politicamente um espaço pela unificação da língua, não o torna homogêneo linguisticamente, pois não tomamos “unificado” como sinônimo de “homogêneo”, já que é possível pensar uma unificação linguística sem, entretanto, apagar a diversidade. Mas, no caso das políticas públicas de língua em Cabo Verde, acaba se produzindo essa sinonímia.

### **Verdade? Mito? Ou interpretação?**

Rancière (2004, p. 58), quando reflete, não sobre verdade nem sobre mito especificamente, mas sobre arte e política considerando a relação entre linguagem e história, nos diz, “escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade”; e, em seguida, nos diz ainda que “o real precisa ser ficcionado para ser pensado” (RANCIÈRE, 2004, p. 58).

Perguntarmos sobre a questão da verdade<sup>5</sup> em suas especificidades e sobre o mito em relação à verdade, pode nos fazer avançar em nossa questão de que não há “a” língua.

Pêcheux, quando constitui seu quadro epistemológico para pensar sua teoria da subjetividade, faz diálogo com o domínio da psicanálise. É bom que se marque aqui a insistência de Pêcheux em colocar questões fundamentais à teoria trabalhada desde fins da década de 60. Não é óbvio para ele repensar a teoria a partir de seu interior (momento teórico-histórico), e nem é confortável habitar uma zona de entremeio fazendo fronteiras às disciplinas com que dialoga, tentando fazer funcionar, no (des)encontro, um possível que exige um constante “deslocamento de fronteiras entre as disciplinas, afe-

---

escravos que falavam português, e os línguas (ou chalonas, intérpretes multilíngues, africanos livres ou não, que deveriam aprender a falar “o” português, os “crioulos” e as outras línguas africanas e indígenas devido à diversidade dos povos escravizados, pois eram os intermediários na comunicação entre estes e os europeus).

<sup>5</sup> Algumas indagações poderiam ser: quem tem a verdade? Onde ela está? Cada um tem a sua? Há uma verdade universal? Há uma mais verdadeira que outra? Ou mais mentirosa? Há a meia-verdade? E o mito é uma verdade? Seriam interpretações? Seriam funcionamentos imaginários? E a verdade científica é mais verdadeira? O mito pode ser científico?

tando profundamente seu regime de verdade, uma vez que essas disciplinas são provocadas por suas margens” (PÊCHEUX, 2016 [1981], p. 28-29). E essa inquietude não é diferente com a Psicanálise.

Estando advertidos disso, fazemos uma tentativa de responder à pergunta formulada no título, apresentando a seguir o modo como tanto a Análise de Discurso quanto a Psicanálise formulam sobre verdade – como efeito.

Freud (2006 [1939]), em Moisés e o Monoteísmo, ao considerar um conceito como verdade, nos diz que aí está em jogo a suspensão do juízo. A suspensão do juízo se calça na falta de certeza a partir de uma aposta; não julga nem verdadeiro nem falso um dizer, ou, então, considera a possibilidade de ele ser tanto verdadeiro quanto falso, ao mesmo tempo. Nesse sentido, Freud abre espaço para a contradição e, no seu percurso de escrita do próprio texto, lida o tempo todo com isso. Diz que uma contradição não é uma refutação. Assim, o discurso da psicanálise comporta a contradição diferentemente do da ciência cartesiana. Freud encara os pontos indiscerníveis, não comprováveis, como pontos de reflexão que lhe permitem elaborar uma série de hipóteses, pois não há relação entre o fato e a construção sobre ele. A argumentação lógica não leva à verdade em Freud. É o caminho que prova que há a verdade, e esta é desdobrada na argumentação, pois o modo de dizer, a formulação, é a mensagem.

Lacan, em seu percurso teórico, formula sobre a noção de verdade de diferentes modos, conforme Porge observa em seu texto “A ronda dos semi-ditos claros”. Em seus modos de dizer, encontramos: “A verdade tem uma estrutura de ficção” (1953); “Eu, a verdade, falo” (1955); “Não se pode dizer a verdade sobre o verdadeiro” (1960); “Há uma divisão entre o saber e a verdade” (a partir de 1961); “A verdade se suporta num semi-dizer” (1970). Lacan explora na sua escrita a variabilidade de concepção posta no significante *verdade* e aposta no termo *variedade*, isto é, a *verdade variável*. Traz, a partir de sua ronda pela *variedade*, a questão da transmissão da experiência clínica da psicanálise que passa pela verdade dessa experiência, como forma de assegurar a credibilidade do saber e do método. Assim, podemos compreender, que a noção de verdade é significada como a meia-verdade, a verdade não-toda, porque, de certa forma, na psicanálise, trabalha-se com uma escuta da fala do outro, dos significantes que aí comparecem, tentando tamponar uma falta, mas podendo desvelar o que é da ordem de um não-saber.

Para Freud (1980 [1937]), não há análise sem amor à verdade. Para Lacan (1992 [1969/70]), aí deve ser situado o amor à castração, de modo

que a verdade está ligada à impotência e ao que é da ordem do impossível. Então, é de um efeito de verdade que se trata, e esse efeito é justamente uma queda de saber, uma vez que é próprio da verdade sempre se ocultar (COELHO, 2007).

Na Análise de Discurso, a questão da verdade é uma questão de interpretação, de efeito de sentido; procura não pelo sentido “verdadeiro”, mas pelo real do sentido em sua materialidade linguística e histórica (ORLANDI, 2003). Pêcheux (1997 [1975]), ao pensar a possibilidade de uma teoria do discurso materialista na contramão do formalismo (que busca o que é único, universal, constante nas línguas em geral) e do sociologismo (que busca o que é múltiplo, diverso, variado nas línguas em particular), inscreve esse momento epistemológico como uma crítica à afirmação do óbvio, expondo a contradição; advertência àquilo que, em seu funcionamento histórico-ideológico, se torna evidente, e, portanto, verdade. Ao intitular seu livro como “Les vérités de la Palice” – “uma crítica bem-humorada à semântica formal” – notamos que a palavra *verdade* comparece e no plural. Esses dois fatos nos lembram de que a questão do sentido é central – a interpretação: limites entre o mesmo (não há sentido sem repetição) e o diferente (movimentos distintos de sentidos); manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos (ORLANDI, 2003). Esses dois fatos nos lembram também da questão posta por ele em sua empreitada teórica com relação à semântica, “o que estaria determinando essa estranha circularidade [seu retorno] que se efetua sob as aparências de um desenvolvimento?” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 63).

Voltando à nossa questão inicial, “a” língua não há, perguntamos como é essa questão da verdade para o sujeito da ciência ou do conhecimento. Compreendemos que a complexa relação entre sujeito, conhecimento, ciência, história e língua quando tratada na evidência, na transparência dos sentidos, faz crer que conhecimento e informação são sinônimos, que história se faz a partir de arquivos repletos de conhecimento/informação “verídica”, e que esse sujeito não pode dizer senão a verdade toda e global: uma verdade precisa, quantificável e mensurável, atestada pela prática científica através de seus instrumentos certos, próprios e acurados. Como nos diz Foucault (2006, p. 302), em sua pequena história da verdade, essa verdade positivista está ligada “a certa tecnologia da construção ou da constatação em direito universal da verdade, uma tecnologia da demonstração”. Assim, nessa evidência de verdade, fica silenciado que o resultado é interpretação, é efeito de sentidos produzidos sob determinadas condições de produção, portanto não sendo único nem neutro, ou seja, este resultado vem filiado a

redes de memórias.

Dessa forma, a “origem”, a “verdade”, o “único”, o “todos”, o “tudo”, o “completo”, o “abrangente”, o “conhecimento”, a “informação” são significantes que se reproduzem num sujeito que é posição (cientista), não uma coisa em si mesma, uma substância (HENRY, 1997 [1983]). E mais, esse sujeito é constituído por esquecimentos: o de pensar que é fonte do dizer e que pode dizer tudo; e o de desconhecer o seu assujeitamento ideológico e histórico (PÊCHEUX, 1997 [1975]). E, inexoravelmente, esses esquecimentos fundantes do sujeito enquanto posição se reproduzem nos dizeres dessa ciência que se quer formalista, positivista, empirista, sociologista. Parece não haver outra forma de estar nessa ciência, em especial a do século XXI, se não pela via da certeza, da quantidade, da aferição, do mensurável, da evidência da verdade e da objetividade científica. Esses são efeitos ideológicos de uma determinada situação histórica, e devem ser considerados ao se pensar a noção de “sujeito da ciência” ou “sujeito do conhecimento”, no caso o sujeito cartesiano, como sendo “um efeito ideológico particular (susceptível de tomar diversas formas históricas), resultando de um desdobramento da forma-sujeito” (HENRY, 1992 [1977], p. 143-144).

Compreender essa posição sujeito da ciência passa por compreendermos a noção de forma histórica capitalista do sujeito individuado nessa relação com o Estado sustentado pelo jurídico, pela discursividade das instituições, cujas posições são projetadas no discurso, a partir de um lugar social e de um imaginário (ORLANDI, 2001a). Compreendemos que essa passagem que faz o sujeito individuado, que sofre o processo de individuação de determinada maneira, vai levá-lo a formas de identificação em relação a uma formação discursiva a partir do que se constituem as tais posições sujeitos que vão fazê-lo significar desse ou daquele jeito – aí se tem a posição sujeito na sociedade.

Concluímos, então, por ora, que a verdade (e seus outros nomes, por exemplo, mito) significa como efeito de sentido, pré-construído, interpretação que ao mesmo tempo que faz existir/institucionalizar a história como oficial, como verdade científica, não o faz sem estar apontando, mesmo sem querer, para a existência de outras histórias, de outras verdades, de outros efeitos de sentido, porque ao narrar, já não narra o fato, mas sua versão sustentada pela memória discursiva – o real é sempre ficcionado porque simbolizado (RANCIÈRE, 2004).

## Fronteiras epistemológicas: os (des)encontros entre Análise de Discurso e Sociolinguística

É possível fazer conversar a Sociolinguística com a Análise de Discurso se pensarmos não só as fronteiras que as separam, mas os sentidos que (não) compartilham, um diálogo talvez insatisfatório em que, ao invés de unir os lugares, coloca-os em suspensão.

Pensando no comum, as duas teorias se tangenciariam no que respeita à relevância da relação entre o social e o linguístico; à consideração da língua como processo social, como não-autônoma, como língua de um sujeito, concreta e heterogênea; à crítica que ambas fazem ao caráter homogêneo da língua; à sistematização das regularidades da variação linguística; e ao domínio de interesses já que a Sociolinguística analisa a linguagem no contexto da sociedade (ORLANDI, 1983, p. 103).

As duas epistemes se distanciam bastante, quando compreendemos que, para a Análise de Discurso, na língua, o social e o histórico coincidem; quando considera língua como trabalho humano transformador, como produto histórico-social; quando entende a heterogeneidade como constitutiva da língua, como funcionamento do discurso do seu interior com o seu exterior; quando propõe a relação da linguagem com a exterioridade como uma relação de simultaneidade, de constituição, e, não, de causalidade, como na Sociolinguística.

A maior diferença de epistemes, todavia, repousa sobre a natureza do objeto teórico de estudo determinante do arcabouço teórico-metodológico que engendra especificidades particulares a uma e a outra. Enquanto a Sociolinguística tem como objeto a língua, a Análise de Discurso tem o *discurso* e, por isso, articula conceitos como os de *processo de produção* e *condições de produção* sócio-históricas em que o discurso é produzido.

A Análise de Discurso é uma teoria que trabalha com a noção de funcionamento da materialidade languageira e com a articulação de processos constitutivos de relações do/no discurso. Consequentemente, o sujeito desse discurso, não é o mesmo sujeito da língua da Sociolinguística. O sujeito da Análise de Discurso não se apropria da linguagem por ele mesmo, existe uma forma-sujeito social de apropriar-se dessa linguagem (de habitar a língua) que constitui o jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos e da ilusão desse sujeito interpelado pela ideologia e determinado sócio-historicamente.

O contexto de que os trabalhos de análise sociolinguística tratam como o exterior linguístico em que a língua o reflete não é aquele que a Análise de Discurso considera como exterior. A Análise de Discurso procura tratar dessa exterioridade da língua numa relação constitutiva do discurso e do sujeito com o processo sócio-histórico e a ideologia.

A perspectiva de uma linguística que faz reflexões acerca do funcionamento dos processos linguageiros de forma hegemônica, que se quer ciência-mor dos estudos das línguas naturais, que se pretende lúcida, clara, unívoca e homogênea em seu discurso sobre as línguas humanas, é aquela que, dentre outros sentidos, estabelece como verdade científica que as *línguas crioulas* são diferentes das outras, pois possuem uma variabilidade específica e maior que a das outras línguas ditas naturais, possuem uma universalidade estrutural e permitem reconstituir o processo que lhes deu origem, por isso merecendo um campo de estudo à parte como o da *crioulística*.

Compreendemos que da reflexão linguística sobre a linguagem precisa fazer parte, porém, não só uma atitude crítica e atenta do sujeito-cientista sobre seus próprios passos – já que este está também filiado a formações discursivas e ideológicas determinadas sócio-historicamente –, mas também o re-conhecimento da relação de simultaneidade que faz com que a língua seja comunicação e não-comunicação; re-conhecimento de que é a materialidade da língua que torna possível o jogo<sup>6</sup> próprio da língua para o sujeito, já que dela são constitutivos o equívoco e a falha, o político e o histórico.

Na próxima seção, limitar-nos-emos a um gesto analítico que conduza à compreensão dos sentidos já estabelecidos como hegemônicos sobre *línguas crioulas* buscando dar visibilidade à historicidade que esse dizer científico-linguístico traçou ao se construir.

## O discurso científico da Sociolinguística sobre as línguas crioulas

No século XIX, os filólogos, no século XX, também os linguistas, nos finais dos anos 60, os sociolinguistas e, mais especificamente, os crioulistas – que reivindicam um espaço para a crioulistica ao lado da linguística – têm dado uma especial atenção ao estudo dos *crioulos*, como atestam os numerosos congressos, simpósios, mesas-redondas, publicações de artigos e livros sobre o assunto, numa tentativa de, ao tratá-los cientificamente, dar-lhes o

---

<sup>6</sup> Esse jogo, segundo Pêcheux, “quer dizer o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história” (2010 [1994], p. 58).

diagnóstico de línguas naturais, pois, até a segunda metade do século retrasado, essas línguas eram tratadas como “cicatrizes, degenerescências linguísticas, sem forma criadora; não sistemas em si, mas amálgamas ou desvios de outros sistemas” (CUNHA, 1981, p. 37).

A partir da leitura do arquivo, Hugo Schuchardt (1842-1927), considerado o pai da crioulistica, Adolfo Coelho (1847-1919), considerado também o pioneiro da investigação sistemática dos *crioulos*, e Leite de Vasconcelos (1858-1941), filólogo sistemático e rigoroso, em seus dizeres sobre as línguas ditas crioulas, como sujeitos da ciência linguística, vão constituir em seus gestos de denominação e classificação sentidos para essas línguas, de acordo com as condições de produção sócio-históricas da época. Esses cientistas da linguagem enunciam do lugar de filólogo (alemão e portugueses, respectivamente), numa época em que a ciência se interessava pelos fatos linguísticos em sua história cronológica, pela classificação genética de suas unidades e relações, pela origem dos elementos e pela pureza das línguas.

Apesar de ainda não se distinguir *crioulos* de *pidgins*, Adolfo Coelho, por exemplo, inicia a compilação de dados sobre diversos *crioulos* existentes no mundo, conseqüentemente, reúne a primeira bibliografia abrangente sobre essas línguas, e enuncia, em 1881, leis gerais para explicar a sua formação, demonstrando estar à frente de sua época. Diz ele:

1º Os dialectos românicos e crioulos, indo-português e todas as formações semelhantes representam o primeiro ou primeiros estádios na aquisição de uma língua estrangeira por um povo que fala ou falou outra (COELHO, 1881, p. 102).

2º Os dialectos românico-crioulos, indo-português e todas as formações semelhantes devem a origem a acção de leis psicológicas ou fisiológicas por toda a parte as mesmas e não a influência das línguas anteriores dos povos em que se acham esses dialectos (COELHO, 1881, p. 105).

O primeiro princípio associa o surgimento dos *crioulos* à questão da aprendizagem de segunda língua, que, hoje, para a crioulistica, é uma das questões mais instigantes, já que apresenta íntimas relações com o que se dá nas línguas *pidgin* e *crioulas*. O segundo princípio antecipa em quase cem anos a moderna hipótese do bioprograma linguístico de Derek Bickerton, que propõe que as características dos *crioulos* fornecem poderosos ‘insights’ para o estudo do desenvolvimento da linguagem no indivíduo e para a determinação de características linguísticas na espécie humana.

Schuchardt opunha-se ao estudo puramente linguístico da história



das línguas, e defendia a questão de que toda língua apresenta algum grau de mistura. Foi ele que “associou a expressão *língua mista* (*mischsprache*) a pidgin-crioulo” (DeCAMP, 1971, p. 31, *apud* COUTO, 1996, p. 151).

É a era do comparativismo oitocentista, do método comparativo-reconstrutivista, que garante um estatuto científico aos trabalhos sobre a evolução das línguas, aproximando a linguística da biologia, e servindo como metáfora ideal para a ordem natural na sucessão das espécies – foi o próprio Charles Darwin que tomou a iniciativa de utilizar o exemplo linguístico, sobre a evolução regular de traços fonológicos das línguas Indo-europeias, como termo de comparação em uma de suas exposições.

A busca por uma família de línguas que relacionasse as línguas dos Estados europeus a línguas da Antiguidade como o Sânscrito, o Grego e o Latim para justificar a visada da pureza, do padrão, da correção linguística de modo a valorizar essas línguas europeias fez surgir o método de classificação genealógico, proposto pelo linguista alemão Shleicher. O objetivo era determinar as relações históricas que as línguas estabeleciam entre si. Os gramáticos comparativistas atribuíam um antepassado comum a línguas de mesma família estabelecidas as relações de proximidade ou afastamento de acordo com as semelhanças e diferenças formais existentes entre elas.

Do ponto de vista das relações genealógicas, grande parte das línguas pode ser classificada em termos de família genética, por ter apenas um progenitor, uma língua-mãe. Tem-se a certeza da procedência da língua. Porém muitas há que esse modelo não explica por não terem uma “transmissão normal”, isto é, por terem mais do que um progenitor. Estão, nesse caso, as chamadas *línguas mistas* as quais não podem, por definição, ser filiadas num ou noutro deles. Isto é, não se podem classificar essas línguas em termos de “produtos” de uma *transmissão normal* de um dado progenitor. Se, segundo esse método, a transmissão opera sobre a totalidade da gramática de uma língua, no caso das línguas mistas isso não ocorre. Elas podem partilhar a sintaxe com o progenitor A, a fonologia com o B, etc. Dessa forma, tanto A quanto B sofrem rupturas na sua transmissão como um todo, quando concorrem apenas parcialmente para a construção de uma nova língua.

Assim, sendo a origem dessas línguas dita *não-genética*, a sua caracterização exige uma metodologia que, além dos parâmetros linguísticos, integre parâmetros sócio-históricos, pois essas línguas surgem em comunidades que se encontram em situações de mutação social, por vezes de tensão social. A partir daí, os cientistas da linguagem procuram uma origem e uma árvore genealógica para os *pidgins* e *crioulos*.

Pode-se dizer que esse procedimento científico se estende até hoje, século XXI, como veremos mais adiante. As línguas chamadas *crioulas* constituem “verdadeiros laboratórios” de estudo “pelo fato de aí [nesse estado linguístico] elas aparecerem em sua plenitude, e não camufladas por acidentes históricos que se deram frequentemente há muitos séculos e que, portanto, são inacessíveis à observação direta” (COUTO, 1996, p. 205).

Nessa classificação científica, levam-se em conta os fatores sociais e históricos concomitantes ao surgimento de uma língua desse tipo. Desse ponto de vista, a existência de contato linguístico supõe o contato social dos respectivos falantes, enquadrados em situações de comunicação de ordem diversa; a estas, subjazem relações sociais, políticas e culturais igualmente diversificadas e que condicionam as relações linguísticas.

Está, dessa forma, justificada a recorrência feita por quase todos os cientistas da linguagem em querer tratar numa categoria à parte essas línguas. Diz-nos Couto (1996, p. 35),

o fato importante a ser retido aqui é que, levando-se em conta apenas a estrutura, não é possível distinguir os crioulos e os pidgins como uma categoria à parte. Só as condições sociais de seu surgimento os separam das línguas não-crioulas ou pidgins. Até o presente momento, “não há nenhuma maneira segura de identificar como crioulo uma língua cuja história seja desconhecida” (DeCAMP, 1971, p. 25).

Ainda, nesse sentido, escutamos Tarallo (1987, p. 15) dizer que esse tipo de língua foi “inúmeras vezes detectado em outras partes do mundo, em outras épocas, mas sempre decorrente das mesmas circunstâncias sociais”, a saber, de relações estritamente comerciais ou via escravidão.

Nesse entrelaçar de razões para justificar um lugar de exceção para essas línguas – diferente em tudo das línguas *não-crioulas*: origem, consequente estrutura, processo de aquisição –, chega-se à conclusão de que dizer língua *crioula* implica dizer língua fora do grupo das línguas naturais, já que sua “origem” é determinística de seu processo de mudança linguística, pois são classificadas como línguas muito instáveis. E, ao mesmo tempo, esse dizer nega o sentido de contato e de mescla às línguas *não-crioulas*, fazendo-as significar como línguas não-mistas. Dessa forma, entender-se-ia o português como uma língua vinda direta do latim, sem contatos com outras línguas, uma vez que o português é uma língua *não-crioula* nesse raciocínio<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Silencia-se nesse dizer sobre a língua portuguesa que ela dividiu/disputou espaço, no mínimo,

Ao mesmo tempo, o termo *crioulo* ganha derivações e passa a dar nome a novos conceitos e processos linguísticos. Os processos como *pidginização* ou *jargonização*, *crioulização*, *recrioulização*, *descrioulização*, *hipercrioulização*, *rejargonização* ou *repidginização* são característicos para descrever a natureza “instável” do léxico e da gramática dos *pidgins* e *crioulos*. Nesse dizer sobre as línguas crioulas, há sentidos que apontam o grau de mutabilidade/metamorfose/mudança linguística de forma bem diferenciada em relação às línguas não-crioulas. Dizem que a tal ponto essas línguas são mutantes que são mensuráveis numa escala de gradação cíclica que registra extremos, como por exemplo, nudarem tanto até voltarem a ser a língua europeia que lhes deu origem, isto é, nos explica Couto (1996, p. 18), “se a língua de superstrato (sempre europeia) continuar presente (como na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, no Havaí, no Haiti, etc.), o crioulo tende a continuar se expandindo, desta vez na direção da língua europeia. Trata-se do processo da descrioulização”.

É paradoxal pensar que: 1) se os *crioulos* são línguas mistas, com origem em mais de uma língua, como o contato e a mescla entre as línguas se desfazem em um ponto determinado e de forma tão transparente e pontual? 2) se o processo de *crioulização*, apesar de ser conceituado com base na natureza das *línguas crioulas*, quer dizer “expansão na forma interna da língua, com convergência no contexto de extensão do uso” (HYMES, 1971, p. 84), então todas as línguas podem sofrê-lo, inclusive as *não-crioulas*.

O ciclo vital (HALL, 1967, p. 151-156) estabelecido pela sociolinguística para descrever o nascimento de um *crioulo*, ao mesmo tempo, explica a formação e revela a mudança. O processo seria: parte-se sempre de um *pidgin* instável ou jargão (1), para um *pidgin* estável (2), para o *crioulo* (3) e para a língua dominante (4). Assim, há o processo de *pidginização* entre as fases (1) e (2), o processo de *crioulização* entre as fases (2) e (3), e o processo de *descrioulização* entre as fases (3) e (4). O processo de *recrioulização* aconteceria entre as fases (4) e (3) em determinadas circunstâncias, como por exemplo, para afirmar a identidade do povo que fala o *crioulo*, enfatizando a *língua crioula* de seus antepassados. “O mesmo fenômeno deve estar-se dando entre os cabo-verdianos, os guineenses e os são-tomenses de Lisboa” (ROMAINE, 1988, p. 188-203 apud COUTO, 1996, p. 20).

O processo de *hipercrioulização*, ou seja, “afirmação agressiva da diferença crioula e do status superior do crioulo” seria o mesmo processo da

---

com um grande número de línguas que ali existiam significando seus espaços e seus sujeitos, e sendo significados por eles.

*recrioulização* (ROMAINE, 1988, p. 188-203 apud COUTO, 1996, p. 20). “A diferença consiste no fato de a hipercrioulização se dar no próprio país em que o crioulo é falado, e não no país de emigração, como ocorre com a recrioulização entre os jamaicanos residentes na Inglaterra” (*loc. cit.*).

Na necessidade de buscarem a origem, para explicarem a gênese dos *crioulos*, os sujeitos do discurso da sociolinguística dizem haver dois caminhos. Aqueles sujeitos sociolinguistas que, na sua maioria, dizem que todo *crioulo* já foi um *pidgin*, ou os que discordam diametralmente dessa proposta e dizem ser o conceito de *pidgin* dispensável, pois consideram o processo de formação dos *crioulos* um processo contínuo que só termina ou com a adoção completa da língua dominante – visão do superstratista Chaudeson<sup>8</sup> – ou com a perda completa da língua africana de origem – visão do substratista Alleyne<sup>9</sup> –, não havendo necessidade de se denominar um estágio intermediário de *pidgin* e outro de *crioulo*, pois o estágio final é o que se chama de *descrioulização*, a aproximação extrema da língua europeia.

Nos dois casos, por esses dizeres, a língua resultante nessa disputa por significar-se e significar seu espaço e seu sujeito sai perdedora. No primeiro caso, a língua *crioula* perde para a língua europeia, porque, ao ser significada como tendo essa origem *pidginizada*, já está chancelada pelo discurso científico da sociolinguística que “pidgin não é língua materna de ninguém” – nos dizeres de Hall, Bickerton, Mota, por exemplo:

Pidgins e crioulos constituem dois aspectos de um mesmo processo linguístico, distinguindo-se, em termos muito gerais, pelo facto de um **pidgin** ser uma **língua segunda** enquanto um **crioulo** é **língua primeira**, ou seja, tem falantes nativos, é a língua **que** estes falantes **melhor** dominam; por outro lado, um **Crioulo** é **geneticamente um descendente de um pidgin** (MOTA, 1996, p. 505)

É importante apontar aqui o que é significado como herança dessa língua “nova” que se torna língua materna de uma comunidade de falantes. O *crioulo*, ao assim ser classificado, herda as características do *pidgin* que lhe originou. E, como os *pidgins* são caracterizados pela sociolinguística? As línguas *pidgins* são ditas “preencher funções sociais limitadas, sobretudo aquelas vinculadas a atividades comerciais mercantilistas”; são “falares de

---

<sup>8</sup> CHAUDESON, Robert. *Dès îles, dès hommes, dès langues*. Paris: L'Harmattan, 1992.

<sup>9</sup> ALLEYNE, Mervyn. *Studies in Saramacan Language structure*. ATW/FSP: Caribbean Culture Studies 2, 1987.

emergência que podem se diluir e desaparecer”; são línguas que “sofrem uma simplificação e uma redução nos níveis fonológico, morfológico, sintático e lexical”.

Os primeiros observadores – viajantes, comerciantes, e outros – referiam-se aos *pidgins* como versões “corruptas”, “bastardas” e “erradas” das línguas europeias (TARALLO, 1987, p. 88).

Alan Baxter (1996, p. 535) diz,

A pidginização, a criação de uma língua pidgin, geralmente reduz ao mínimo as complicações gramaticais, tais como a flexão e as regras de concordância. O resultado é uma estrutura maximamente analítica desprovida de redundâncias e de ambiguidades. O léxico também é reduzido de forma drástica, mas as suas possibilidades expressivas são aumentadas pela homonímia e por meio de circunlocuções.

Tarallo (1987, p. 86) aduz que os *pidgins* são “um meio de contato que, conforme caracterizado, sofre de sérias restrições funcionais e discursivas”.

Pereira (1996, p. 554), ao falar dos *crioulos* como provenientes dos *pidgins* comenta-os como “uma forma de linguagem deficiente, como é um pidgin”.

Veiga (1995, p. 23) também dissertando sobre a origem do *crioulo* cabo-verdiano observa,

o primeiro estatuto desse instrumento seria o de pidgin, por ser um meio de comunicação instável que não obedece a uma estrutura definida, com poucos recursos lexicais e gramaticais, funcionando mais na base de parataxe (ausência de hierarquização e de relação sintáticas) do que de sintaxe.

Assim, voltando ao primeiro caso, as línguas outras, as línguas em espaço cabo-verdiano, por exemplo, as línguas dos povos dominados num processo colonizador, as línguas classificadas e definidas como *línguas crioulas* pelo discurso científico linguístico, saem perdedoras em efeitos de sentidos porque são significadas como as línguas que herdaram as designações e denominações como “língua de ninguém”, “com sérias restrições funcionais e discursivas”, “com poucos recursos lexicais e gramaticais”. É lendo a historicidade desse arquivo discursivo da ciência linguística sobre

as *línguas crioulas* que se compreende o funcionamento de uma memória discursiva que faz esquecer, mas não desaparecer, os efeitos de sentidos produzidos pela ideologia colonialista, que tentava explicar o surgimento dos *crioulos* como “língua dos povos colonizados”, “inferiores ao europeu cultural e socioeconomicamente”, “falantes de línguas com papel marginal na formação dos crioulos”.

Voltando ao segundo caso, em que as línguas africanas estão completamente excluídas do processo de formação dos *crioulos*, também aqui, a língua “nova” sai perdedora. Segundo J. G. Herculano de Carvalho<sup>10</sup> (1969, p. 50-51), linguista português adepto da hipótese superstratista, “os idiomas crioulos representam formas alteradas (mais ou menos profundamente, conforme os casos) de idiomas europeus”. A crioulista alemã Annegret Bollée (1977) afirma de forma explícita ser partidária do que chama *Evolutionstheorie*, ou seja, de que os *crioulos* são continuadores diretos das línguas dominantes europeias.

Nesse discurso os efeitos de sentido produzem sua filiação à ideologia da pureza das línguas, que levava a crer que toda língua deve provir de outra que é sua “mãe”, que não havia língua mista (Max Muller). Aqui, é pertinente retomar a ideia de Renée Balibar<sup>11</sup> (1985) de *colinguísmo*. Nesse conceito a autora designa a necessidade de certas línguas de Estado se associarem a um *aparelho de línguas* em que encontrem legitimidade, estando oficialmente e gramaticalmente vinculadas à sua língua-mãe (como o latim, o grego) e também às suas parceiras. Mesmo o conhecimento das línguas *pidgins* e *crioulas* vindo subverter a ideologia da pureza das línguas subjacente à teoria da árvore genealógica, tornando clara a questão da mescla linguística, ainda assim, hoje, linguistas se preocupam em buscar derivar essas línguas de uma árvore que as “salve” de uma filiação comprometedora com a das línguas africanas, sendo por isso, filiadas às línguas europeias. Hildo Couto (1996,

---

<sup>10</sup> **Estudos Linguísticos**. Coimbra: Atlântida. Vol. 2.

<sup>11</sup> Aqui retomamos o conceito de Renée Balibar (1985, p. 11-12) sobre *aparelho de línguas*, já mencionado, formulação produzida a partir do conceito althusseriano de aparelhos ideológicos de Estado para afirmar que a língua francesa está “além do próprio aparelho de Estado”. Posteriormente, Mariani (2008a, p. 7) formulou sobre o conceito para falar de língua portuguesa, dizendo, “o português e a maioria das demais línguas europeias estão em um mesmo patamar de auto- e intersustentação político-ideológica, no qual elas próprias se mantêm hierarquicamente na mesma posição em função de serem línguas nacionais”. Com alcance e prestígio internacional, diríamos no caso do nosso objeto. E, a autora continua, “são línguas já instituídas e institucionalizadas porque são práticas socialmente regularizadas e repetíveis, fazendo parte desse aparelho de línguas, de um aparelho de letrados e de um sistema de ensino” (MARIANI, 2008a, p. 7).

p. 223), ao comentar os motivos porque os *crioulos* devem ser estudados à parte das línguas *não-crioulas*, também se refere à ideia da pureza, dizendo “as comunidades de fala crioula são verdadeiros laboratórios linguísticos. Não porque elas sejam de natureza diferente das línguas não crioulas, mas porque nelas tudo que ocorre com estas últimas se mostra de modo acirrado, quase em estado puro”.

### Considerações finais

A historicidade sobre o percurso dos estudos linguísticos sobre as *línguas crioulas* mostra como se constituiu uma discursividade sobre as línguas em contato nos países colonizados pelos europeus.

Nomear determinadas línguas como *línguas crioulas* significa hierarquizar e valorar certas em detrimento de outras; significa repetir as verdades já-ditas; significa repetir o mesmo e não fazer diferente, para garantir o lugar de quem fala, e que, ao falar, produz paráfrase, reproduz sentidos hegemônicos. O verbo *nomear*, nesse caso, traz a escrita científica da intransitividade verbal, a que dá fôrma e forma, apaga, anula, dessubjetiva o lugar da singularidade do sujeito cabo-verdiano. O efeito desse discurso da linguística sobre as *línguas crioulas* “sustenta o sentido que surge e se sustenta nele. Intervém no já-dado, no já-dito” (ORLANDI, 2003, p. 13).

O aporte teórico da Análise do Discurso permitiu-nos buscar na/pela materialidade da língua a compreensão do que, no discurso, é lido como homogêneo, mas que se sabe heterogêneo em sua constituição, pois está sempre relacionado a outros discursos, num processo em que se imbricam memória e esquecimento. Assim, sob o efeito da homogeneidade que unifica em um grupo as línguas que “inexplicavelmente” precisam ser agrupadas – o grupo das línguas crioulas com os significantes crioulo e línguas crioulas –, abriga-se uma diversidade de sentidos pelos seus múltiplos modos de construção discursiva da referência que podemos retrair na materialidade do corpus aqui apresentado.

Apesar de o processo parafrástico do discurso científico ser dominante nos discursos sobre as línguas crioulas, negativizando-as em relação às línguas europeias, não podemos esquecer que os sentidos são múltiplos, que não há um sentido central, que há sempre outros sentidos possíveis que não perdem “a relação com os outros (implícitos)” (ORLANDI, 1988, p. 21).

Essa língua materna crioula não é igual a uma língua materna não-

-crioula, como a língua portuguesa, que pode ocupar o lugar de língua oficial e certamente o faz.

Compreender, assim, como a língua ganhou o nome de *crioula* é importante para entender o menor prestígio até hoje angariado. Contudo o nome *crioula*, ao vestir o desejo de nomeação de uma língua nacional, significando-a, definindo-a, identificando-a e nela se reconhecendo (porque é assim que denominam sua língua, como *crioula* e *crioulo*), faz com que esse sujeito resista neste ponto mesmo de nomeá-la *crioula*. É o real da história acontecendo e produzindo a contradição pela homonímia do nome dado pelo colonizador e certificado/legitimado pela ciência. É habitado por esse nome que o sujeito faz deslocar e abre a possibilidade mesma de que essa língua signifique outra coisa.

## Referências

BAXTER, A. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub et al. (Org.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Linguística. p. 535-549.

BALIBAR, R. **L'institution du français**. Essai sur le colinguisme des carolingiens à la République. Paris: PUF, 1985.

BRANCO, L. K. A. C. **A língua em além-mar**: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270483>>. Acesso em: dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Historicidade e sentidos**: a palavra *crioulo* nos discursos sobre a língua de Cabo Verde. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras, UFF, 2007.

COELHO, M. T. A. D. Algumas considerações sobre Hamlet. **Revista Ber-ggasse** 19, Escola Lacaniana de Psicanálise, Rio de Janeiro, ELP, v. 1, p. 87-96, 2007.



COELHO, A. **Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America**. Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia, 1881.

COUTO, H. H. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pídgin**s. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

CUNHA, C. **Língua, nação, alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DeCAMP, D. Introduction: the study of pidgin and creole languages. In: HYMES, D. (Org.). **Pidginization and creolization of languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 13-39.

FOUCAULT, M. **O Poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREUD, S. **Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

\_\_\_\_\_. Parte I - Parapraxias. In: \_\_\_\_\_. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (Partes I e II)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. v. XV. p. 08-35.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2005 [2002].

TAYLOR, D.; HALL, R. Pidgin and Creole Languages. **Language**, v. 43, n. 3, p. 817-824, 1967.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**. Campinas: Unicamp, 1992 [1977].

\_\_\_\_\_. Os fundamentos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: HAK, T.; GADET, F. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997 [1983]. p. 13-38.

HYMES, D. (Org.). **Pidginization and creolization of languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

MARIANI, B. Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues. **Gragoatá**, Niterói, n. 24, p. 71-88, jan./jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. **Encontro de Vista**, v. 02, jun-dez. 2008a. p. 1-12.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MOTA, M. A. C. da. Línguas em contato. In: FARIA, Isabel Hub et al. (Orgs.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. p. 505- 533.

ORLANDI, E. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História das ideias linguísticas**: a construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cárceres, MT: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. A sociolinguística, a teoria da enunciação e a análise do discurso (convenção e linguagem). In: \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983b. p. 88-104.

PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. In: CONAIN, B. et al. (Orgs.). **Materialidades discursivas.** Campinas: Unicamp, 2016. p. 23-29.

\_\_\_\_\_. Ler o Arquivo Hoje. Traduzido por M.G.L.M. do Amaral. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2010 [1994]. p. 49-59.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. E. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997 [1969]. p. 61-161.

PORGE, E. **A ronda dos semi-ditos claros.** Trad. Paulo Sérgio de Souza Jr. (mimeo), 2010.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível.** São Paulo: Editora 34, 2004.

SILVA NETO, S. da. **História da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1957.

TARALLO, F.; ALKMIN, T. **Falares crioulos:** Línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.

VEIGA, M. **A sementeira**. Portugal: ALAC, 1994.

\_\_\_\_\_. **O crioulo de Cabo Verde**: Introdução à gramática. Mindelo: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco; Instituto Nacional da Cultura, 1995.

Recebido: 16/07/2018

Aceito: 09/12/2018

DOI: 10.5902/2179219433708

# **SOBRE A NOÇÃO DE PRÁTICAS LINGUAGEIRAS: LUGARES DE EMERGÊNCIA, FILIAÇÕES E FRONTEIRAS**

## **ON THE CONCEPT OF LINGUISTIC PRACTICES: PLACES OF EMERGENCE, AFFILIATIONS AND BORDERS**

Gesualda dos Santos Rasia  
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR, Brasil

*Resumo:* Este estudo reflete sobre a designação *práticas languageiras*, desde uma perspectiva materialista, entendendo-a como a não dissociação entre o campo da práxis e do conhecimento. Considera como o corte encetado pelo Curso de Linguística Geral (CLG), que propôs a dicotomia língua/fala, abriga de modo contraditório o estatuto social da língua. Essa problemática dialoga com debates que colocam a referida designação sob o escopo de práticas sociais e históricas, considerando o quanto sua circunscrição se dá desde uma perspectiva política dos sentidos. A partir disso, são apresentadas filiações e fronteiras da designação em tela em diferentes vertentes dos estudos da linguagem.

*Palavras-chave:* práticas languageiras; trabalho com a língua(gem); político na (da) língua.

*Abstract:* This study reflects on the designation of *linguistic practices*, from a materialistic perspective, understanding it as the non-dissociation between the field of praxis and knowledge. It considers the way the section initiated by the Course in General Linguistics (CGL), which proposed the language/speech dichotomy, contradictorily shelters the social status of the language. This problematic dialogues with debates that place the designation under the scope of social and historical practices, considering how much its circumscription is given from a political perspective of the senses. From here onwards, filiations and borders of the designation in point in different slopes of the studies of the language are presented.

*Keywords:* linguistic practices; work with the language; language policy.

*[...] a linguagem é uma prática; não [apenas] no sentido de efetuar atos mas porque prática sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica (ORLANDI, 1999, p. 95).*

## Situando a discussão

O debate que ora trazemos põe em tela, essencialmente, as relações tecidas entre a língua e a história, considerados nisso os diferentes estatutos dessa tessitura a depender do lugar teórico a partir do qual se diz. Tratar disso implica levar em conta, de algum modo, o corte inaugural encetado por Saussure, com o Curso de Linguística Geral (CLG), entre língua e fala. Dizemos inaugural não porque tenha estabelecido um ponto de início ou de ruptura absoluta em relação a uma anterioridade, nem mesmo porque tenha estabelecido uma linearidade em relação ao devir. Pelo contrário, segundo Chiss e Puech (1994, p. 1), Saussure e o saussurianismo instauraram um “domínio de pesquisas e um domínio de memória”, esta última expressão tomada de empréstimo de Foucault (1969, p. 65), e que diz respeito aos enunciados “em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica”. Os diferentes lugares de memórias e as diversas filiações político-ideológicas inevitavelmente produzem seus efeitos sobre os lugares de pesquisa, instalando pontos múltiplos de deriva. É a partir desse recorte que nos propomos a discutir como têm se constituído, em diferentes vertentes, saberes distintos acerca da designação *práticas languageiras*.

A propósito disso, Pêcheux e Balibar (1969) defendem, a partir dos pressupostos de Gaston Bachelard, uma posição descontinuísta, pela qual há recusa ao saber como desenvolvimento contínuo, e ao conhecimento comum. Esta tomada de posição, pelos autores, tem como fundamento a consideração da conjuntura filosófico-ideológica que sustenta uma dada circunscrição teórica, que produzirá diferenças, embora não necessariamente apague sobreposições. Em todos os casos, restará, de qualquer modo, os efeitos de gesto inaugural, como se produzidos fossem por um único homem/sujeito, como é o caso do galileísmo, conforme ilustram os autores, embora afirmem eles “Galileu é o efeito e não a causa do corte epistemológico que designamos sob o termo de galileísmo” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1969, p. 11).

Este estudo apreende a designação *práticas languageiras* em sua emergência não linear e sustentada por diferentes pressupostos e teóricos, os quais

ora convergem, ora se afastam. Tudo o que temos são descontinuidades e rupturas. É exatamente por isso entendemos ser pertinente e profícua a discussão. Nossos pontos de referência e de produção de efeito de estabilidade são o edifício estruturalista e o quadro materialista. Antagônicos entre si, encontram-se em suas diferenças em alguns pontos do caminho, e nisso também se justifica o princípio da descontinuidade.

### **O CLG entre o estável e o múltiplo: *descontinuidade contínua***

O alvorecer do século XX solidificou o estatuto de ciência para a Linguística a partir da emergência do CLG, nas condições históricas em que esta obra foi produzida e se estabeleceu em seu campo de conhecimento. Carvalho (2003) sintetiza o projeto de Saussure no esforço que ele envidou para conferir unidade à Linguística, a partir de uma racionalização do estudo linguístico, o que se fazia necessário, segundo Carvalho (2003), dadas as imprecisões que vigoravam até então nesse entorno:

Os linguistas até então tratavam de coisas diferentes com nomes iguais e vice-versa. A ausência de uma terminologia adequada, precisa, objetiva, de alcance universal (e sabemos, desde os gregos, que só há ciência do universal), instrumento de trabalho imprescindível a qualquer ciência digna do nome, tolhia-lhes a expressão de ideias. (...) A Linguística ressentia-se de uma linguagem equívoca, de um padrão linguístico, de uma metalinguagem, isto é, de uma nova linguagem para expressar suas elucubrações. Sua primeira tarefa, portanto, foi “limpar o terreno” para depois poder trabalhar (CARVALHO, 2003, p. 26).

O afã de unicidade e a eliminação das opacidades inerentes ao processo científico estavam no centro da empreitada de Saussure, o qual afirma que a Linguística “jamais se preocupou em determinar a natureza de seu objeto de estudo” (SAUSSURE, 1999, p. 10). É do tamponamento dessa lacuna que se ocupa o mestre e, para fazê-lo, estabelece a língua e não a fala como objeto, tomada em uma perspectiva sistêmica, tendo a dimensão dicotômica como uma de suas faces. Dentre os pares propostos pelo CLG, o que nos interessa aqui é o par língua/fala, a dicotomia mais fecunda, ainda consoante Carvalho (2003).

Sobre esses dois elementos são arroladas no CLG uma série de diferenças: enquanto a língua é de caráter social, a fala é individual; a língua resulta do contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade,

não podendo ser modificada; já a fala comporta idiossincrasias, e “dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 1999, p. 21). Na visão do Curso, o controle absoluto dos indivíduos sobre a dimensão da fala, em detrimento desse mesmo controle sobre a língua, enquanto sistema, encontra-se justificado no eixo social, ausente no primeiro eixo. A dicotomia que se estabelece entre os eixos social e individual é discutida por Labov (1991) como aquilo que este autor designou de “o paradoxo saussuriano”, problematizado essencialmente a partir do fato de a língua (*langue*) constituir-se enquanto sistema comum à massa de falantes e, simultaneamente, poder ser aferida a partir da fala (*parole*), enquanto realização individual, embora esta se dê em contextos que pressupõem minimamente dois indivíduos, logo, em âmbito social:

Se todos possuem o conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro” (SAUSSURE, 1962, p. 30), seria possível se obter os dados através do testemunho de qualquer pessoa – mesmo uma única pessoa. Por outro lado, dados da *parole*, ou fala, poderão apenas ser obtidos através do exame do comportamento dos indivíduos ao fazerem uso da língua. Assim, temos o Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. 12 “Paradoxo Saussuriano”: o aspecto social da língua é estudado através da observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente através da observação da língua em seu contexto social (LABOV, 1991 [1972], p. 186).

Ora, para o mestre genebrino, a língua, enquanto sistema, é externa ao indivíduo e funciona independentemente dele e dos diversos usos que este faz do sistema. Não obstante isso, a língua não tem existência independente dos usos que a coletividade faz dela, visto ela ser um fato social com realidade exterior ao indivíduo em sua particularidade. Esse último aspecto define o sentido de “social” em Saussure, ou seja, o fato de que a língua:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 1999, p. 21).

Quando Saussure apresenta essa natureza ambivalente da língua, duplamente calcada na dimensão social e na individual, a partir de sua realização na instância da fala, o que se entende por dicotomia assume, para nós, sentido específico, não necessariamente de polarização, mas de complementen-



taridade a partir desses dois traços distintivos.

Não por acaso, é afirmado no Curso que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1999, p. 16). Ainda, a constatação de que o acesso à língua se dá “pelo ato individual que permite reconstituir o circuito da fala. Este ato pressupõe pelo menos dois indivíduos (...)” (SAUSSURE, 1999, p. 18). No entorno dessa discussão consta, no Curso, a afirmação de que a colocação da língua em primeiro lugar no estudo da linguagem implica “o argumento de que a faculdade de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade” (SAUSSURE, 1999, p. 18). Fica posta, assim, a dimensão da língua como aquela que “faz a unidade da linguagem” e pressupõe, para tanto, a instância da fala.

Em que pese a construção do caráter de indissociabilidade entre língua e fala, fica explicitada no CLG a opção que ali se faz pela segunda:

Seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. (...). Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo, devem ser seguidos separadamente. Pode-se a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Linguística da Fala. Será, portanto, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua. Unicamente *desta última é que cuidaremos* (...) (SAUSSURE, 1999, p. 28, grifos nossos).

A opção pela língua deixa em suspenso questões concernentes ao âmbito da fala, embora estas permaneçam latentes no Curso, resultado mesmo da natureza das relações dicotômicas, conforme reportávamos anteriormente. Diante disso, é possível olhar o que o Curso propõe como dicotomias enquanto descontinuidades contínuas. E aí o paradoxo saussuriano, apontado por Labov, pode também ser pautado a partir de uma outra perspectiva, pela qual questões atinentes à dimensão subjetiva da linguagem, a fala, são decisivas para a conformação do seu caráter social, ainda que não tomadas em termos metodológicos no Curso. Este ponto, em aberto, é o espaço a partir do qual outras teorias propõem a discussão acerca da relação entre o sujeito e a linguagem. É disso que nos ocuparemos a seguir.

## Sobre práticas linguageiras como ponto de descontinuidade

Aprendemos com Pêcheux (1993) que o discurso, dimensão que não se situa nem na língua nem na fala, é prática social e historicamente situada. Diante disso, interessa-nos discutir, aqui, uma designação recorrente em trabalhos de AD (Análise de Discurso) e da qual interessa-nos compreender melhor sua relação com as práticas discursivas. Trata-se das *práticas linguageiras*. Tem chamado nossa atenção o fato de essa designação estar circulando, conforme afirmamos, contudo, carente de uma maior precisão conceitual, bem como de uma circunscrição teórica. Em razão disso, propomo-nos a rastrear alguns campos de emprego, com o objetivo de delimitar algumas linhas demarcatórias de filiação, bem como traçarmos um trajeto, ainda que mínimo, acerca da constituição de sentidos dessa designação.

Quando falamos em designação estamos tomando esta noção, aqui, no sentido circunscrito por Guimarães (2005), que a distingue da nomeação e da denotação. Este autor postula a designação enquanto

significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Vale dizer que, coerentes com a perspectiva discursiva, à qual nos filiamos, não tentaremos encontrar a fonte primeira de emprego da referida designação, como se houvesse um ponto inaugural. Em vez disso, percorreremos lugares de começos possíveis, embora sempre com o risco de incorreremos em omissões. Nesse percurso, nosso objetivo central consistirá nos efeitos de sentidos produzidos pela enunciação do conceito no campo da AD.

## A Sociolinguística Francesa dos anos 70

Se por um lado a relação linguagem/sociedade é marcada de modo cabal pelas dimensões simbólica e política na França pós-68, não é com a mesma certitude que se definem as especificidades de cada campo dos estudos da linguagem, mesmo no contexto francês. Exemplo disso são as imprecisões quanto às fronteiras em um campo, pautadas por Marcellesi e Gardin (1975), os quais apontam três distinções principais: “Linguística

Social”, “Sociolinguística” e “Sociologia da linguagem”. À primeira caberia tratar das condutas linguísticas coletivas que caracterizam os grupos sociais, enquanto à segunda competiria o esforço por determinar quem fala, com qual variedade, quando, a propósito de quê e com que interlocutores. A Sociologia da linguagem, por sua vez, acrescentaria ao trabalho das anteriores “o esforço por determinar que valor simbólico têm as variedades linguísticas para seus usuários” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 18).

Essa distinção já é suficiente para produzirmos um distanciamento entre a Sociolinguística praticada por esses autores e aquela de vertente americana. Não bastasse isso, a noção de grupo social é por eles definida como “unidades coletivas reais, mas parciais, fundadas numa atividade linguística comum e implicadas num processo histórico” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 21). Os autores admitem, ainda, uma não simetria entre a consciência social e a existência social, uma vez que postulam os contrastes na utilização da língua por grupos como resultado de contradições da sociedade, cuja determinação pode ser complexa, segundo eles.

No rastreamento que os autores fazem acerca de abordagens marxistas da linguagem, destacam, nas obras fundadoras com “O Manifesto”, “O Capital” e “A Ideologia Alemã”, que:

A “linguagem”, isto é, a *atividade linguagem*<sup>1</sup> ou linguística – e não a língua – nasce da necessidade de “convívio”, mas o “convívio” não poderia reduzir-se à simples comunicação de ideias, visto que a linguagem tem toda a complexidade dos fenômenos sociais, como o demonstra o texto de Engels na **Dialética da Natureza** (p. 50) (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 87, grifos nossos).

Ficam estabelecidas, aí, as especificidades das dimensões individual e social da língua, e fica o social situado na esteira do processo histórico, conforme vinham percorrendo os autores anteriormente. A emergência da formulação “atividade linguagem”, nesse contexto, nos autoriza a produzir aproximações para problematizarmos a natureza e os sentidos possíveis da designação “práticas languageiras”, da qual nos ocupamos neste estudo. Os autores não produzem desdobramento direto da referida noção, no entanto, trabalham o conceito saussuriano de valor a partir de pressupostos marxistas, o que lhes permite considerar a linguagem como “moeda”. Tal releitura nos interessa por oferecer subsídios relevantes para pautarmos a noção de

<sup>1</sup> Chamamos atenção, também, para o fato de a referida expressão constar grafada, nesse contexto, com a letra “j”.

que nos ocupamos neste estudo, a de *práticas languageiras*.

Eles abordam, inicialmente, aspecto ao qual já reportávamos anteriormente, o caráter duplamente individual e social da língua, embora não o façam nos termos explícitos de um paradoxo. Além disso, frisam o fato de que a língua para Saussure se apresenta, por um lado, como imposição, por outro, como contrato. Esses dois aspectos dão visibilidade, para nós, ao espaço onde joga a tensão constante entre o sujeito que se submete à língua para ser e, por outro lado, nesse processo, é sujeito-agente de um trabalho essencialmente histórico.

Marcellesi e Gardin (1975) nos lembram que Marx não explicita o que é o valor, de modo que cada produto do trabalho corresponderia a um hieróglifo cuja transformação é produto da sociedade, sob condições específicas de transformação. Na linguagem ocorre algo análogo, os “produtos” do trabalho com a língua não são evidentes, seu valor resulta de um trabalho social ocultado pela ideologia, embora essa relação não tenha sido explicitada por Marx: “O que Marx não sabe, di-lo (do mesmo modo que os economistas que ele estudou dizem também o que não sabem)” (MARCELLESI e GARDIN, 1975, p. 115). A partir dessa constatação, eles concluem que o trabalho linguístico é criador de valores e que há um processo de ocultação desse trabalho que é de caráter social, realizado pela própria Linguística e seu aparato de métodos. A tarefa de análise consistiria, diante disso, em dizer o que os sujeitos fazem quando dizem, pondo a lume esse trabalho que se encontra, de certo modo, ocultado.

Dizemos “de certo modo” por entendemos que a perspectiva marxista dialética concebe o trabalho da ideologia não como ocultação, mas como a relação imaginária estabelecida pelos indivíduos com a realidade a partir de suas condições materiais de existência. Nessa perspectiva, julgamos produtiva a metáfora empregada por Marcellesi e Gardin (1975) quando se referem à relação operário/produto. Afirmam eles: “O operário teceu, e o produto é um tecido” (MARCELLESI E GARDIN, 1975, p. 115). Em que pese a tese por eles defendida, de que há ocultação do trabalho linguístico nesse processo, nós queremos entender que o trabalho de tessitura, análogo, aqui, ao trabalho com a linguagem, guarda, em suas tramas, as marcas do processo, no cruzamento, no entrelaçamento e mesmo no esgarçamento de fios. Na esteira dessa compreensão, propomos que se tome a palavra “tecido”, nos cotejos que ora fazemos, não como substantivo que reporta a produto pronto e acabado, mas enquanto verbo participio, cuja condição é o próprio *continuum*. Retomaremos a metáfora do tecido quando trabalharmos a

perspectiva apresentada por Courtine (2006) acerca da língua como tecido da memória.

## **Das práticas languageiras como trabalho social e político**

Marcellesi e Gardin (1975) reportam, em sua obra, a Rossi-Landi, filósofo italiano (1921-1985) de inscrição marxista que aborda a linguagem como trabalho, transportando para a Linguística os conceitos marxistas da economia. Este filósofo propõe que à oposição saussuriana língua/fala (designada esta última, pelos autores, de “palavra”) seja interposta a noção de *trabalho linguístico*. Trata-se da dimensão social que produz o entorno no qual palavras e sentidos se formam, circunscritos à história. Essa tese fundamenta a distinção que o autor faz entre produto e trabalho. O trabalho linguístico, para ele, estaria próximo da linguagem, em oposição à fala, dado seu caráter coletivo e não individual; ou então próximo da língua, dado seu caráter de trabalho e não de produto.

Rossi-Landi (1975, p. 111) afirma que,

enquanto unidades da língua, as palavras são produtos saídos do trabalho linguístico. Tais produtos tornam-se materiais e instrumentos no curso do trabalho linguístico posterior pelo qual se produzem as mensagens.

Disso deriva a relação que o autor faz com a noção saussuriana de valor:

A significação de uma palavra é seu *valor*, ou melhor, seus *valores* na língua, mas também e sobretudo que tais valores são remetidos ao trabalho humano que os faz o que são. Assim, a noção de uso linguístico é incluída na de trabalho linguístico que, fazendo parte da noção de trabalho, possui já sua própria estrutura articulada: conserva-se então a importante distinção entre uso e significação (...) e evita-se o risco de ver no uso unicamente o que se faz com um produto já produzido, isto é, confundir o uso com a troca ou com o consumo (...) (ROSSI-LANDI, 1975, p. 132-133).

Marcellesi e Gardin (1975) sublinham justamente o apagamento do processo por conta da objetificação do produto, o qual, na correlação com a língua, demarca a ocultação do trabalho linguístico. Segundo eles, esse processo resulta da teoria e da prática burguesa do valor, que produz a simbiose

entre objeto e trabalho, de modo que “o objeto torna-se objeto trabalhado”. As implicações disso consistem em que no lugar do trabalhador, onde tínhamos movimento, passa a apresentar-se o produto em repouso, na condição do vir-a-ser.

Esse processo de alienação, que alça a esfera do linguístico, é explicitado, a partir de leitura que Ferreira e Montez (2014, p. 362) fazem de Rossi-Landi, como “aprisionamento do sujeito em uma estrutura material e discursiva com a qual se é levado a reproduzir ‘voluntariamente’ formas simbólicas ideológicas”. E citam o autor:

(...) quem se encontra na posição de remetente é a própria classe dominante, que impõe a si mesma e às outras classes a aceitação de certos sistemas de signos em lugar de outros; ou então se trata de remetentes subordinados que, submetidos pela classe dominante, limitam-se a utilizar seus códigos *ou então calam-se* (ROSSI-LANDI, 1985, p. 41).

O trabalho languageiro se situaria, assim, no espaço de condição de possibilidade do sujeito em relação à língua, espaço em que ele resiste e diz mesmo sem poder, diz de modos não esperados ou mesmo interditados. Lugar este no qual o sujeito se inscreve na ordem do político pela ordem da língua.

A perspectiva das *práticas languageiras* como “trabalho” atravessa campos teóricos similares mas que guardam especificidades epistemológicas, e nisso constituem-se elementos delimitadores quando se considera o olhar analítico, aspecto este sobre o qual consideramos pertinente discorrer brevemente.

O pedagogo francês contemporâneo Bernard Charlot (2000) aborda o conceito de práticas languageiras na busca da compreensão do fracasso escolar, para o que o autor postula uma diferença de práticas específicas: as do cotidiano e as do universo escolar. As crianças das classes pobres muitas vezes não acessam os códigos e as formas próprias de interpelação da escola, diante do que também não respondem de forma adequada. A escola, por sua vez, parte do pressuposto do conhecimento dessas formas de parte da criança, não lhe ensinando suas especificidades. A conclusão do autor é que o adentramento ao universo escolar pressupõe também a entrada em “práticas languageiras específicas” (BERNARD CHARLOT, 2002, p. 2).

O autor mostra que a entrada dos alunos no universo que não é o do cotidiano se dá de modo paradoxal, de parte da escola. Ao exigir uma

postura diante da linguagem que é artificial, distante daquela do cotidiano, ela permite, ao mesmo tempo, que os alunos entrem em universos de saberes que não existem na vida quotidiana. Essa postura pode ser revestida de sentido ou não. Será inócua se não resolver o problema da linguagem nas disciplinas que não as de língua ou na vida; nem resolverá o problema do fracasso escolar fora do âmbito dos textos. Antes, consistirá em conjunto de atividades limitadas ao âmbito das técnicas, inscritas em uma concepção do falar e escrever como mera aplicação de regras. Em contrapartida, o conjunto de práticas que visam à entrada do aluno no universo escolar pode levar em conta, consoante o autor, “uma dada posição no mundo do sujeito falando” (BERNARD CHARLOT, 2002, p. 6), e nisso residiria a essência do conceito de *prática languageira*, segundo ele.

Essa perspectiva defendida por Bernard Charlot (2002) confere valor aos registros populares, usualmente preteridos e até desprestigiados, como formas de expressão. O autor advoga sua legitimidade em função do valor simbólico que representam no jogo de forças sociais, ao mesmo tempo em que sublinha a importância de a escola possibilitar que os jovens das classes populares adentrem novos universos intelectuais a partir dessas formas.

Diante disso, o autor sintetiza sua compreensão acerca do conceito, afirmando que falar em práticas languageiras é insistir sobre a atividade de um sujeito social em situação. A prática languageira é uma prática social. Primeiro, porque o sujeito mesmo é social: ele aprendeu a falar por meio de sua socialização familiar e seu relacionamento com outros jovens; o que e como ele fala diz respeito ao que ele é de um ponto de vista social. Segundo, a prática languageira é social porque se fala em situações sociais, sendo articulada com outras práticas (trabalhar, brigar, namorar...). Pelo fato de ser social, ela é estruturada por normas que variam conforme os meios sociais (BERNARD CHARLOT, 2000, p. 8).

Em que pese a ênfase no caráter social da noção, o autor sublinha também a dimensão subjetiva nela implicada, uma vez que a relação do sujeito com a linguagem leva em conta, segundo ele, aspectos como a postura do sujeito que diz, suas experiências de vida, entre outros aspectos.

A relação linguagem e trabalho é discutida também pela linguista Josiane Boutet (1995), que considera especificamente o que as atividades de trabalho humano comportam de languageiro. Ela define a parte languageira do trabalho como “a contribuição da linguagem e das línguas à realização do trabalho” (BOUTET, 1995, p. 91). E o faz problematizando desde como,

no modelo taylorista de produção, a fala dos sujeitos era interdita nas fábricas até como contemporaneamente acontece a exploração econômica da conversa nas centrais de atendimento (*call centers*). A autora explicita seu foco de interesse, o qual não recai diretamente sobre as formas linguísticas, mas sobre a relação entre *falar* e *trabalhar*.

As mudanças nos modos de produção na ordem capitalista, sublinha ela, fizeram com que houvesse uma demanda por mobilização de competências de linguagem ampliadas de parte dos trabalhadores. Práticas de leitura e de escritura, por exemplo, passaram a ser exigidas dos assalariados em geral, e não mais apenas de um grupo restrito. A pesquisa de seu grupo mapeou diferentes formas de verbalização presentes em documentos vários relativos a múltiplas atividades de trabalho e, a partir desse material, levantou regularidades sociolinguísticas que possibilitaram configurar esses materiais como gênero profissional com propriedades específicas. Uma dessas propriedades intitula-se “economia dos meios linguísticos” e consiste na redução ou eliminação de morfemas ou de categorias sintáticas consideradas dispensáveis à comunicação, tais como adjetivos, dentre outros (BOUTET, 1995, p. 94). O intuito de rapidez e suposta eficácia sustentam o fundamento dessa orientação.

Outro processo comunicacional apontado pela autora é aquele que procura convergência na “univocidade da interpretação”.

Trata-se de empregar, sob forma escrita (ou oral), formas linguísticas não ambíguas que assegurem, ou tendam a assegurar, a identidade entre a produção de um locutor e/ou escritor e a interpretação de um enunciado por outros (BOUTET, 1995, p. 94).

Próprios do campo do jurídico e da tecnologia, tais enunciados conformam-se de um modo tal como se pudessem tudo dizer, além de cercar leituras particularizadas e/ou não previstas ou admitidas.

Soma-se às funções anteriores a comunicacional, para a qual léxicos especializados, agregados ao cabedal de abreviações e de elisões, servem de modo especial. Por último, a autora apresenta as funções cognitiva e social da linguagem. A primeira desempenha a tarefa de transmitir conhecimentos e saberes sobre como trabalhar, e à segunda “cabe a tarefa da construção de coletivos de trabalho por meio das tarefas de falar, de comunicar e mais amplamente de se comportar no trabalho” (BOUTET, 1995, p. 96).

A abordagem proposta por Boutet, explicitamente multidimensional,



enquadra-se também em uma abordagem especializada, diante do que a autora esclarece o compromisso da pesquisa com os respectivos patrocinadores, “no caso da rede de linguagem e trabalho: formação de assalariados, organização de seus postos de trabalho, etc.” (BOUTET, 1995, p. 96). E respalda essa proposição no fundamento da construção de conhecimentos como sendo o de resolver questões colocadas pelo mundo real.

O estudo de Boutet levanta dados os quais não apontam, contudo, para a direção de um sujeito que, via leitura e escritura, estabeleça lugares de resistência, produzindo rupturas na história. Tal se dá porque o trabalho com a língua se realiza via processos que respondem, na materialidade da língua, a interesses da ordem do trabalho.

Schneuwly e Dolz (1999)<sup>2</sup> empregam a expressão práticas de linguagem em correlação com práticas languageiras, com o argumento de que a palavra *langagière*, corrente na língua francesa, não tem correspondente no português. E o fazem no escopo da discussão acerca dos gêneros escolares em sua relação com *práticas de linguagem*. Este conceito, para os autores, diz respeito “às dimensões particulares do funcionamento da linguagem em relação às práticas sociais em geral, tendo a linguagem uma função de mediação em relação às últimas” (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p. 6).

As dimensões a que os autores se referem são de ordem social, cognitiva e linguística em situações de comunicação particular e têm a ver com a produção, compreensão, interpretação e/ou memorização de um conjunto de enunciados orais ou escritos. E para explicar como as práticas e linguagem desempenham seu papel no contexto escolar, os autores partem da hipótese de que os gêneros se constituem o ponto de articulação. Para explicitar como se dá esse processo, colocam-nas em relação aos gêneros escolares enquanto práticas históricas e culturais. O cotejo com a realidade da produção de textos na escola, ausente de realidade, põe a lume o quanto, nesse contexto, a prática de escrita, de parte dos alunos, não se configura como prática de linguagem efetivamente, mas a resposta a uma necessidade:

Não se faz tanto a definição e a descrição dos gêneros escolares em relação a gêneros historicamente situados, que correspondem a práticas de linguagem, mas em relação a necessidades consideradas como sendo aquelas dos objetos descritos: lógica do objeto ou do pensamento. Os gêneros são *naturalizados* (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p. 9, grifo dos autores).

---

<sup>2</sup> A versão original do artigo foi publicada em *Repères*, nº 15, 1997, e intitulou-se “Les genres scolaires: des pratiques langagières aux objets d’enseignement”.

Em contrapartida, há a naturalização do gênero que nasce das práticas efetivas de interação dos sujeitos uns com os outros, através de parâmetros próprios à comunicação. A partir do contraponto entre os dois tipos de naturalização, os autores postulam qual deve ser o papel da escola no que concerne à abordagem dos gêneros enquanto práticas sociais que implicam práticas de linguagem: “trata-se de levar o aluno ao domínio do gênero, exatamente como este funciona (realmente) nas práticas de linguagem de referência” (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p. 9).

### **Sobre práticas languageiras como *tecido da memória* em Jean-Jacques Courtine**

Courtine (2006) reflete acerca das relações entre História e Linguística pautando a linguagem como tecido que estrutura a memória, entendida desde uma perspectiva social e coletiva. O autor coloca em questão o corte epistemológico que teria sido operado pelo CLG, contrapondo-lhe o postulado por Auroux<sup>3</sup> acerca da não oposição “entre uma língua-memória e como atividade de classificação e uma palavra que manifesta as potencialidades criadoras do sujeito falante” (COURTINE, 2006, p. 7). A partir disso este autor propõe a distinção entre a língua gramatical e a língua empírica, afirmando sobre esta última que:

é preciso introduzir a historicidade e suas discontinuidades temporais, os sujeitos falantes e suas *interações languageiras*. A língua empírica pertence, portanto, à história, e as atividades linguísticas que aí se realizam são somente subdeterminadas pela gramática (COURTINE, 2006, p. 7, grifos nossos).

A colocação em evidência da historicidade e dos sujeitos, na perspectiva assumida pelo autor, retira a língua da assepsia que é própria de abordagens gramaticais. Mais especialmente ainda porque a dimensão posta acerca do sujeito que diz implica, necessariamente, o outro. Nesse sentido, estamos entendendo a formulação “interações languageiras” como espaço no qual intervém a dimensão da história. Na sequência, o autor vai parafrasear a referida formulação como “práticas languageiras”, noção esta que também diz respeito à existência da língua no horizonte da historicidade, e que por isso mesmo convoca gestos diferenciados de parte dos estudiosos. Contudo, há uma especificidade que é agregada nesse ponto do estudo: o fato de que

<sup>3</sup> S. Auroux, *L'Histoire des idées linguistiques*, vol. I, p. 14.

tais práticas são metaforizadas como tecido. Entendemos a ancoragem desta figura a partir da imagem da tessitura como trama de fios que não é aleatória, mas que segue a lógica da urdidura que lhe dá sustentação.

Se a língua é o lugar onde a memória se materializa, se tece, há que se pensar nos modos como se dão os movimentos tensos entre fixidez e fluidez. Entre os acontecimentos históricos e os espaços do registro as disputas que são travadas não se limitam à subserviência do sujeito que diz às formas da língua. Os movimentos possíveis de “criatividade”, nos diferentes níveis da língua, guardam muito mais relação com a história que se constrói do que se possa imaginar. Nesse espaço em que se torna possível a emergência dos sujeitos é que se encontra, então, a possibilidade de assunção enquanto sujeito histórico. E disso nossa compreensão da noção de *práticas linguageiras* na dimensão do espaço intervalar entre a língua e a fala, o movimento do discurso.

Respaldamos esse movimento do discurso no argumento apresentado por Courtine (2006, p. 8.) quanto à tomada da perspectiva histórica deslocada do que se concebia até então como interdisciplinaridade, “destacando as consequências da profunda renovação de perspectivas que a história das mentalidades introduziu quanto às diferentes modalidades de existência histórica de práticas linguageiras”. A mudança de perspectiva proposta pelo autor é por ele sustentada em remissão à obra de Pierre Nora<sup>4</sup>, na qual instituições e práticas de discurso, tais como a tribuna, rituais de comemoração, os cursos do Collège de France, dentre outras, são arroladas como *lugares de memória*. E cita Nora: “Que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?” (COURTINE, 2006, p. 9). Trata-se do “enraizamento da memória nacional na linguagem”, ainda nas palavras de Courtine (2006). Enraizamento este produzido a partir de modos específicos de se dizer a história, movimento este de caráter sempre dialético, exemplificado por Courtine (2006) no embate francês acerca da “interminável querela da ortografia”. Questões como essa reclamam um tratamento que dê visibilidade aos “modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem do enunciável” (COURTINE, 2006, p. 10).

No caso do Brasil e da língua que falamos, poderíamos citar acontecimentos históricos que têm a questão da língua como protagonista. Apontamos, dentre eles, aquele mesmo que esteve no entorno da nomeação da nossa língua, querela esta que pôs em tela, consoante Orlandi (2002, p. 23), um “fundo falso”, na medida em que, na condição de país colonizado, “o ‘mes-

---

<sup>4</sup> P. Nora (Org.) **Les lieux de mémoire**, 7 vol., Paris, Gallimard, 1984-1992.

mo' abriga, no entanto, um 'outro', um 'diferente' histórico que o constitui ainda que na aparência do 'mesmo'". Isso se dá, segundo a autora, porque as duas línguas, o português europeu e o português brasileiro, se inscrevem em ordens simbólicas diversas, embora aparentem a mesma materialidade linguística. A consequência é que "a observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica" (ORLANDI, 2002, p. 24). Entendemos ser nodal, aqui, a mobilização da noção proposta por Courtine (2006) da língua como tecido da memória, uma vez que esta não pré-existe àquela, especialmente se considerada a língua na qual intervém a historicidade. Na perspectiva proposta pelo autor, a linguagem é o tecido da memória desde que pensados os "modos de existências materiais languageiros da memória coletiva na ordem dos discursos" (COURTINE, 2006, p. 10). E o proposto por Orlandi (2002) autoriza-nos a essa relação, uma vez que a autora considera como forma material a instância que transcende a dimensão abstrata, a concreta e a empírica, porque diz respeito ao trabalho com "a linguagem na sociedade, tomada pela história" (ORLANDI, 2002, p. 74).

### **Da presença da designação *práticas languageiras* em trabalhos de Análise do Discurso no Brasil**

O rastreamento feito até aqui buscou conformar diferentes *lôcus* de significação e pertencimento a partir dos quais a designação práticas languageiras e paráfrases a ela associadas são tomadas, sem claro, a pretensão de esgotamento. Esse gesto priorizou textos que desenvolvem, ainda que minimamente, a perspectiva conceitual da referida designação. A partir de agora, propomos um passeio por textos da AD de inscrição pècheuxtiana, perspectiva esta na qual nos inscrevemos, com o intuito de apresentar pontos de emergência da designação em tela em trabalhos desenvolvidos nesse campo teórico, no contexto brasileiro. Não trabalhamos com a exaustividade, primeiro por razões epistemológicas e também em função da própria impossibilidade que se nos apresenta. Constatamos, no entanto, a presença profusa e recorrente da designação *práticas languageiras* em múltiplos trabalhos da AD, sem a necessária discussão acerca de seus significados, inclusive de nossa parte. Nosso gesto, neste estudo, deriva da necessidade que nos colocamos de responder, do interior de nossas pesquisas, acerca do que estamos falando, quando dizemos. Apresentamos, a partir de agora, algumas ocorrências que julgamos significativas.

Reportamos, inicialmente, a Orlandi (1990) quando, no contexto do debate acerca da influência da língua tupi no português do Brasil, a autora discute o processo de disciplinarização pelo qual essa língua passou, quando foi instituída pelos jesuítas como moeda de negociação com o governo português e também com o intuito de exercício de controle sobre os indígenas.

Esse mecanismo é por ela explicitado a partir da proposição das noções de língua imaginária e língua fluida. A primeira “é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações, e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 1990, p. 75). O processo de disciplinarização do tupi pelos jesuítas aponta para o jogo tenso entre a língua imaginária e a língua fluida, condensado nas ditas práticas languageiras dos jesuítas:

A “disciplinarização teórica”, isto é, a construção de um saber a propósito das línguas dos índios, se mistura aqui com a “disciplinarização” exercida na *prática languageira* dos missionários no curso do seu confronto com os índios; construções imaginárias das quais nós analisaremos o processo de formação e as consequências histórico-discursivas (ORLANDI, 1990, p. 76, grifo nosso).

A autora registra que, quando os missionários falavam a língua dos indígenas (e salienta a unicidade imaginária dessa língua pelo destaque conferido ao artigo), e também quando falavam *dos* índios, estabeleciam como destinatário o governo português ou organismos de poder Europeu, tanto de estado quanto religiosos. O apagamento do interlocutor real e imediatamente interessado, no caso, o indígena, resultava em um modo específico de constituição do saber sobre a língua, especialmente por modificá-la consoante os modelos ocidentais, notadamente o europeu.

A prática languageira configura-se, assim, como o lugar de instauração do confronto, do jogo de forças no processo de conformação do que era a língua nacional. Trabalho político da língua na história, cuja trama leva-nos a mobilizar o estatuto conferido ao discurso:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso (...) fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis, etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (ORLANDI, 1999, p. 22).

Ainda no escopo das discursividades que estabeleceram a língua nacional no Brasil e seus instrumentos, NUNES (2008) reflete sobre prática corrente no Brasil que inaugurava o século XX: a identificação de lacunas em dicionários portugueses, apontando o que neles faltava em relação contrastiva ao inventário lexical brasileiro, no caso, recortado o campo da terminologia científica. Um dos efeitos desse traçado foi o de projetar a conformação do que imaginariamente seriam os grandes dicionários brasileiros, então ainda inexistentes. Nessa tomada Nunes (2008) apresenta os dicionários, a partir de Auroux<sup>5</sup>, como instrumentos linguísticos que, enquanto objetos históricos, concernem duplamente à representação e à produção do conhecimento ou do saber. Para explicitar como isso se dá, o autor afirma que: “esses dois modos de a língua estar presente nas práticas languageiras (a língua imaginária e a língua fluida) de fato funcionam ao mesmo tempo na sociedade (NUNES, 2008, p. 3).

Sabemos que entre a produção e a representação do conhecimento há um trajeto nada linear, pois é justamente aí que jogam os dissensos que guerream acerca do quê dizer e como dizer. É assim que estamos entendendo a proposição deste autor acerca da dimensão da língua imaginária e da língua fluida, compreendendo ambas o corpo de práticas languageiras. Trabalho de disputa de valores entre o que está silenciado/apagado e aquilo que se quer fazer ver. Não por acaso, Nunes (2008) discute o gesto de Taunay, “*Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses*” (1928), a partir da perspectiva da falta, daquilo que nele é apontado como lacuna em relação a brasileirismos e regionalismos. E, com isso, confere visibilidade à “tensão entre a língua imaginária e a língua fluida. O discurso de Taunay, ao dizer as lacunas nos dicionários, significa na fronteira entre essas duas materialidades da língua, na pulsão entre o desejo de fixar e o de desmontar a língua” (NUNES, 2008, p. 8).

No que concerne à noção de práticas languageiras, podemos dizer, a partir de Nunes (2008) que elas são constitutivas da discursividade que instaura e sedimenta os saberes e o conhecimento sobre a língua, justamente porque dizem respeito ao trabalho, enquanto prática histórica e política, que a constitui (a língua): “assim, sob as práticas languageiras que se depreendem desse discurso: a leitura, o cotejo, a anotação, está em jogo a representatividade da língua e dos autores, bem como o movimento político dos sentidos” (NUNES, 2008, p. 8).

---

<sup>5</sup> AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Outro trabalho que toca na questão das práticas languageiras é o de Fonseca (2011), o qual discute, entre outros aspectos, a linguagem como lugar de trabalho, lugar de encontro com a história, o que o autor designa de *práxis discursiva*, enquanto modo de relação dos sujeitos com a ideologia a partir de um trabalho destes na história. E para sustentar essa relação o autor retorna ao postulado saussuriano, lugar inaugural e ao mesmo tempo sempre lacunar, e cujo edifício teórico tributou à AD a noção de funcionamento, do qual a AD derivou a noção de *funcionamento*, deslocada da impossibilidade de dicotomização língua-fala. Isso implica entender a linguagem como “lugar essencial de trabalho, de produção cotidiana e de ritual do novo no interior do mesmo” (FONSECA, 2011, p. 2).

Na perspectiva que Fonseca (2011) adota se encontra pautada a delimitada questão da liberdade e da coerção que fica sempre posta no horizonte do sistêmico e do que lhe escapa. E é justamente a não dicotomização língua-fala que possibilita, a partir da perspectiva marxista, pensar o sujeito que diz em relação à língua e suas regras e falhas, produzindo sentido na história, enquanto diz, por que diz e a depender de como diz (ou deixa de dizer).

A partir da noção de *práxis discursiva*, o autor afirma a superação de dois pontos frágeis na teoria do discurso: “1) o assujeitamento sem resistência aos já ditos e 2) a resistência como fator exclusivamente imanente, acidental, inconsciente e pontual” (FONSECA, 2011, p. 8). É nesse ponto que entendemos as práticas languageiras como trabalho da língua e com a língua na história, espaço possível da resistência.

## Considerações

A designação *práticas languageiras* tem abrigado o tratamento da linguagem sob diferentes perspectivas, quer como trabalho no sentido estrito do termo, que no sentido social, quer histórico, quer político, ou mesmo no sentido estrito do trabalho com as formas da língua. Ainda que por vezes apresentada a partir de construções parafrásticas: atividade languageira; interação languageira; *práxis discursiva*, entre outras, trata-se, nos diferentes casos e sob diferentes formas, do olhar sobre o ponto de encontro e ao mesmo tempo de desestabilização situado nos limites complexos entre a língua e a fala. A partir de aproximações e de distanciamentos entre distintas inscrições teóricas, com esta designação procura-se responder à sempre posta questão: “O que os sujeitos fazem quando dizem?”. Essa questão certamente abriga desdobramentos múltiplos: como dizem, por que dizem ou deixam de dizer,

por que dizem de um jeito e não de outro...

Neste estudo nos propusemos a compor um rastreamento que desse visibilidade aos diferentes estatutos da noção em tela em diferentes quadros teóricos, a depender da mobilização feita pelos instrumentais específicos de cada um. Apontamos no trabalho de Boutet (1995), por exemplo, a atividade linguageira como a dimensão que apresenta contribuições específicas para a realização dos trabalhos humanos. Partindo da crítica ao modelo taylorista, a autora chega ao estudo das formas de expressão que compõem gêneros específicos do mundo do trabalho, com modos de funcionamento próprios. A perspectiva em que ela se inscreve não leva em conta, no entanto, as formas de resistência possíveis, de parte do sujeito que se manifesta linguisticamente em relação ao trabalho, para romper com as formas de submissão a que por vezes é exposto pela via da linguagem.

Em perspectiva distinta inscreve-se o estudo de Rossi-Landi (1975), o qual, ao propor a noção de *trabalho linguístico*, circunscreve a dimensão da língua à da história, a partir do que traça um paralelo pelo qual haveria correspondência entre a instância do trabalho linguístico com a linguagem, pelo que ela apresenta de coletivo, e também da língua, desde que considerada a instância que antecede o produto. Esta instância é justamente a da produção linguageira, no caso, o do movimento político da língua, o espaço em que a instauração das diferenças, dos jogos de força sinalizam o quanto a linguagem tem de simbólico absorvido pela história, e que tornam discutível, sempre, o par língua/fala.

Retomamos, aqui, esses dois estudos, pelo que eles têm de diferenças, para pensarmos as implicações de se considerar o político na relação da língua com a história diante da designação sobre a qual refletimos. Se a língua é o tecido da memória, como propõe Courtine (2006), esse tecido não recobre de modo pleno e nem contínuo diferentes campos de saber. Aliás, em um mesmo campo há diferenças, haja vista que os fios de uma tessitura sempre podem se romper.

E para encerrar esta reflexão, trazemos, aqui, enunciado emblemático trabalhado em pesquisa de Iniciação Científica por nós orientada<sup>6</sup>, no qual uma catadora de resíduos sólidos recicláveis da região de Curitiba reivindicava aos executores do projeto CATAFORTE<sup>7</sup>: “Falem a nossa língua, falem

---

<sup>6</sup> ONG que apoia organizações de catadores, cooperativas, associações e grupo informais, buscando sua formalização a capacitação para o associativismo e cooperativismo através dos princípios da economia solidária.

<sup>7</sup> FISCHER, R. R. “Análise linguística da fala dos catadores enquanto sujeitos políticos”.



do nosso jeito”. E, ao dizê-lo, não estava pleiteando simetria de registro linguístico, mas o reconhecimento da práxis dos catadores pela ordem da língua.

## Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BOUTET, J. Discours em situation de travail. **Langages**, Paris, n. 117, p. 12-31, 1995. Disponível em: [https://www.persee.fr/issue/lgge\\_0458-726x\\_1995\\_num\\_29\\_117](https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1995_num_29_117). Acesso em: 28 maio 2018.

CARVALHO, C. **Para compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHARLOT, B. “Práticas languageiras e fracasso escolar”. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 124-133, 2000.

CHISS, J-L.; PUECH, C. Saussure et la constitution d’un domaine de mémoire pour la linguistique moderne. **Langages**, Paris, n. 114, p. 41-53, 1994, Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_1994\\_num\\_28\\_114\\_1676](https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1994_num_28_114_1676). Acesso em: 03 jan 2019.

COURTINE, J-J. “O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem”. **Polifonia**, Cuiabá, v. 2, n. 12, p. 1-13, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/1067/840>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FERREIRA, V. V.; MONTEZ, B. “A linguagem como trabalho: reflexões iniciais sobre a alienação linguística”. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 356-365, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistave-redas/files/2010/04/artigo-05.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2018.

FONSECA, R. O. “O lugar da práxis na análise do discurso”. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 42, p. 108-118, jun. 2011. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 20 maio. 2018.

FOUCAULT, M. [1969]. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2000.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

LABOV, W. [1972] **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

MARCELLESI, J-B.; GARDIN, B. **Introdução à sociolinguística: a linguística social**. Lisboa, Ed. Aster, 1975.

NUNES, J. H. Léxico de lacunas: quando a representação da língua falha. **Caderno de Estudos linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 61-69, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista: discurso do confronto – velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

PÊCHEUX, M.; BALIBAR, E. “Définitions”. In: FICHANT, M.; PÊCHEUX, M. **Sur L’histoire des sciences**. Paris: François Maspero, 1969.

ROSSI-LANDI, F. A linguagem como trabalho e como mercado”. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). **Semiologia e linguística hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. “Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 11, p. 5-16, maio/jun./jul./ago. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000171&pid=S1984-6398201200010000700016&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000171&pid=S1984-6398201200010000700016&lng=pt)>. Acesso em 20 jun. 2018.

Recebido: 15/07/2018

Aceito: 15/01/2019

DOI: 10.5902/2179219433673

# LÓGICA E FORMALIZAÇÃO NA SEMÂNTICA DE DUCROT: UM ESTUDO EM HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS, DE VINÍCIUS MASSAD CASTRO<sup>1</sup>

Soeli M. Schreiber da Silva  
Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

A tese de Vinícius Massad Castro analisa os sentidos da ideia de *formalização* na semântica de Oswald Ducrot. O *corpus* é constituído pelo artigo *Linguística e formalização* (1989), sua versão original intitulada *Lógica e linguística* (1966) e sua primeira republicação, ainda intitulada *Lógica e linguística* (1973). Inscrita no domínio da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso de linha francesa e a Semântica da Enunciação, a tese questiona como a ideia de formalização significa em cada um dos artigos do *corpus*, tendo em vista a diferença do título da versão mais recente e a supressão do último subitem do artigo de 1966, intitulado *A formalização da teoria linguística*, a partir de 1973.

As análises dão visibilidade à polissemia do termo e às diferenças de sentido entre as três edições. A ideia de formalização liga-se a diferentes teorias linguísticas: o gerativismo, a lógica carnapiana, o funcionalismo, o distribucionismo e a linguística de Hjelmslev. A força argumentativa desigual coloca-as em disputa e direciona num movimento crescente os sentidos de *formalização* pela sua relação com a gramática gerativa. O que está em jogo nos artigos do *corpus* é a concepção da natureza da linguagem que Ducrot elabora a partir da ideia de “lógica da linguagem”. Os sentidos de ‘formalização’ afetam, assim, de modo fundamental a construção da semântica de Ducrot.

O título *Lógica e linguística* em Ducrot (1966) significa uma relação não estabilizada entre lógica e linguística, sustentada na disputa entre teorias linguísticas com forças desiguais. A maior força do movimento argumentativo está nos sentidos ligados ao gerativismo. Essa ligação conduz à supressão do subitem *A formalização da teoria linguística* nas republicações de 1973 e 1989, item no qual se discutiam algumas teorias. *Formalização* então se estabiliza sob os sentidos gerativistas, pois os sentidos ligados à lógica carnapiana, apesar de presentes em todos os artigos, são mais fracos, associados a

---

<sup>1</sup> Tese orientada pela Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira, defendida em 2018, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Texto integral disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/332898/1/Castro\\_ViniciusMassad\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/332898/1/Castro_ViniciusMassad_D.pdf)

uma subversão da linguagem, ao que Ducrot chama de “programa reducionista”. *Lógica e linguística*, em 1973, significa uma relação mais estabilizada do que em 1966. Essa estabilização sustenta-se sob os sentidos gerativistas que constituem a ideia de formalização, o que se mantém em *Linguística e formalização* de Ducrot (1989) e significa na enunciação da palavra *formalização* no título desse artigo.

A tese de Castro mostra que o gerativismo e o modo como concebe-se a formalização afetam o tratamento da linguagem na semântica de Ducrot. O autor indica os efeitos do pensamento gerativista em Ducrot em uma reflexão inicial sobre as reformulações do *método de simulação* ao longo dos textos *A descrição semântica em linguística* (1973), *Leis lógicas e leis argumentativas* (1978), *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1984) e *Enunciação* (1984). As noções de *sujeito falante* e *enunciação*, constitutivas das chamadas hipóteses externas na década de 1970, deixam de caracterizá-las na década de 1980, ao passo que a descrição semântica deixa de resumir-se à descrição do sentido do enunciado. A significação da frase, objeto teórico que “constitui uma invenção desta ciência particular que é gramática” passa a ser calculada por meio de regras combinatórias aplicadas à significação de seus constituintes. A questão da tese não é discutir se Ducrot é ou não formalista, mas sim mostrar a importância da ideia de formalização na história da Linguística, sobretudo a partir da ascensão do gerativismo como paradigma para a ciência linguística. A tese faz isso mostrando que, mesmo opondo-se explicitamente à formalização em Linguística, a semântica de Ducrot é contraditoriamente afetada pelo gerativismo e pelo tratamento formalista da linguagem.

Recebido: 26/11/2018

Aceito: 08/12/2018

DOI: 10.5902/2179219435801